

Problemas

REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA

Diretor: DIOGENES ARRUDA

SUMÁRIO

Nossa Política — M. GRABOIS.

Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz, da Liberdade e contra o Imperialismo
— LUIZ CARLOS PRESTES.

Os Fundamentos Teóricos da Política de Paz da União Soviética.

A Revolta do Mar Negro — ANDRÉ MARTY.
Figuras do Movimento Operário: BARBUSSE
— JACQUES DUCLOS.

JUNHO - JULHO

19

PREÇO CR\$ 3,00

Problemas

REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA
Diretor: DIÓGENES ARRUDA

ÍNDICE

	Págs.
MAURÍCIO GRABOIS — Nossa Política.....	I
LUIZ CARLOS PRESTES — Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz, da Liberdade e contra o Imperialismo....	11
X X X — Os fundamentos Teóricos da Política de paz da União Soviética...	80
ANDRÉ MARTY — A revolta do Mar Negro.....	99
JACQUES DUCLOS — Figuras do Movimento Operário BARBUSSE	115

AMPLIA-SE E ORGANIZA-SE NO PAÍS A LUTA PELA PAZ

MAURICIO GRABOIS

○ MOVIMENTO de massas que se desenvolve no país, tendo em vista a participação do Brasil no Congresso Continental Americano pela Paz a se realizar no México, no próximo mês de setembro, está revelando o imenso desejo de paz de nosso povo e a sua grande combatividade na luta contra os fautores de uma nova guerra imperialista.

A realização das conferências estaduais em defesa da paz, muitas das quais levadas a cabo apesar da proibição governamental, e a intensa mobilização de massas em apoio aos Congressos Regionais, violentamente impedidos pela polícia de se instalar, com prisões e espancamentos de delegados, constituem o fato político mais importante no país, não só como uma manifestação de repúdio à guerra, mas também como uma demonstração enérgica contra o imperialismo e a ditadura que oprime e infelicitiza nossa Pátria.

A campanha pela paz já atinge hoje amplos setores da população, as mulheres, os jovens, os intelectuais e, particularmente, a classe operária, força mais conseqüente e decisiva na luta para evitar a deflagração de uma terceira guerra mundial. Com todas as proibições ilegais do governo de traição nacional de Dutra, as massas se lançam à rua para defender a paz, desafiam a polícia a serviço da guerra e do imperialismo, polícia que faz correr o sangue de trabalhadores e encarcera patriotas que lutam contra a guerra, mas que é impotente para deter o crescimento impetuoso da grande campanha pela paz que se estende a todos os recantos do país.

Já o proletariado brasileiro começa a levantar, juntamente com as suas reivindicações mais sentidas, a bandeira da luta pela paz, como são exemplo as vigorosas greves dos têxteis e metalúrgicos do Estado do Rio e dos tecelões de São Paulo, que incluíram em seu programa de reivindicações a luta pela paz e contra o orçamento de guerra da ditadura.

Por mais que queiram esconder e boicotar a luta que o nosso povo realiza contra o desencadeamento da guerra, os jornais das classes dominantes se vêem compelidos, pelo vulto que assume a campanha pela paz e por sua intensa repercussão, a se referir a essa luta, embora deturpando por todos os meios os acontecimentos e tentando inutilmente desvirtuar os objetivos de tão patriótico e justo movimento. Recorrem, assim, ao seu imundo arsenal de infâmias e mentiras, a todos os cínicos argumentos ideológicos já utilizados por Goebbels, num

desesperado esforço, para impedir que milhões de brasileiros se esclareaçam sobre os intúitos sinistros dos trustes, monopólios e cartéis internacionais.

A LUTA PELA PAZ DEFINE OS DOIS CAMPOS

O MOVIMENTO pró-paz, cuja ampliação por todo o Brasil enche de pânico os incendiários de guerra do nosso país, está servindo em nossa terra, como acontece no plano mundial, para definir com precisão os dois campos em que se dividem as forças políticas — de um lado, as forças da guerra e anti-democráticas encabeçadas pelo governo de Dutra, vendido ao imperialismo ianque e, de outro, as forças da paz e da democracia lideradas pelos comunistas. No momento, a luta pela paz é de tal maneira decisiva para o curso dos acontecimentos políticos nacionais, que se transforma, por essa importância, no centro de toda a atividade política no país. Presentemente, tomar posição ao lado das forças da paz, lutar contra a guerra imperialista, corresponde a tomar posição contra o imperialismo, pela democracia e contra a brutal ditadura de Dutra. Esta é a razão por que a luta pela paz é das mais revolucionárias no país e por isso sofre a mais dura repressão. A luta contra a guerra imperialista é bastante árdua e difícil, uma vez que as forças da reação e do imperialismo emperham desesperadamente todos os recursos que dispõem, desde a polícia política à grande imprensa venal, desde as poderosas emissoras de rádio à alta hierarquia católica, para reprimir, raivosamente a luta pela paz e fazer a mais desenfreada campanha de propaganda ideológica da guerra. Isso no entanto quer dizer que a luta em defesa da paz seja uma luta estreita e sem amplitude. Ao contrário, apesar de todas as dificuldades que enfrenta, a campanha contra a guerra é a mais ampla possível, podendo englobar a quase totalidade da população brasileira, que tem o máximo interesse na manutenção da paz, enquanto somente uma ínfima minoria de exploradores — banqueiros, latifundiários, industriais reacionários, generais fascistas, políticos vendidos ao imperialismo — têm interesse no desencadeamento da guerra e por isso tenta criminosamente, contra a vontade do povo brasileiro, arrastar o país a uma aventura guerreira contra a URSS e as nações da democracia popular.

Contra os preceitos da Constituição de 1946 — hoje transformada pelo governo Dutra em mero farrap de papel — a reação tenta por todas as formas colocar o movimento pela paz na ilegalidade, quando a Carta Constitucional proíbe a propaganda de guerra e não a propaganda de paz, apresentando, sem qualquer apoio nos fatos, a grande campanha pela paz, que constitui a mais ampla frente nacional formada por cima das diferenças políticas, religiosas ou filosóficas, como um movimento comunista, a fim de esconder a amplitude que assume essa campanha e mais facilmente assestar os seus criminosos golpes de violência contra o movimento da paz, aplicando aos partidários da paz o mesmo terror que utiliza contra os comunistas.

É claro que os comunistas como patriotas e socialistas, participam ativamente na luta em defesa da paz, onde são a força mais consciente e combativa. Esse fato, no entanto, não pode de nenhum modo

justificar, mesmo levando em conta as leis injustas das classes dominantes, a hipócrita argumentação usada pelo falso democrata Milton Campos para proibir a realização do Congresso Regional em defesa da paz em Minas Gerais, espancar e prender delegados àquele conclave, sob o pretexto de que os comunistas, participando da luta pela paz, estão infringindo a infame e arbitrária decisão do TSE, que pôs o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade. Os comunistas defendem os interesses do povo brasileiro e a soberania nacional, independentemente das leis das classes dominantes e das decisões arbitrárias de seus tribunais, e não deixariam de lutar pela paz — suprema aspiração de nosso povo — em virtude de qualquer lei iníqua da ditadura. Mas mesmo com aquela sentença inconstitucional, que nenhum democrata pode reconhecer, não perderam os comunistas os seus direitos civis e por isso podem, de acordo com as próprias leis que o «democrata» Milton Campos invoca, lutar legal e livremente em defesa da paz. Somente um governo de guerra, reação e fome como o do sr. Dutra e de seus interventores nos Estados pode, novamente, de maneira tão cínica e arbitrária, rasgar a Constituição para perseguir os combatentes da luta pela paz.

A perseguição brutal do movimento contra a guerra se realiza independente da participação dos comunistas nesse movimento que, sendo dos mais justos e patrióticos, contará sempre com o apoio ativo de vanguarda do proletariado. Essa perseguição se processa porque a campanha da paz desmascara perante as massas os planos guerreiros dos imperialistas que, com a convicção criminosa das classes dominantes no país, procuram transformar o nosso povo em carne e fósforo em uma nova carnificina mundial. Um exemplo bastante ilustrativo dos motivos dessa perseguição é a circular assinada pelo chefe de polícia do demagogo Ademar de Barros, general negociista Scarpella Portela, proibindo a luta pela paz em São Paulo. Essa circular fascista e inconstitucional proíbe «*quaisquer atividades rotuladas de Congresso da Paz, Conferência sobre a Paz e a Cultura ou semelhantes, mesmo que programadas em recinto fechado e orientadas por elementos que ostensivamente não militam em atividades comunistas*». Fica claramente evidenciado nessa circular, expedida de acordo com a orientação do ministro da justiça da ditadura, que o movimento em defesa da paz é perseguido mesmo quando tem à sua frente elementos não comunistas. Trata-se de impedir a propaganda da paz no país, de evitar que o nosso povo seja alertado e esclarecido sobre os perigos que o ameaçam de ser arrastado a uma carnificina, onde nossa juventude será sacrificada em benefício dos magnatas de Wall Street.

O governo de traição nacional de Dutra e os políticos do acordo interpartidário, para servir melhor os seus amos norte-americanos, querem criar no país um clima favorável à guerra e por isso não vacilam em se desmarcar completamente, prendendo, espancando e assassinando partidários da paz. Assim é que demagogos como Ademar de Barros, Milton Campos, Jobim e Mangabeira, em face do impulso tomado pelo movimento da paz, se nivelam como inimigos do povo e das liberdades, arrancando a máscara de democratas que tinham afivelado à face, mandando tirotear as massas que nas ruas clamam contra a guerra imperialista. A atitude desses falsos democratas, colocando-os na posi-

ção de simples agentes dos incendiários de guerra norte-americanos, serve para advertir o nosso povo sobre a gravidade do perigo que o ameaça de ser arrastado a uma nova hecatombe guerreira.

GOVERNO DE FOME E DE GUERRA

E, EVIDENTE que tôda essa ofensiva contra o movimento pela paz é dirigida pelo governo de traição nacional de Dutra, governo lacão do imperialismo ianque que o orienta nesta atividade guerreira e anti-democrática. E' sem dúvida a ditadura de Dutra a força política que no país melhor serve aos imperialistas norte-americanos com os quais está completamente comprometido no sentido de arrastar o Brasil a uma aventura guerreira. Está o governo brasileiro enquadrado no plano estratégico do imperialismo no sentido do desencadeamento de uma nova guerra. Atingindo em cheio a soberania e a independência nacionais, transforma o sr. Dutra o Brasil em simples caudatário dos trustes e monopólios norte-americanos, ampliando assim sua política de traição nacional, de entrega do país ao imperialismo, colocando acima dos sagrados interesses de nossa Pátria, acima das tradições de independência e liberdade de nosso povo, os interesses dos senhores do capital monopolista dos Estados Unidos. Servindo aos seus patrões imperialistas e tudo fazendo para arrastar o país para a guerra, numa demonstração da mais completa ausência de patriotismo, vai conduzindo o governo de Dutra o Brasil à condição de colônia estadunidense.

Aliás, os membros desse governo não têm o menor constrangimento em confirmar impudentemente, em declarações e documentos, essa política de traição nacional. Assim é que o sr. Raul Fernandes, ministro udenista das Relações Exteriores, há quase dois anos, logo após a chamada Conferência Pan-Americana, realizada em Quitandinha, demonstrava, em documento oficial, a completa submissão do governo Dutra ao imperialismo norte-americano e o mais cínico desprezo pela soberania nacional, formulando tôda uma teoria que é a cabal negação do patriotismo. Na exposição de motivos, pedindo a aprovação do Tratado do Rio de Janeiro e dirigida ao Presidente da República que, por sua vez, a encaminhou em 25-9-1947 ao Congresso Nacional, declarava sem o menor pudor sobre uma das cláusulas daquele tratado de guerra:

«Por fim é de mencionar que, para o funcionamento do mecanismo de consultas, foi abandonada a regra da unanimidade, que muita vez entorpece as mais justas iniciativas. Os egoísmos nacionais cederam, em favor do princípio de uma maioria qualificada, e — o que mais é — em favor da regra segundo a qual se reconhece a obrigação de cumprir as decisões da maioria, qualouer que tenha sido a opinião individual».

E logo adiante:

«Semelhante estipulação tem o mais alto alcance, pois significa o abandono voluntário do velho dogma da soberania ilimitada».

Dêsse modo, o chanceler da ditadura, considerando a defesa dos interesses da Pátria como «egoísmos nacionais», numa verdadeira traição ao Brasil, aceitava a limitação da soberania nacional, que é dever de todo patriota defender em sua plenitude. A despudorada afirmativa do «abandono voluntário» de nossa soberania define claramente a traição das classes dominantes.

Semelhante destaezatez dessa destacada figura do acôrdo interpartidário, só tem paralelo nas suas posteriores manifestações ao pregar, perante o embaixador Pawley dos Estados Unidos, a total submissão do Brasil ao «colosso» norte-americano e ao defender na Assembléia Geral da ONU a descarada intervenção dos imperialistas yanques na Grécia. Nesse assunto, o sr. Raul Fernandes não pensa de modo diferente que o seu partido, a União Democrática Nacional, cujo representante na Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, sr. Rafsel Cincura, como relator do Tratado do Rio de Janeiro, adotando a mesma teoria impatriótica do ministro das Relações Exteriores, afirmava em 14-11-1947, a respeito daquele pacto de dominação imperialista, pedindo sua aprovação:

«E' o desprezo do principio da intangibilidade dos Estados. E' a rejeição do dogma, outrora inviolável da soberania absoluta».

Para o sr. Rafael Cincurá, homem da «eterna vigilância», que segue a orientação política do conhecido agente do imperialismo yanque, sr. Juracl Magalhães, o Tratado do Rio de Janeiro devia ser aprovado porque significa o desprezo da intangibilidade do Estado brasileiro e a rejeição de nossa soberania absoluta, «outrora inviolável»... O seu parecer, assinado pelos deputados de todos os partidos que tinham então assento na Comissão de Diplomacia e Tratados, com o voto contrário do representante do PCB, evidencia que, em 1947, já todos os partidos das classes dominantes, sem exceção, apoiavam a política de preparação guerreira do governo Dutra que, assinando o Tratado do Rio de Janeiro, se incorporava a um bloco regional agressivo, violando os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas.

A teoria dos srs. Raul Fernandes e Rafael Cincurá não é diferente da teoria de «quisliff», já esposada por João Neves e por Góis Monteiro, em outra oportunidade, de alienar a soberania nacional em benefício da defesa do Continente, isto é, da política imperialista e guerreira do governo dos Estados Unidos.

Outra não é a posição do general Cordeiro de Farias, na conferência pronunciada na Escola Técnica do Exército sobre a criação da Escola Superior de Guerra, órgão orientado e controlado pelos militaristas yanques, declarando que o governo do sr. Dutra está na órbita dos Estados Unidos, ao lado do qual participará em uma guerra imperialista. Em sua conferência, mediocre e fálha de argumentos, mas nem por isso nitidamente guerreira, diz o antigo interventor do Estado Novo no Rio Grande do Sul e hoje um dos generais a serviço da preparação e do desencadeamento de uma nova guerra:

«Não há que fugir, infelizmente, a estas imposições de uma nova guerra, se ela surgir. Aceitemo-las como inevitáveis e fixemos um novo aspecto da questão. O mundo ocidental gira em torno da América do Norte».

Dessa maneira o general Cordeiro de Farias aceita e defende como uma contingência inevitável colocar, mesmo contra a vontade da nação, o nosso povo, a nossa mocidade e as nossas forças armadas, a serviço dos monopólios norte-americanos, para serem sacrificadas na mais infame e injusta das guerras. Prefere, assim, o tenente de 1924 renegar o que ainda poderia restar de seu passado de luta pela liberdade na Coluna Prestes, para se transformar num mero instrumento do imperialismo e do governo de traição nacional de Dutra. Ao afirmar que a próxima guerra será total, esse novo agente dos expansionistas ianques mostra o seu ódio ao povo, pois as massas odeiam a guerra e não se deixarão tão facilmente arrastar, como pense esse general, pelo imperialistas, a uma nova carnificina. O sr. Cordeiro de Farias procura ignorar que o governo Dutra, para participar na guerra imperialista, pretendendo fazer a mobilização total do povo brasileiro, terá em primeiro lugar de fazer guerra às massas trabalhadoras, guerra que já inicia, através do maior esfomeamento dos trabalhadores, pelo terror, pela opressão e a falta de liberdade reinantes no país. Esse mesmo general relaciona as medidas tomadas pelo governo de traição nacional de Dutra contra o Partido Comunista e contra as liberdades como parte do plano de colocar o nosso país ao lado dos imperialistas ianques na guerra que estes ativamente preparam, ao mesmo tempo que deixa bastante claro que o governo Dutra já se comprometeu a participar do próximo conflito internacional, quando estabelece, sem mais rodeios, a ligação do Tratado do Rio de Janeiro, «nos seus efeitos e causas», ao Pacto do Atlântico, que é um pacto de agressão e de guerra.

As declarações contidas na conferência do gen. Cordeiro de Farias, se coadunam com as manifestações do ministro da guerra da ditadura, sr. Canrobert, por ocasião de sua estadia nos EE. UU., onde procurou se mostrar um legítimo partidário da guerra, a ponto de ridiculamente reivindicar um 'acto do Atlântico Sul, não lhe parecendo talvez suficiente o Tratado do Rio de Janeiro, simples peça do mecanismo político, militar e diplomático que acaba de ser ultimado com a ratificação simultânea e imediata do Pacto do Atlântico Norte pelos governos signatários desse tratado agressivo. Da mesma forma que o seu ministro da guerra, o sr. Dutra visitou os EE. UU. em missão de guerra, fazendo, em virtude de seus compromissos guerreiros com o imperialismo ianque, maiores concessões aos trustes e monopólios norte-americanos, assinando de parceria com Truman a nota em que se compromete a pôr em execução o plano elaborado pelos colonizadores da missão Abbink, plano que coloca o Brasil como simples fornecedor de matérias primas para a guerra que os imperialistas pretendem desencadear.

OS ACONTECIMENTOS NO PAIS GIRAM EM TORNO DO PROBLEMA
DA PAZ E DA GUERRA

ESSA POLÍTICA de guerra e fome do governo de traição nacional de Dutra conta com o apóio de todos os partidos políticos das classes dominantes que por cima de suas divergências se unificam em torno da orientação guerreira da ditadura. Um exemplo dessa realidade foi dado ainda há pouco pelo traidor do povo paulista Ademar de Barros, que apesar das divergências que possa ter com os outros grupos e partido das classes dominantes, homenageando o sr. Walter Jobim, afirmava que o Brasil estava na primeira linha de luta em defesa da «civilização ocidental», isto é, ao lados dos incendiários de guerra numa aventura contra os povos socialistas e da democracia popular, procurando assim um maior apóio do imperialismo ianque para a sua política atrabiliária e anti-popular à frente do governo de São Paulo e mostrando-se totalmente solidário com a política guerreira e reacionária da ditadura. Caracterizando de modo preciso essa unificação das forças reacionárias no país, em torno da política de desencadeamento de guerra do governo, o camarada Prestes em seu trabalho de maio deste ano diz o seguinte:

«Na verdade, o medo do povo une a todos esses senhores, por cima das divergências secundárias que os separam, em torno do governo Dutra que faz a política que lhes interessa, orientada no fundamental no sentido de quebrar pela violência a resistência popular ao expansionismo ianque, à miséria e à fome crescentes, à preparação do país para a guerra».

Esta análise do grande líder do povo brasileiro é cada vez mais confirmada pelos últimos acontecimentos políticos nacionais que, da mesma forma que os acontecimentos internacionais, giram em torno do magno problema da paz e da guerra. Os políticos e partidos das classes dominantes procuram fazer crer que a atividade política no país, hoje, se centraliza na questão da sucessão presidencial, mas a realidade é que todos esses cambalachos e conciliábulos sobre as próximas eleições de 1950, realizados à revalia das massas, visando iludilas e desviá-las das lutas por suas reivindicações, toda essa intensa e suspetíssima agitação que a imprensa burguesa vem desenvolvendo em torno do mesmo assunto, constitui uma verdadeira conspiração contra o povo, atrás da qual procuram assegurar e ampliar a atual política guerreira do governo de traição nacional de Dutra, política de entrega do país ao imperialismo, de opressão e de fome. E' verdade que existem contradições entre as classes dominantes que se manifestam em vários problemas e, mesmo agora, nas atividades da sucessão presidencial, surgem divergências, mas essas contradições são secundárias, pois todos os partidos e políticos das classes dominantes se colocam ao lado do imperialismo e da guerra e apoiam firmemente a ditadura de Dutra que aumenta cada vez mais abertamente sua atividade no país no sentido da preparação e do desencadeamento de uma nova guerra. Quando se trata de tomar medidas de caráter guerreiro, contra as massas e contra o movimento democrático, a pequena minoria reacionária que domina o país, incapaz de resolver um só problema de

nosso povo e que só vê na guerra a saída para a situação nacional, faz calar suas divergências e apoia sem vacilações estas medidas. Assim é que tanto os demagogos da UDN como os politiquinhos do PSD, tanto os falsos democratas do PR como os «trabalhistas» do PTB, enfim todos os chamados partidos «legais» não dizem uma só palavra de protesto contra a infame e inconstitucional perseguição aos partidários da paz. Mas pelo contrário apressam a toque de caixa o andamento de monstruosa lei de segurança, já em vésperas de ser aprovada na Câmara dos Deputados para ser aplicada contra todos os patriotas e democratas, com o fim de melhor preparar o país para a guerra.

CRESCE A OFENSIVA DE FOME E OPRESSÃO CONTRA AS MASSAS

TUDO FAZENDO para arrastar o nosso povo à guerra imperialista, as classes dominantes aumentam sua submissão aos magnatas ianques, agravando a situação das massas trabalhadoras, sobre as quais procuram descarregar o peso de todas as dificuldades do país, aumentando intensa e brutalmente a sua exploração. Há atualmente uma verdadeira ofensiva contra a classe operária, através das mais torpes manobras visando o rebaixamento dos salários, do desemprego que começa a crescer no país, do atraso no pagamento dos salários, de novas formas de exploração como a assiduidade 100% e os contratos escravizadores de trabalho. Simultaneamente com essas medidas reacionárias, que fazem parte da preparação do país para a guerra, a burguesia nacional, juntamente com as empresas imperialistas, faz sérias tentativas para liquidar o que há de vantajoso para os trabalhadores nas leis trabalhistas, como ficou evidenciado na Conferência de Araxá. Tentativas também são feitas para não reconhecer os diminutos aumentos de salários decididos pela justiça do trabalho, como no caso do aumento de 40% conseguido no dissídio coletivo dos têxteis, que se viram compelidos a recorrer à greve para o cumprimento dessa decisão. Por outro lado, nos últimos meses o custo da vida elevou-se de maneira vertiginosa, a exemplo do que acontece agora com o aumento desproporcional dos preços de artigos de primeira necessidade, como o açúcar, o café, o gás, etc. e dos transportes populares.

A par dessa ofensiva de fome contra as massas existente no país, à medida que cresce o perigo iminente de guerra, aumenta a opressão e o terror, utilizando a ditadura novos métodos de repressão, mobilizando além de seu trabalho policial, tropas do exército e da aeronáutica para reprimir as lutas de nosso povo, prática já utilizada contra os movimentos grevistas e agora posta em execução para impedir a realização dos congressos regionais pela paz. Uma onda de terror se espalha por toda a nação, com a prisão constante de patriotas, de assassinatos de partidários da paz, com as cínicas provocações, através de «planos de conspiração», como agora o apresentado no Rio Grande do Sul pelo ridículo e fracassado procovador cel. Bogotá, forjados nas chefias de polícia de vários Estados, visando atemorizar os democratas que se opõem firmemente à política anti-nacional de Dutra e lutam contra a guerra imperialista. Não satisfeita ainda com essa onda de perseguições, a reação cícnica e abertamente faz ressurgir o integralismo como força

de choque e provocação a serviço da guerra e do imperialismo, contando a antiga quinta coluna nazista no país com todo o apóio da ditadura, agindo sob a proteção da policia para assassinar anti-fascistas como fez com o heroico Jaime Calado, abatido pelas balas assassinas dos traidores fascistas e dos policiais do governo udenista do Ceará.

AS CLASSES DOMINANTES DESEJAM A GUERRA IMEDIATA

OS SENHORES (as classes dominantes, na atual conjuntura, não vêem outra saída para a situação senão a guerra. Desejam o seu desencadeamento imediato e nesse sentido fazem todos os seus cálculos, tanto políticos como econômicos, esperando que a guerra seja uma solução para as dificuldades que atravessam. E' que, em face da crescente radicalização das massas e do fortalecimento do movimento democrático, olham a guerra como tábua de salvação, realizam uma política guerreira e reprimem furiosamente a luta em defesa da paz.

As classes dominantes no Brasil desejam o desencadeamento imediato da guerra com a finalidade de melhor servir aos imperialistas norte-americanos, que exigem a participação do Brasil na guerra, a quem se entregam completamente; evitar o fortalecimento das forças democráticas, impedir que as massas, que se radicalizam cada vez mais, conquistem as liberdades, aumentar a repressão ao movimento operário particularmente contra os comunistas, manter no país o regime de opressão e terror, através do estado de guerra permanente; procurar uma saída para suas dificuldades de caráter econômico, ganhar fabulosos lucros, como obtiveram na guerra passada; e finalmente aumentar a exploração das massas na base do regime de trabalho forçado imposto pela guerra, fortalecer e prolongar a escravidão assalariada e travar a marcha de nosso povo no caminho da revolução arrária e anti-imperialista.

Esses são os principais objetivos que perseguem as classes dominantes em sua política de guerra e de entrega do país ao imperialismo e, nesse sentido, tendo em vista uma agressão à URSS e aos países da Nova Democracia, não vacilarão em entregar o nosso solo às tropas ianques para que seja utilizado como base de operações militares, em transformar o nosso povo em carne para canhão e em aumentar o fornecimento das nossas matérias primas para a máquina de guerra imperialista.

Para derrotar esta sinistra orientação guerreira das classes dominantes é indispensável intensificar a luta pela paz e concentrar ainda mais todos os esforços no combate ao desencadeamento de uma nova guerra imperialista, esclarecer melhor as massas sobre o que para elas significa o perigo iminente de guerra e marchar o mais rapidamente no sentido da concretização da mais ampla frente nacional de luta pela paz. Em seu artigo sobre o Congresso Continental pela Paz a camarada Prestes indicava a todo o nosso povo o justo caminho da luta pela paz, ao afirmar:

«O caminho da luta pela paz é assim em cada país o caminho da unidade de ação de todos os democratas e patriotas, o caminho da mais ampla Frente Democrática de Luta pela

Paz que, com a classe operária à frente, será capaz de impôr aos incendiários de guerra a vontade de nossos povos, de fazer a luta efetiva e diária em defesa da democracia, a luta cotidiana pelas renúncias econômicas, contra a carestia de vida, contra os orçamentos militares, contra os tratados de capitulação ao imperialismo, contra a concessão de base militares, contra a participação enfim em qualquer guerra imperialista».

O reforçamento é a ampliação da grande campanha em defesa da paz, que é a tarefa central do momento, estão intimamente ligados à luta pela solução dos problemas mais sentidos de nosso povo que, aprofundando a luta de classes e combatendo a fome, a miséria e a exploração, contribuirão grandemente para garantir a paz no mundo. Mas a grande batalha na luta pela paz em nosso país se concentra na luta contra o governo de Dutra, que dirige a preparação guerreira, pois só com a derrota desse governo de traição é possível arrancar o Brasil do campo imperialista. Realizando uma firme oposição à ditadura que nos escraviza, combatendo enérgicamente a dominação imperialista yanque, o nosso povo demonstrará que não quer a guerra e que não lutará contra a gloriosa União Soviética — força poderosa e invencível a serviço da paz e do progresso da humanidade e campeã da liberdade e independência dos povos.



«Arrastar nosso povo a uma guerra imperialista é um crime, crime contra a Constituição que isso proíbe, mas fundamentalmente um crime contra a independência da pátria e a vida de nosso povo.»

PRESTES



«A frente de nosso povo, nós, comunistas, haveremos de lutar para transformar a guerra imperialista em guerra de libertação nacional — que disto não tenham nenhuma dúvida os senhores das classes dominantes e os políticos traidores que apoiam a atual política externa anti-nacional de Dutra-Raul Fernandes.»

PRESTES

FORJAR A MAIS AMPLA FRENTE NACIONAL EM DEFESA DA PAZ, DA LIBERDADE E CONTRA O IMPERIALISMO



LUIZ CARLOS PRESTES

O ANO de 1947 foi marcado pela ofensiva da reação contra as organizações operárias e populares, por medidas tão arbitrárias contra o movimento sindical como as que determinaram o fechamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e das Uniões Sindicais nos Estados. A ruptura de relações com a URSS marca bem o sentido da ofensiva imperialista no Brasil. Mas a reação imperialista foi particularmente dirigida contra o nosso Partido e assinalada pela decisão tipicamente ditatorial e de classe, do Superior Tribunal Eleitoral, contra o registro eleitoral de nosso Partido. No fim do ano de 1947 e nos primeiros dias do ano seguinte assumiu a ofensiva reacionária novas formas, cada vez mais abertas e violentas, contra todas as liberdades, particularmente a de imprensa, chegando ao assalto armado às oficinas de nossos jornais no Rio e em São Paulo, contra os mandatos legislativos, no âmbito federal e nos Estados, de todos aqueles que foram eleitos pelo povo sob a legenda de nosso Partido e, ainda em janeiro de 1948, com a provocação incendiária do quartel do 15.º Regimento de Infantaria em João Pessoa, primeiro de uma série de atentados cuidadosamente preparados pelo imperialismo ianque e seus agentes nacionais com o objetivo claro de separar o proletariado e as grandes massas populares dos comunistas e de seu Partido.

Para a Comissão Executiva, esses acontecimentos, que significavam sucessivas e crescentes derrotas para o nosso Partido, revelaram o que havia de falso e errôneo em nossa linha política, e isto impunha a necessidade urgente de uma nova linha política capaz de colocar o Partido, sem vacilações, à frente das massas em luta decidida contra a reação, em oposição aberta e corajosa ao governo Dutra que, a serviço do imperialismo ianque e do que há de mais reacionário no país, pretende quebrar pela violência a resistência de nosso povo à completa colonização do país, à miséria e à fome, e vencer sua vontade de paz, para arrastá-lo à guerra imperialista.

A necessidade de levar imediatamente ao conhecimento de todo o Partido e das mais amplas massas a nossa nova orientação política determinou o lançamento do Manifesto de 28 de janeiro de 1948 — documento histórico que marcou de maneira vigorosa a viragem de nossa linha política e o início da resistência de massas em todo o país à agressividade do imperialismo ianque e à arbitrariedade policial do governo Dutra, desde então por nós clara e corajosamente apontado à nação como um governo fora da lei e da Constituição, mais uma ditadura dos senhores feudais e dos elementos mais reacionários da burguesia

racional, governo de traição nacional, vil instrumento dos trustes e monopólios norte-americanos que exploram e oprimem o nosso povo. Os Ramos traçados pelo Manifesto foram em seguida confirmados no artigo «Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista», no qual foi exposta em maior amplitude a nossa linha política, reafirmada a necessidade de colocarmo-nos decididamente à frente das massas para lutar contra a ofensiva da reação, e já alertando todo o Partido para a necessidade de um profundo e sério exame crítico e auto-crítico de sua atividade nos anos que precederam a viragem necessária e urgente de janeiro de 1948.

Grandes foram as dificuldades a vencer, mas não há dúvida que graças à justa linha política traçada pelo Manifesto de Janeiro, linha política que vai sendo cada vez melhor compreendida e aplicada por todo o Partido, conseguimos durante o ano de 1948 estreitar nossas ligações com as massas, através não só das grandes lutas grevistas que se desenvolveram e desenvolvem em todo o país, em ritmo crescente, e que assumem formas cada dia mais conscientes e organizadas, como da luta contra o imperialismo, em defesa de nosso petróleo e outras riquezas nacionais, e de lutas populares que vão surgindo por todo o país e que assumem, pouco a pouco, formas cada dia mais altas e vigorosas.

Nessas condições, à medida que se aprofunda a luta de classes no país, cresce o nosso prestígio entre as grandes massas trabalhadoras, que vêm em nosso Partido o único Partido político realmente anti-imperialista e de oposição à ditadura, e cada vez mais se amplia a nossa influência sobre as outras camadas progressistas da população do país que querem lutar contra a miséria e a reação, pela independência nacional e contra a guerra imperialista. São, por isso, cada dia maiores as possibilidades para a criação da ampla frente democrática e de libertação nacional no país que, sob a direção do proletariado, poderá quebrar a reação, substituir a atual ditadura feudal-burguesa por um governo democrático, popular e progressista, capaz de iniciar a solução dos problemas da revolução agrária e anti-imperialista, reconquistar a independência nacional e de deslocar o Brasil do campo do imperialismo e da reação para o campo do progresso e da democracia.

Saibamos fazer uso, sem medo nem vacilações, da grande arma bolchevique da crítica e da auto-crítica, pondo a nã todos os erros e falhas em que tenhamos incorrido, para que se inicie em todo o Partido, de alto a baixo, um severo e honesto exame auto-crítico de toda a nossa atividade nos últimos anos. Será na base dessa auto-crítica e do exame cuidadoso e profundo da situação nacional dentro do quadro mundial, no momento histórico que atravessamos, que elaboraremos a linha política justa que nos permitirá enfrentar e vencer a reação imperialista e levar nosso povo, sob a direção do proletariado, à vitória na luta pela paz, pela independência nacional, a democracia e o progresso.

I — SITUAÇÃO INTERNACIONAL

MENOS de quatro anos após o fim da segunda grande carnificina deste século, já é em torno de uma nova hecatombe guerreira que gira, nos dias de hoje, toda a política mundial. Se, de um lado, a União

Soviética, à frente de todos os povos amantes da paz, continua lutando sem desfalecimento por uma paz sólida e duradoura, o que vemos, de outro lado, é o governo dos Estados Unidos, com os seus satélites ao Plano Marshall e do Pacto do Atlântico, avançar, de maneira cada dia mais escancarada e cinica, no caminho da preparação guerreira, da sistemática distribuição de tôdas as forças da reação, em todos os terrenos, com o objetivo, que os políticos reacionários e provocadores de guerra já não ocultam, de levar o mundo inteiro a mais uma carnificina guerreira de proporções jamais vistas. E' que se aprofunda cada vez mais, à medida que nos afastamos do fim da guerra, a divisão do mundo nos dois campos antagônicos definidos e caracterizados por Zhdanov em seu Informe histórico na reunião de Varsóvia, em setembro de 1947 — o campo imperialista e anti-democrático, de um lado, e o campo anti-imperialista e democrático, do outro. Esta é, podemos dizer, a caracterização essencial do sentido em que se desenvolve neste após-guerra a situação mundial. E' nesse antagonismo cada vez mais nítido e profundo que se sintetiza, nos dias de hoje no mundo inteiro, a luta gigantesca pelo progresso da humanidade, entre as forças da democracia e do socialismo em crescimento, de um lado, e as forças moribundas do capitalismo, de outro.

A agressividade atual do imperialismo ianque, seu esforço expansionista em tôdas as direções, econômico, político, militar e ideológico, sua intensa atividade guerreira e provocadora tudo isso não significa poderio nem aumento de sua importância relativa em comparação com as forças da democracia e do socialismo no mundo inteiro. Trata-se do aumento da resistência somente, porque, como diz Stalin, se os capitalistas resistem, não quer isto dizer que sejam mais fortes do que nós. «As classes agonizantes», diz ainda o camarada Stalin, «não oferecem resistência porque sejam mais fortes do que nós, mas porque o socialismo se desenvolve mais rapidamente do que elas, enfraquecendo-as. Precisamente por isso, porque vêem que são mais fracas, pressentem que se aproximam os últimos dias de sua existência e se vêem forçadas a resistir por todos os meios, com tôdas as suas forças».

Para que possamos compreender o sentido em que se desenvolve, no momento histórico que atravessamos, a situação mundial, é indispensável não esquecer essa mecânica do aguçamento da luta de classes e da resistência do sistema capitalista, porque só assim poderemos ter uma perspectiva clara e justa do desdobrar dos acontecimentos. Com a derrota militar do fascismo, mudou decisivamente a correlação de forças sociais no mundo, a favor da democracia e do socialismo, cujas forças crescem e se desenvolvem cada vez mais à medida que se prolonga o período de paz ou se evita o desencadear de nova guerra imperialista. Mas, de outro lado, uma nova guerra imperialista poderá precipitar os acontecimentos, aproximar ainda mais o fim do capitalismo. No entanto, é para ela, para a solução catastrófica das contradições capitalistas, que hoje marcham os grandes monopólios e seus governos.

À frente do campo democrático e anti-imperialista está a União Soviética, pátria gloriosa do socialismo, que já liderou a luta contra o nazismo e hoje, apesar dos imensos sacrifícios sofridos com a guerra, graças ao sistema socialista, desconhece qualquer ameaça de crise econômica, rapidamente reconstrói sua economia e retoma a marcha,

interrompida pelo ataque nazista, no sentido do comunismo. No ano de 1948, terceiro do 1.º plano quinquenal do pós-guerra, a indústria soviética já trabalha em nível superior 18% sobre o nível anterior à guerra, em 1940. Simultaneamente, o salário real dos operários e empregados mais que dobrou em 1948, em comparação com o ano anterior, graças a reforma monetária que permitiu também a supressão do racionamento e do sistema de cartões para o aprovisionamento da população, e ainda, recentemente, nova e considerável baixa nos preços de grande número de artigos de consumo popular. Enfim, eleva-se cada vez mais o nível de vida e o bem estar material dos povos soviéticos. Nessas condições, e por todos êsses motivos, e frente a um mundo capitalista em crise, pode-se afirmar já ser hoje a União Soviética a mais poderosa nação do mundo, cujo prestígio internacional cresce sem parar e cuja influência aprofunda-se cada vez mais nas amplas massas trabalhadoras de todos os países no mundo inteiro.

Mas, ao lado da URSS e a ela ligados pelos laços de amizade e de ajuda mútua, avançam também no caminho do socialismo os diversos países de democracia popular da Europa Central e Sul Oriental, cujas massas trabalhadoras conseguiram, ao derrotar o nazismo, com a ajuda da União Soviética e de seu glorioso Exército, liquidar as bases económicas da reação, fazer a reforma agrária, nacionalizar a grande indústria e os bancos, confiscar a propriedade dos traidores, nacionalizar a terra e tomar o poder em suas próprias mãos, pela instituição de governos democráticos populares sob a hegemonia do proletariado. Todos eles reconstroem rapidamente sua economia, alcançam e sobrepassam os níveis de produção de antes da guerra, esmagam as conspiratas dos restos órdres da reação, alimentados pelos grandes monopólios ianques, pelo governo de Washington, pelo Vaticano e pelos provocadores da guerra e avançam assim no caminho do socialismo. A exceção iugoslava, por maior que seja o prejuizo causado pela traição do grupo dirigente nacionalista de Tito, é passageira, porque não há dúvida que os elementos do Partido Comunista da Iugoslávia saberão encontrar o caminho de volta ao internacionalismo proletário que permita o rápido retorno da Iugoslávia à unidade dos países da nova democracia e à amizade e aliança com a União Soviética.

No Extremo Oriente também crescem, de forma rápida e gigantesca, as forças da democracia e do socialismo. Diferentemente do que se passou após a primeira guerra mundial, quando o movimento de libertação dos povos coloniais e dependente, ainda sob a liderança da burguesia nacional, vacilante e inconsequente, era com relativa facilidade esmagado pela força e desorganizado, depois da segunda guerra mundial têm os movimentos de libertação nacional a característica essencial de serem movimentos efetivamente populares, das mais amplas massas trabalhadoras, dirigidas e arrastadas pela classe operária. Acentua-se pelo mundo inteiro, mas particularmente na China e no sudeste asiático, a crise do sistema colonial. «As classes dominantes das metrópoles», como dizia Zhdanov, «já não podem mais governar as colônias como dantes». E nos países coloniais e dependentes, como já se dava há muito nos países capitalistas da Europa, a classe operária se revela na prática como a classe nacional por excelência, a única capaz de ser firme e conseqüente na grande luta contra a exploração e a opressão im-

perialista, pela independência nacional de seus povos, a única capaz, sob a direção do Partido Comunista, de arrastar e dirigir as amplas massas não proletárias e as camadas progressistas e anti-imperialistas da burguesia nacional.

E' o que está sendo provado na prática pelo movimento popular de libertação nacional na China, sob a hegemonia da classe operária e a firme liderança de seu grande e poderoso Partido Comunista. Todos os povos oprimidos sentem a significação profunda das grandes vitórias do povo chinês sobre o regime pódre e de traição nacional de Chiang Kai Shek e acompanham por isso com crescente interesse o desdobrar dos acontecimentos que já anunciam a derrocada total do sistema colonial numa boa parte do mundo — e, portanto, novas modificações profundas favoravelmente à democracia e ao socialismo no conjunto da correlação de forças sociais no mundo inteiro.

Mas não é somente na China. Em toda a Ásia, mas particularmente no Sueste asiático, também se desenvolvem com sucesso amplos e poderosos movimentos populares de libertação nacional. E isto se dá, apesar da resistência do imperialismo que cada vez mais emprega novos meios para tentar dominar as massas coloniais e quebrar os movimentos populares de libertação. Estes meios vão desde as guerras abertas contra os movimentos progressistas, como nos casos da Indonésia, Viet-Nam, Maláia, etc., até as mais insidiosas manobras políticas, ora concedendo independência formal segundo o modelo lanque das Filipinas, aplicado pela Grã Bretanha no Indostão, Paquistão, Ceilão, Birmânia, etc.; ora explorando os ódios de raça, de religião, de nacionalidade, tudo visando reforçar a burguesia «nacional» e os grandes latifundiários e sustentar o maior tempo possível governos «nacional-reformistas», como o de Nehru no Indostão; ora utilizando os intelectuais trotskistas a fim de dividir e enfraquecer o movimento de libertação, como já aconteceu no Ceilão e na Indonésia. Mas, apesar disso, avançam as forças democráticas e anti-imperialistas do Sueste asiático, malgrado a ofensiva ideológica do imperialismo contra a URSS e o comunismo e que visa retirar aqueles povos do campo anti-imperialista, e apesar dos esforços dispendidos pelo imperialismo no sentido de fazer do Japão sua base industrial no Extremo Oriente, estimulando o renascimento do potencial de guerra e do militarismo japonês. Incontestavelmente, o sucesso das forças anti-imperialistas na Ásia, inclusive a recente vitória eleitoral do corajoso Partido Comunista do Japão, comprovam as palavras de Molotov em seu discurso de novembro último ao comemorar o 31.º aniversário da Grand Revolução de Outubro: «Os fundamentos do imperialismo são cada vez mais abalados e se tornam pouco seguros, ao mesmo tempo crescem e unem-se as forças da democracia, da paz e do socialismo».

Se a primeira guerra mundial e particularmente a Revolução de Outubro, ao afastar do sistema capitalista uma sexta parte do mundo, abalou as bases do sistema capitalista e marcou o início da crise geral do capitalismo, agravou-se mais a situação do capitalismo após a segunda guerra mundial, que, como disse Zhdanov, teve como resultado «a retirada de uma série de países da Europa Central e Sul Oriental do sistema capitalista»; situação esta ainda mais agravada com a crise do sistema colonial, particularmente na China e na Ásia sul oriental, como vimos anteriormente. Além disto, a instabilidade política e os

conflitos sociais, cada vez mais sérios e generalizados, na maior parte dos países capitalistas, dificultam a exportação de capitais, que se concentram nos Estados Unidos, e, de outro lado, o problema dos mercados para a produção crescente do imperialismo lanque (cada dia mais grave. Basta ver o que se passa com a produção de trigo. Em anos anteriores à 2.ª guerra mundial, os países consumidores de cereais absorveram, em épocas de más safras, quando muito 720 milhões de bush e provenientes de todas as fontes estrangeiras de abastecimento. Atualmente, a própria produção dessas zonas consumidoras é boa. Mas os EE. UU., só eles, sem contar a Argentina, o Canadá e a Austrália, que também dispõem de grandes quantidades exportáveis, pretendem, ou necessitam, colocar no estrangeiro 720 milhões de bushels. Isto explica o fracasso da recente Conferência Mundial do Trigo e serve para mostrar as dificuldades com que lutam os monopólios lanques para manter o nível elevado dos lucros atingidos durante a guerra, que na verdade ainda vai sendo conseguido, com a conservação das indústrias de armamentos quase nos mesmos níveis de produção de guerra e com a acumulação pelo governo de Washington de grandes estoques de guerra.

Se bem que a indústria norte-americana trabalhasse em 1948 em nível que não chega a 80% do nível de 1943, que foi o ano de apogeu em plena guerra, os lucros das sociedades anónimas continuam crescendo, de 6,4 bilhões de dólares em 1939, para 24 bilhões em 1947 e quase 30 bilhões em 1948. Mas a situação da classe operária se agrava dia a dia e, apesar das grandes lutas por salários, estes não conseguem acompanhar senão de longe o rápido encarecimento do custo da vida, donde a diminuição do salário real e o apelo crescente às economias feitas durante a guerra. Desenham-se assim, com nitidez cada vez maior, os sintomas da crise cíclica que se inicia, sintomas que crescem em ritmo acelerado particularmente nos últimos meses de 1948 e nas primeiras semanas do corrente ano. O desemprego, segundo os últimos dados oficiais, já atinge a 3,2 milhões em fevereiro e o desemprego parcial não é inferior a 8 milhões de pessoas. Ora isto se dá quando o governo norte-americano aumenta os impostos e fim de cobrir um orçamento federal de 42 bilhões de dólares — cinco vezes maior do que o de 1939 — e no qual 32 bilhões de dólares, ou 76% do total, são dedicados a despesas de guerra — pagamento das obrigações da guerra que passou e despesas com a atual preparação guerreira.

A guerra, aliás, se torna cada dia mais premente para os grandes monopólios, como única saída que lhes resta para a crise cíclica já em início. As negativas de mister Snyder, Secretário do Tesouro, não podem ocultar os fortes abalos já sofridos pela economia norte-americana. Segundo informações recentes dos Estados Unidos, as fábricas, sem grandes encomendas, estão na iminência de reduzir a produção; o mercado de automóveis já mostra tendência de desmoralização; os tecidos e confecções estão sendo liquidados com uma baixa de 60%. Aliás, o próprio «New York Times» já reconhece a gravidade da situação e não deixa de ser significativa a maneira pela qual pretende acalmar seus leitores quanto às consequências já claras da crise que se inicia: «Felizmente, escreve o órgão de Wall Street, nós temos um vasto programa de preparação militar para dominar os efeitos da depressão». E' a guerra, a destruição continuada do homem pelo homem,

o último recurso para que apela o capitalismo moribundo, na ansia de sobreviver, diante do fim inevitável que se aproxima.

Esta situação econômica, que aprofunda as contradições de classes nos Estados Unidos, tem seus reflexos políticos na reação interna em crescimento, à medida que aumenta o descontentamento popular, o sentimento de massas contra a guerra, e se eleva a consciência de classe do proletariado. E, diante do perigo fascista, cada dia mais evidente, à medida que os monopólios apressam os preparativos de guerra, surge no país o terceiro partido, novo partido de frente única popular que, tendo à sua testa H. Wallace, velho colaborador de Roosevelt, assume uma firme posição anti-fascista e anti-imperialista. Com profundas raízes entre a população negra, que o apóia decididamente e que é por ele atraída à atividade política, o movimento dirigido por Wallace conta com um amplo apoio das camadas mais conscientes do proletariado, particularmente do Partido Comunista, e vem exercendo, sem dúvida, um grande papel na luta pela paz e contra a fascistização dos Estados Unidos. Seu esforço esclarecedor entre as grandes massas politicamente mais atrasadas não deixou certamente de contribuir para a derrota do Partido Republicano nas eleições de 2 de novembro último. Aliás, a vitória do Partido Democrático e do presidente Truman indicam claramente que a maioria do povo norte-americano, ao votar contra Dewey e os republicanos, votou antes de tudo contra o programa mais reacionário e agressivo, votou pela paz, contra a guerra, e só agora, à medida que se torna evidente o sentido reacionário e guerreiro do governo Truman, verificam as massas na prática o quanto foram ludibriadas pela demagogia eleitoral do Partido Democrático e de seus candidatos.

A política de Truman se desenvolve no sentido do desencadeamento da guerra, se bem que ainda mascarada, na medida do possível, por uma fraqueza ideológica democrática e «anti-totalitária», de falsa fidelidade à paz e aos princípios da O.N.U., uma política de duas caras. E, no conteúdo, uma política expansionista e agressiva e de preparação sistemática das condições que permitam o desencadear de nova guerra dentro do menor prazo possível.

Mas, de outro lado, essa política de duas caras do imperialismo yanque não pode na verdade ser realizada senão atacando a consciência nacional dos povos, senão destruindo sua independência. E' cada vez mais claro que o imperialismo yanque retoma hoje o caminho hitleriano da destruição das nacionalidades. Essa política, no entanto, como não poderia deixar de ser, esbarra com os interesses dos povos, aviva o sentimento patriótico das grandes massas, desmoraliza diante de seus olhos os políticos traidores das classes dominantes e torna cada vez mais evidente a necessidade da luta pela independência nacional, contra os monopólios colonizadores, contra a opressão política do governo yanque, pela paz, o progresso e o socialismo.

E é por isso que o imperialismo americano, para enganar as massas e levar avante seus planos de agressão, desenvolve uma vigorosa campanha ideológica que se caracteriza: 1) por um anti-sovietismo feróz, que tem por objetivo conseguir isolar a U.R.S.S., dela afastar as grandes massas ou, pelo menos, as camadas médias das cidades e do campo;

2) por um anti-comunismo sistemático e animalésc que visa isolar os defensores reais consequentes e decididos da democracia, da paz e da independência de cada nação; 3), por um ataque insidioso ao regime democrático e a todas as liberdades populares, especialmente às conquistas do proletariado, como direito de greve e de livre associação sindical, liberdade cuja eliminação é pregada em nome da luta contra o «totalitarismo» soviético; 4) por uma campanha persistente contra os princípios da soberania nacional, apontadas como antiquilhas incompatíveis com a situação do mundo moderno, campanha que visa facilitar a cínica ingerência de imperialismo na vida de cada povo, em todos os terrenos.

No terreno econômico, político e militar assume particular importância o Plano Marshall, já em plena execução, apesar da resistência crescente que os povos visados oferecem à colonização lanque. Com o Plano Marshall visa o imperialismo norte-americano assegurar novas e amplas possibilidades à exportação de capitais e ao escoamento das mercadorias produzidas nos EE. UU. e, de fato, submete os povos do ocidente europeu aos planos agressivos dos monopólios e coloca seus governos sob completo domínio do governo de Washington. Basta lembrar que mesmo em países de alto desenvolvimento como a França e a Itália exigem os novos reduções da área de plantação de trigo, no primeiro, e a entrega de várias fábricas, no segundo, a consórcios norte-americanos. Mas, além disto, através da execução do Plano Marshall evidencia-se a política norte-americana no sentido de criar na Alemanha ocidental e, mais particularmente, na Bacia do Ruhr, a base industrial indispensável à guerra na Europa contra os povos livres das democracias populares e da União Soviética. E não é com outro fim que os governantes anglo-americanos utilizam cada vez mais, nas zonas da Alemanha que ocupam, os elementos reconhecidamente nazistas e os militaristas da reação alemã, que são colocados em todo o aparelho administrativo, inclusive em seus mais altos postos.

No mesmo sentido de preparação guerreira se desenvolve a política dos EE. UU., Grã Bretanha e França na O.N.U., abertamente contra a política de paz da União Soviética, contra qualquer proposta de desarmamento e de proibição da arma atômica, que continua a ser utilizada como espantinho a fim de facilitar aos políticos da reação no mundo inteiro a justificação diante de seus povos da política de capitulação e de traição nacional que leva à prática e na qual se destacam pelo seu cinismo os dirigentes socialistas e trabalhistas de direita, os Bevin, Blum, Saragat e Cia.. Esses senhores, por mais que se vejam obrigados a falar em paz, a fim de atender aos anseios claramente manifestados pelos seus povos, por mais que se digam dispostos a acórdos e a colaboração com a URSS, o que na verdade mais temem é qualquer acôrdo e, por isso, tudo fazem para que fracassem todas as tentativas, ao mesmo tempo que na O.N.U. lutam contra o veto, na esperança de fazer impôr sua política guerreira sob a máscara de votações «democráticas» em que dominam pelo número os representantes de governos fantoches, de lacaios do imperialismo, tão cínicos quanto Raul Fernandes, os delegados do traidor Gonzalez Videla e outros muitos da mesma laia. «A política dos dirigentes atuais do EE. UU. e da Grã-

Bretanha», define o camarada Stalin, «é uma política de agressão, uma política de desencadeamento de uma nova guerra».

As medidas práticas nesse sentido vão sendo tomadas num ritmo cada vez mais acelerado. Já em março de 1948 era firmada a denominada União Ocidental, aliança da Grã Bretanha com a França e os três países do Benelux, verdadeiro complemento militar e político à união econômica criada pela aplicação do Plano Marshall na Europa, e que subordina toda a política interior e exterior dos referidos Estados aos interesses dos meios dirigentes anglo-americanos. Mas essa União Ocidental, assim como o pacto panamericano e os que estão sendo preparados atualmente entre os Estados do Mediterrâneo, os Estados escandinavos, os Estados da Ásia sul-oriental, etc., tudo isso faz parte de uma mesma política guerreira que se completa agora no denominado pacto do Atlântico Norte, através do qual pretendem os anglo-americanos assegurar sua hegemonia sobre todo o mundo capitalista. Porque como mostra a todos os povos o Ministério do Exterior da União Soviética, em recente nota, documento histórico pelo seu papel esclarecedor:

«O Pacto do Atlântico Norte é, de fato, dos mais audaciosos na expressão das aspirações agressivas de um pequeno grupo de potências e, em primeiro lugar, na expressão das aspirações dos dirigentes dos Estados Unidos e da Grã Bretanha, que querem adaptar, em tal ou qual medida, à realização de seus objetivos, a política dos governos dóceis ou diretamente dependentes nesse sentido dos outros Estados».

Nessas condições, assegurada a hegemonia ianque sobre um número cada vez maior de Estados, tanto na Europa como na Ásia, na América Latina e na África, esse Pacto do Atlântico, que é evidentemente um pacto de guerra, coloca todos os povos, já agora, frente a um perigo de guerra atual e iminente. Já vimos anteriormente como se aprofunda a crise geral do capitalismo, como se acentua a crise no mundo colonial, como se aguça a luta entre os dois campos e se agravam as contradições entre o mundo socialista e o mundo capitalista, e que estamos no início da crise cíclica nos Estados Unidos — é nesta situação que os meios dirigentes anglo-americanos aceleram seus preparativos de guerra, organizam bases militares por toda a parte e tratam de assumir a direção política e militar de todo o mundo capitalista. É evidente que, nestas condições, a luta pela paz é, hoje, a questão decisiva para todos os povos. Não é questão para amanhã, mas questão para hoje, questão premente e atual, diante da qual se encontram os povos do mundo inteiro, que só lutando firme e tenazmente pela paz poderão derrotar os planos de guerra dos imperialistas anglo-americanos.

Porque, se o imperialismo é a guerra, se o imperialismo norte-americano, sobre o qual se concentram nos dias de hoje todas as contradições do regime capitalista, não pode viver sem a guerra, esta, no entanto, não é inevitável. Contra a guerra são os povos do mundo inteiro que, na luta gigantesca contra os incendiários de guerra, unem-se cada dia mais em torno do baluarte poderoso formado pela União Soviética em íntima ligação com as demais forças do campo anti-imperialista e democrático. Estas forças crescem mesmo na retaguarda

do inimigo imperialista, tornam-se cada dia mais conscientes e unem-se cada vez mais. Nesse sentido, é imenso o papel exercido pelos Partidos Comunistas do mundo inteiro e de importância histórica a união voluntária alcançada na memorável reunião de Varsóvia dos maiores Partidos Comunistas europeus, que então fundaram o Buró de Informação sob a liderança do grande Partido Bolchevique da URSS. Com o Buró de Informação tornou-se mais sólida a unidade das forças democráticas, maior a resistência oferecida aos planos guerreiros do imperialismo e mais vigorosa a luta ideológica pelo esclarecimento das grandes massas trabalhadoras e pelo desmascaramento dos traidores socialistas de direita. O Buró de Informação contribuiu ainda, e poderosamente, para a formação política, teórica e ideológica dos partidos comunistas em geral, vanguarda de classe do proletariado, combativas e conscientes. Mas o imperialismo é a guerra e é nesse sentido que avança. Do barulho feito em torno da política de «blocos» e «uniões», na intenção de enganar as massas, fazê-las acreditar em inimigos inexistentes, a fim de conseguir alianças para a guerra, a concessão de bases militares, a organização prática de comandos militares, a organização de estoques de guerra, chega o imperialismo agora ao auge de sua preparação para a guerra, com o denominado pacto do Atlântico Norte, instrumento principal dos planos de hegemonia mundial sob a direção norte-americana. Com esse pacto, que revive o eixo anti-komintern, aprofunda-se a luta entre os dois campos e, evidentemente, assume novas formas a luta pela paz, que só poderá ser assegurada se for conscientemente redobrada.

São essas vanguardas que, no mundo inteiro, à frente de seus povos lutam contra a guerra e o imperialismo, pela independência nacional, o progresso e a paz. «O perigo principal para a classe operária», disse o Zhdanov, «consiste, atualmente, na subestimação das suas próprias forças e na superestimação das forças do adversário». Diante da preparação guerreira do imperialismo, do aguçamento da luta entre os dois campos, especialmente frente ao perigo de guerra iminente que anuncia o Pacto do Atlântico, lutar pela paz significa lutar fundamentalmente pela cercada dos governos provocadores de guerra. A luta pela paz, como já mostrou o camarada Stalin, assume novas formas, mais altas e revolucionárias, precisa e pode ser redobrada e em cada país deve visar o desmascaramento sistemático dos provocadores de guerra e a derrubada dos governos que, a serviço dos monopólios norte-americanos, pretendem arrastar seus povos para a guerra imperialista contra a democracia e o socialismo, contra a URSS e o progresso da humanidade. A luta pela paz significa hoje no mundo inteiro o apoio decidido à política de paz da União Soviética e à nítida compreensão do caráter libertador do glorioso Exército Vermelho. A resistência ao imperialismo cresce cada vez mais no mundo inteiro, mesmo na sua retaguarda, dentro daqueles países que ainda se encontram no campo imperialista e anti-democrático, e quanto mais crescer essa resistência aos planos agressivos e guerreiros dos monopólios ianques, tanto maiores serão as possibilidades de prosseguir a marcha da humanidade para o socialismo sem a carnificina hedionda de uma nova guerra. De qualquer maneira, quaisquer que sejam os caminhos a percorrer, por mais duros e desumanos que possam vir a ser, a análise

em exista da situação atual no mundo inteiro confirma cada vez mais a sentença de Molofov: «Vivemos numa época em que todos os camilhões conduzem ao comunismo».

II — A SITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

AO CONTRÁRIO do que se passou na Europa e mesmo na Ásia, cujos povos ao fragor das grandes batalhas contra o nazi-fascismo e o militarismo japonês elevaram rapidamente seu nível político, na América Latina as conseqüências da última guerra foram politicamente menos sensíveis. Aprofundou-se, sem dúvida, a luta de classes em todo o Continente, as grandes massas trabalhadoras lutaram contra o fascismo, mas a classe operária, ainda em formação e ideologicamente débil, não apoiou a política de boa vizinhança para a guerra contra o nazismo, não soube em geral ver como, à sombra da política progressista de Roosevelt, tratavam os monopólios ianques de aumentar sua penetração e de consolidar suas posições em todos os países do Continente. A verdade é que a correlação de forças sociais continua, ainda hoje, em toda a América Latina, brutalmente favorável à reação, à burguesia reacionária, aos grandes proprietários de terra, aos financistas agentes do capital estrangeiro, especialmente norte-americano. Sem exceção de um só país, em toda a América Latina prossegue um brutal processo de colonização, de exploração crescente e de opressão cada dia maior de seus povos pelos grandes monopólios e trustes norte-americanos. A penetração crescente do capital imperialista ianque no Continente inteiro é mesmo, nos dias de hoje, o que mais caracteriza a situação e que se encontram os países latino-americanos, do México à Argentina, de Cuba até o Brasil e o Chile.

Os grandes monopólios norte-americanos aproveitaram grandemente a segunda guerra mundial e a política de boa-vizinhança para consolidar suas posições de predomínio absoluto no Continente. Para isto todos os meios foram utilizados e os mais variados métodos postos em prática, desde as «listas negras», que, se de um lado eram necessárias, serviam, também, para afastar os concorrentes, até as comissões técnicas que se infiltravam, em maior ou menor grau, no aparelho estatal dos diversos países latino-americanos, as bases militares e a penetração insidiosa nas forças armadas de nossos países, cujos oficiais e chefes foram sendo ganhos para as novas teorias militares da estratégia do imperialismo e que se resumem em só se cuidar da «defesa do Continente» (quer dizer, da guerra de agressão preparada e desejada pelos monopólios americanos), e abandonar, ou passar para segundo plano, os problemas da defesa nacional de cada país contra o inimigo mais próximo e imediato, o único provável, que são justamente os Estados Unidos da América.

Se durante a guerra, em nome do panamericanismo, já surgia o Plano Clayton de defesa da «liberdade» comercial, a chamada «política de portas abertas» em proveito da indústria e dos exportadores ianques, com o após-guerra a política expansionista e agressiva do imperialismo trata de utilizar as posições conquistadas para impôr aos países latino-americanos o Plano Truman de uniformização dos armamentos e que na verdade coloca sob imediato e completo controle do governo ianque

tôdas as forças armadas de nossos países. Ao lado disso, prossegue em proporções cada vez maiores a penetração do capital norte-americano sob tôdas as formas e agora, em consequência da miséria e da intranquilidade social reinante, acompanhada de exigências de garantias cada vez maiores e que, como não podia deixar de ser, determinam a vasalagem política crescente dos países latino-americanos ao governo de Washington. O imperialismo ianque, liquidados os concorrentes alemão, japonês e italiano, fortemente abalados a força e o prestígio do imperialismo inglês, que na própria Grã-Bretanha se submete cada vez mais a Wall Street, é hoje senhor quase absoluto, sem concorrente, em toda a América Latina, de que faz sua retaguarda, reserva garantida de viveres e matérias primas, e mercado privativo por inversões de capital e para sua produção industrial. Nessas condições, os governos latino-americanos que, antes da guerra, ainda tentavam por vezes explorar as contradições inter-imperialistas a fim de fugir à pressão excessiva dos monopólios e conseguir vantagens para determinados setores das classes dominantes, perdem agora quase por completo esse restrito campo de manobra e cedem por isso cada vez mais abertamente diante de tôdas as exigências dos trustes e monopólios ianques e da pressão política do governo norte-americano que se orientam francamente no sentido da completa colonização da América Latina.

Esse processo de colonização progride com relativa facilidade em consequência da própria debilidade econômica dos países latino-americanos, todos eles países economicamente atrasados, sufocados por uma estrutura econômico-social ainda semi-feudal e, por vezes, semi-escravagista, dependentes do imperialismo, países coloniais e semi-coloniais, fontes de matérias primas e de produtos agrários e mercados forçados da produção industrial das grandes potências capitalistas. Essa situação econômico-social, em pleno século do socialismo, é geradora do atraso, da miséria e da ignorância em que vegetam as grandes massas populares de nossos países, cujo descontentamento cresce e chega por vezes a explodir em movimentos espontâneos e violentos tão impressionantes como o de Bogotá, em abril de 1948, e que pôs fim na prática à Conferência Panamericana que então se realizava naquela capital. Isto determina a fraqueza das classes dominantes dos países latino-americanos, incapazes de resolver qualquer problema e que se voltam então para os banqueiros de Wall Street e para o governo de Washington a pedir «ajuda» do estrangeiro para que venha explorar seus povos e massacrá-los pela força, caso pretendam acabar, pela revolução agrária e anti-imperialista, com o regime de miséria e opressão a que estão sujeitos. E a traição da burguesia nacional e dos latifundiários é bem aproveitada pelo imperialismo, que por outro lado trata de utilizá-la, entre outras formas, por meio das chamadas empresas mistas, com as quais consegue mascarar de nacional o capital estrangeiro, associar a burguesia nacional com os interesses dos monopólios e, assim, separá-la definitivamente das forças anti-imperialistas de seus próprios países e do movimento nacional libertador. Aliás, à medida que cresce a penetração econômica do imperialismo ianque em todo o Continente, torna-se também cada dia mais direta sua influência na política externa e interna de todos os países latino-americanos. Os grandes trustes e monopólios ianques fazem e desfazem governos,

mas preocupam-se particularmente com a situação política das amplas massas populares que tratam de enganar e de impedir, por todos os meios, que se organizem e unifiquem. Para essa tarefa de dividir e mistificar as massas trabalhadoras se utiliza o imperialismo, em toda a América Latina, dos políticos descontentes ou de «oposição», mas especialmente dos «esquerdistas», anti-comunistas por princípio, que variam de nome de país a país — *apristas* no Perú, *autênticos* em Cuba, *socialistas* no Chile, na Argentina, no Uruguai, etc., *liberais* na Colômbia, *democratas* na Venezuela — mas todos semelhantes no uso da mais cínica demagogia a serviço do imperialismo. E' por intermédio dessa gente que o imperialismo procura assegurar um certo apóio de massas aos governos reacionários a seu serviço ou então preparar os golpes militares que possam instituir governos abertamente ditatoriais mais fáceis de manejar. São dois os sentidos principais em que agem, hoje, através dos politiquieiros a seu serviço, os monopólios imperialistas, procurando sempre explorar as contradições internas em cada país com o objetivo de utilizá-las em proveito de seus interesses. De um lado, pregam a passividade diante dos governos que marcham para a reação e que tudo cedem ao imperialismo, passividade que facilita a marcha para a reação e que os oportunistas justificam em nome da democracia, que seria ameaçada por qualquer choque violento, segundo dizem; de outro, quando os governos vacilam no caminho da ditadura, ou se tornam por demais impopulares e incapazes de manter a «ordem» semi-feudal, pregam, ainda em nome da democracia, o golpe militar «moralizador», «salvador», «democrático» — e, por vezes, até mesmo «anti-imperialista». E' esta a tática atual do imperialismo, aplicada pelos seus agentes em todo o Continente. Efetivamente sucedem-se nos últimos meses esses golpes militares por todo o Continente. Na Costa Rica, no Perú, na Venezuela e no El Salvador, no Paraguai — todos eles trazem nítida a marca dos interesses dos monopólios ianques e do dedo do Departamento de Estado dos E. E. U. U. Não por acaso eles se sucedem justamente no momento em que o imperialismo perde posição na Ásia, quando se acentuam a crise no mundo colonial e a própria crise geral do capitalismo e se torna por tudo isso indispensável ao imperialismo assegurar de maneira firme sua retaguarda no Continente, impôr em toda a América Latina a «ordem» a qualquer preço, indispensável à preparação guerreira que se acelera. A prática já mostrou suficientemente qual o verdadeiro sentido da política dos novos ditadores, toda ela dirigida contra as liberdades populares, contra o movimento sindical, contra o Partido Comunista. Esta a característica fundamental dos últimos golpes militares no Continente que, ao contrário das antigas e clássicas «revoluções» sul e centro americanas — choques armados entre bandos oligárquicos apoiados por um ou outro imperialismo a disputar a posse do poder. — trazem hoje sempre bem nítida a marca do imperialismo ianque dominador e visam a substituição de governos débeis ou vacilantes, que já não podem conter o descontentamento popular, que diante da miséria das massas, submetidas a uma exploração crescente, já não podem mais governar dentro das normas constitucionais da democracia burguesa, bastarda e semi-feudal da prática latino-americana. Visam a substituição desses governos por ditaduras violentas, policiais-militares, e que assegurem na retaguarda do imperialismo a «ordem» necessária

Para a guerra em preparação, «governos fortes» que por cima de seus povos façam todas as concessões aos trustes e monopólios, aceitem o controle do Departamento de Estado norte-americano, submetam su s forças armadas ao comando ianque, cedam bases militares e preparem seus povos para a guerra contra a União Soviética. «Board Seletor», boletim dos banqueiros de Wall Street, referindo-se aos últimos golpes militares do Continente, como que confessa a paternidade deles, ao declarar que não trouxeram nenhum risco para os capitais ianques, já que «as bases dos governos permaneceram as mesmas» e que, como afirma cinicamente o referido boletim, «as revoluções latino-americanas têm conseguido frequentemente o que nos países estritamente democráticos só as eleições podem fazer», constituem, diz ainda, «o meio mais rápido de se chegar à constituição de governos populares». E' como vemos, a mesma tese udenista do 29 de outubro, a consagração «democrática» do golpe militar pelos banqueiros de Wall Street, como instrumento político de penetração imperialista no Continente.

Mas, se a penetração do capital norte-americano avança e se a opressão política de nossos povos pelo imperialismo continua a crescer, é isto devido fundamentalmente à fraqueza orgânica e ideológica da classe operária em nossos países, assim como ao baixo nível político das grandes massas camponesas que constituem a maioria esmagadora da população latino-americana. O movimento sindical, já tradicionalmente débil em todo o Continente, em geral dividido e brutalmente subordinado ao controle policial dos governos de latifundiários, tem sofrido nos últimos meses uma perseguição cada vez maior e golpes sucessivos dos ditadores a serviço do imperialismo. Isto dificulta, sem dúvida, a missão unificadora da CTAL que, no entanto, apesar de sua reconhecida debilidade orgânica constitui poderoso ponto de apoio para o desenvolvimento do movimento sindical em nossos países e é tribuna continental influente que denuncia diante do mundo inteiro, inclusive na O.N.U., as violências e as arbitrariedades dos governos latino-americanos contra a organização operária em seus respectivos países. Apesar dessa debilidade orgânica das massas trabalhadoras, da dispersão das forças democráticas em todo o Continente, — é incontestável, no entanto, que, diante da traição cada vez mais clara dos latifundiários e da grande burguesia, vendidos aos monopólios ianques, da exploração crescente e da opressão política que significa o jugo do imperialismo, aumenta dia a dia no Continente inteiro o ódio ao explorador estrangeiro e vai ganhando corpo e vulto a resistência organizada, sob a direção da classe operária e de seus partidos de vanguarda, o Partido Comunista de cada país.

E é justamente esse movimento de massas que já se nota em todo o Continente, se bem que ainda pequeno e em início, contra o jugo imperialista e contra os governos de lacaios a seu serviço, que explica a reação política cada dia mais clara em todo o Continente, por mais que se mascarem de democratas esses infames e ridículos ditadores sul e centro-americanos e por mais que, como Dutra, Gonzalez Videla, Trujillo ou Somoza, ainda tragam debaixo do braço uma Constituição, que interpretam ou emendam ao sabor do patrão imperialista. Com a radicalização das massas trabalhadoras — operários, camponeses, pequena burguesia urbana — trata o imperialismo, por intermédio de seu

agentes em nossos países, de tomar medidas contra as forças democráticas, procura antes de tudo golpear o movimento operário, dividir o movimento sindical, e assassinar seus líderes, como vem acontecendo em Cuba, de liquidar o direito de greve, a liberdade de imprensa, assim como de isolar a vanguarda do proletariado, o Partido Comunista de cada país, que não poupa esforços para esmagar. Com tais fins essencialmente imperialismo em todo o Continente a mais intensa campanha ideológica, que vai desde o anti-comunismo sistemático até a mais desbragada demagogia.

Enfim, o que se observa em toda a América Latina é a perspectiva, cada dia mais clara, de grandes lutas, de movimentos de massas cada vez mais sérios contra o opressor imperialista e os governos reacionários, divorciados das massas, impotentes e incapazes de dar qualquer solução aos problemas econômicos e sociais que atormentam seus povos.

Mas, de outro lado, e frente a esse estado de coisa, não vacila o imperialismo ianque em recorrer à violência, à maior opressão política, em exigir de todos os governos latino-americanos a liquidação efetiva de todas as liberdades populares e a submissão mais servil às ordens do governo de Washington. Com o mesmo objetivo de reforçar seu domínio sobre todo o Continente, tenta o imperialismo criar focos de guerra e utiliza todos os recursos da propaganda e da intriga para atizar rivalidades e jogar os povos latino-americanos uns contra os outros — Costa Rica versus Nicarágua, Argentina contra o Chile, Brasil versus Argentina, etc.. Nesse sentido, a situação particular do governo Perón que, apesar de já marchar hoje, como os demais governantes latino-americanos, no sentido da submissão cada vez maior aos imperialistas ianques, é, sem dúvida, o único que ainda oferece, especialmente no que toca à política interna, uma certa resistência à pressão do governo de Washington, é bem utilizada pela imprensa imperialista para suas intrigas guerreiras em todo o Continente. O imperialismo, de um lado, utiliza os governos servis de Dutra e Gonzalez Videla para exercer pressão sobre o governo argentino e, de outro lado, pela imprensa a seu serviço acusa o governo Perón de tendências expansionistas e de inspirador dos golpes militares no Continente, golpes que são, todos eles, como vimos, de origem norte-americana. A provocação guerreira é evidente e particularmente perigosa para os povos do Brasil e da Argentina, que por serem as duas maiores nações do Continente, são as mais visadas pelos monopólios ianques que esperam, através da guerra, poder mais facilmente quebrar a resistência nacional e, à sombra da luta de cada povo contra o jugo imperialista e, à sombra da exaltação patriótica, esmagar o movimento operário e o Partido Comunista de cada um dos dois países, aumentar enfim o grau de dominação sobre o Brasil e a Argentina e sobre todo o Continente.

Aliás, essa dominação do imperialismo aique sobre todo o Continente faz parte integrante de sua política de expansão e de guerra, da política agressiva que, como vimos, prepara o desencadeamento de nova guerra mundial no menor prazo possível. Os tratados impostos aos governantes latino-americanos pelo governo dos Estados Unidos nas Conferências de Petrópolis e Bogotá fazem parte da estratégia guerreira do imperialismo, coroada neste momento pelo denominado Pacto do Atlântico Norte, que é, como vimos, um pacto agressivo, e de união

para a guerra contra a União Soviética. Naquelas Conferências evitaram os representantes dos Estados Unidos qualquer entendimento sobre os problemas económicos financeiros prementes em toda a América Latina, sempre transferidos para mais tarde, para uma projetada Conferência Económica de Buenos Aires que, segundo as últimas notícias, já não se realizará mais no corrente ano, mas exigiram os acordos políticos e militares que fazem dos países latino-americanos caudatários servís dos Estados Unidos, retaguarda firmemente controlada, como fonte de viveres e matérias primas, inclusive muitas de importância militar, e reserva ainda de soldados, de sangue a ser jogado na carnificina guerreira que preparam os trustes e monopólios.

O perigo de guerra iminente coloca os povos latino-americanos diante da necessidade urgente de unificar as grandes forças democráticas que existem esparsas em todo o Continente para a luta pela paz. É na medida em que compreendermos a importância fundamental dessa luta pela paz que poderemos nós, os povos latino-americanos, unificar nossas forças, o movimento operário, as massas trabalhadoras do campo, os intelectuais progressistas e a pequena-burguesia urbana, todos os democratas e patriotas, homens e mulheres que acima de tudo coloquem os interesses da paz e se disponham a lutar para romper os planos estratégicos do imperialismo e impedir o desencadeamento de mais uma hecatombe guerreira que só poderá trazer maior opressão, mais miséria e fome, sofrimento ainda maior para os nossos povos. A luta de massas pela paz em nossos países significa para o imperialismo a luta na sua retaguarda e poderá ser decisiva para obrigá-lo a adiar seus planos. Daí a grande importância do projetado *Congresso Continental pela Paz e a Democracia* a realizar-se sob o alto patrocínio do general Lázaro Cárdenas, Congresso que deve unificar todas as forças democráticas e progressistas do Continente e impulsionar a luta pela paz em todos os nossos países.

A medida que se desmascaram as intenções criminosas do imperialismo ianque e que aumenta a exploração e a opressão em todo o Continente, cresce o ódio das massas que se radicalizam rapidamente, particularmente as massas operárias que, sob a direção dos Partidos Comunistas de seus respectivos países, hão de saber guiar e arrastar seus povos para que lutem pela paz, pela confraternização de todo o Continente, unidos contra o imperialismo, para que alcancem enfim a independência nacional e governos democráticos, populares e progressistas.

III — SITUAÇÃO NACIONAL

A POLÍTICA expansionista, agressiva e guerreira do imperialismo ianque no mundo inteiro e na América Latina, particularmente, que considera, como sua retaguarda, o seu «quintal» de domínio privativo, assume no Brasil formas cada vez mais abertas e violentas. Pode-se mesmo dizer que na crescente penetração do imperialismo ianque no país está a característica essencial da situação nacional no momento que atravessamos. É dessa penetração, que se faz cada vez mais abertamente e em todos os terrenos — económico, político, militar e ideológico — juntamente com os fatores internos que a facilitam, que decor-

rem fundamentalmente todos os acontecimentos econômicos, políticos e sociais que assinalam a situação do país no momento histórico que atravessamos. O que é certo é que se acentua cada vez mais o processo de colonização do Brasil, aumenta dia a dia sua situação de dependência econômica, política e militar frente ao império norte-americano, dos trusts e monopólios, a soberania nacional, enfim, vai sendo progressivamente alienada, como já reclamava o Sr. João Neves em Bogotá, pelas classes dominantes e seu governo de traição nacional, de cínicos fantoches que trocam o uniforme nacional pela libré de lacaios de Truman e de Wall Street.

Desse processo de colonização, de penetração crescente do capitalismo, que se faz com a conservação dos restos feudais, a conservação no país de uma estrutura econômico-social arcaica e decadente, que entrava de maneira violenta o desenvolvimento das forças de produção, é que decorre a agravação crescente da situação das massas trabalhadoras e sua conseqüente radicalização. E frente ao descontentamento popular que se generaliza, ganhando camadas cada vez mais amplas e se aprofundando, assumindo, pouco a pouco, formas cada dia mais ameaçadoras para a tranquilidade da minoria parasitária que as explora, o medo do povo, que os senhores das classes dominantes já não podem ocultar, serve-lhes de pretexto para todas as capitulações ao imperialismo ianque, de um lado, e para a política interna de violência e terror policial contra o povo, de outro. E, aliás, esse medo do povo que a todos une — latifundiários e grandes capitalistas, com seus políticos e jornalistas — em torno de um governo tão reacionário como o de Dutra, governa de negociatas, e em cujo seio pululam os mais cínicos agentes dos monopólios ianques. Um exemplo bem claro desse estado de espírito das classes dominantes, que tremem de medo diante do crescente descontentamento popular, nos é dado pela atividade do Brigadeiro Eduardo Gomes que, nem mesmo para defender nosso petróleo da voracidade da Standard Oil, julga conveniente apelar para o povo. Isto para o Brigadeiro da «eterna vigilância» seria «agitação e anarquia», cabe ao Parlamento dos cassadores de mandatos e do acôrdo inter-americano, segundo sua opinião públicamente expressa, dar ao problema a solução que entender, por mais contrária que seja aos interesses nacionais.

Na verdade, o medo do povo une a todos esses senhores, por cima das divergências secundárias que os separam, em torno do governo Dutra, que faz a política que lhes interessa, orientada no fundamental sentido de quebrar pela violência a resistência popular ao expansionismo ianque, à miséria e à fome crescentes, à preparação do país para a guerra. A medida que as massas se radicalizam e lutam por maiores salários, contra a carestia da vida, contra a entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil, aumenta a reação policial, desaparecem na prática todas as liberdades asseguradas pela Constituição que o Poder Executivo viola com a conivência do Parlamento e a sanção do Poder Judiciário. Mas é principalmente contra o movimento operário, contra os sindicatos e o direito de greve, e contra o Partido Comunista que se dirige no fundamental a política das classes dominantes, nesse terreno, como nos demais, aliás, orientadas e impulsionadas pelos seus patrões de monopólios ianques e do governo de Truman.

Mas não há dúvida que, à medida que cresce a reação, se torna também cada vez mais claro para as grandes massas o seu conteúdo imperialista, anti-nacional, e aumenta por isso em ritmo acelerado a impopularidade do governo e a desmoralização dos partidos e dos políticos que o apoiam, mesmo daqueles que, por demagogia, para enganar as massas, o criticam nas questões secundárias para apolá-lo nas fundamentais, como fazem geralmente os demagogos «esquerdistas» da União Democrática Nacional e dos demais partidos ditos de oposição, como o Partido Trabalhista Brasileiro ou o Partido Socialista Brasileiro. Aprofunda-se assim, em todo o país a luta de classe, particularmente após o nosso Manifesto de Janeiro e a conseqüente atividade maior dos comunistas junto às massas, como provam as grandes lutas grevistas de 1948, movimentos populares os mais diversos, e a memorável campanha em defesa do petróleo, através da qual já se organizam os patriotas mais conscientes para a luta contra o imperialismo ianque, dando como que o primeiro passo na organização da ampla frente nacional capaz de dirigir a grande luta de nosso povo pela paz, pelo progresso e a independência nacional.

Mas ao ascenso do movimento de massas, respondem as classes dominantes com o terror policial, com o assassinio de dirigentes operários, com medidas cada vez mais arbitrarias e anti-constitucionais e, mesmo quando recuam parcial ou momentaneamente, como no caso da sede da UNE, é com o evidente propósito de mudar de tática, para voltar em seguida com medidas mais violentas ainda contra o povo. As classes dominantes, por mais que desejem salvar as aparências constitucionais do governo Dutra, sentem, diante do descontentamento popular que se amplia e da situação econômica e social que se agrava, que já não podem governar como dantes, dentro dos limites da democracia burguesa, mesmo nos moldes bastardos por que sempre se caracterizou em toda a América Latina. Voltam na prática à ditadura, por mais que ainda falem em democracia e Constituição, porque necessitam da violência para dominar e servir ao padrão imperialista.

Essa necessidade da ditadura é, sem dúvida, um sinal dos tempos, um indicio, não de fôça, mas de fraqueza, das dificuldades com que lutam as classes dominantes para conservar um regime econômico-social caduco, em que um número cada vez menor de privilegiados vive parasitariamente à custa da fome e da miséria da maioria esmagadora da nação. E' isto também que explica a gritaria, hoje generalizada entre os senhores das classes dominantes, pela «ajuda» imperialista, gritaria que vai das cartas patéticas do Sr. Corrêa e Castro a Mister Snyder («ajudem-os agora se não querem carregar-nos às costas») às declarações do Sr. Raul Fernandes, justificando desde já a intervenção militar do imperialismo em caso de revolução de lutas das massas contra os seus exploradores e opressores. Estamos efetivamente em pleno processo de colonização, que se acentua ainda mais, no momento que atravessamos, em conseqüência do papel importante que atribuem os elementos dirigentes da política norte-americana ao Brasil, em seus planos de guerra contra a União Soviética e as democracias populares. Já não escreveu no «Correio da Manhã» um desses jornalistas, cinco agente do imperialismo, estar o nosso destino «indissolavelmente ligado para a vida e para a morte ao dos Estados Unidos», como que a fazer

é com o gangster Mac Cormick, que teve o atrevimento de, em nossa própria terra, afirmar que, «se o momento chegar lutaremos juntos»? Não se trata somente da produção de viveres e de matérias primas, algumas tão importantes para a guerra como manganês, ferro, tório, cristal de rocha, petróleo, borracha, óleos vegetais, etc., nem somente da reserva de homens para a guerra no país mais populoso do Continente, mas fundamentalmente da posição estratégica do Brasil, cujo território passa a róta mais segura que liga os Estados Unidos à África, à Europa, e à Ásia. Nos planos guerreiros do imperialismo constituiu o Brasil ponto de apoio indispensável em todos os cálculos estratégicos e daí a pressão exercida sobre o governo Dutra, que já não pode nem pensar em salvar as aparências para cumprir fielmente os ordens do patrão norte-americano e permitir a verdadeira invasão do país pelos «técnicos», pelos espíões, pelos militares e aventureiros ianques que aqui se instalam e pretendem decidir soberanamente sobre nossos destinos. E as exigências prosseguem e se tornam cada dia mais duras, à medida que o governo de Washington ultima seus preparativos de guerra, o que coloca nosso povo diante do perigo iminente de ser arrastado à guerra imperialista ou à humilhação de permitir que o solo pátrio sirva de base para as aventuras assassinas dos trustes e monopólios anglo-americanos. Mas contra isso há-de levantar-se a maioria esmagadora da nação, logo que compreenda a iminência do perigo e que, organizando suas forças em ampla frente nacional de luta pela paz, possa contribuir para quebrar os planos estratégicos do imperialismo ianque e impedir o desencadeamento de nova guerra imperialista.

Diante do perigo de guerra iminente, a luta pela paz é o grande objetivo central que hoje deve unir a todos os democratas e patriotas brasileiros acima de quaisquer divergências. E' a maioria esmagadora da nação contra a minoria de latifundiários e grandes capitalistas vendidos ao estrangeiro e cada vez mais fracos e desesperados à medida que se agrava e aprofunda a luta de classes no país, como veremos através da análise da situação econômica e política nacional no momento que atravessamos.

1. SITUAÇÃO ECONÔMICA

A SITUAÇÃO econômica do país se caracteriza fundamentalmente pela crescente e acelerada agravação da situação das massas trabalhadoras, que é de sub-nutrição, de miséria, de doença e decadência causadas pela fome.

Acumulam-se no Brasil, em ritmo acelerado, todos os elementos de uma crise econômica de proporções jamais conhecidas. No fundo, essa agravação crescente da situação econômica e da conseqüente miséria das massas trabalhadoras se deve, antes de tudo, à estrutura semi-feudal e semi-colonial de nossa economia, cujas contradições se acentuaram bruscamente com a última guerra e o conseqüente aprofundamento da crise geral do capitalismo. Baseando-se a economia nacional, ainda hoje, sobre o comércio com o estrangeiro e dependendo êste cada vez mais dos mercados norte-americanos, não há dúvida alguma que a crise cíclica nos Estados Unidos, cujos primeiros sintomas

já se evidenciam, será de conseqüências catastróficas para a nossa economia. A tempestade, cujos elementos formadores acumulam-se agora em proporções nunca vistas, desabará então violentamente e incontrolável sobre a nossa frágil estrutura econômico-social.

As nossas exportações, em 1948, alcançaram 4.658.000 toneladas, no valor de 21.700 milhões de cruzeiros, o que constitui o maior volume de mercadorias já saído do país num só ano, quase 20% superior ao do ano anterior. O valor, no entanto, se manteve quase no mesmo nível de 1947, devido, em parte, a baixa nos preços do cacáu, do pinho, da cera de carnaúba, etc. e, em parte, à menor exportação de produtos manufaturados, como os tecidos, em geral de maior valor por tonelada exportada. A corrente de exportação de algumas manufaturas estabelecidas durante a guerra não afetou substancialmente a composição das nossas exportações. Continuamos a suprir os mercados externos com aëros alimentícios e outras matérias primas.

Os dados globais das nossas trocas externas, em 1948, ainda não foram divulgados. Mas já se pode prevêr que somente os Estados Unidos no. supriram em mais de 50% das nossas importações, ao mesmo tempo que absorveram cerca de 42% das nossas vendas ao estrangeiro. Ao Império Britânico couberam 15 e 13% respectivamente. Se adicionarmos àquelas parcelas as percentagens correspondentes à Bélgica, Holanda, França, Espanha etc., verificaremos que mais de 80% do nosso intercâmbio é feito com as nações imperialistas.

O saque imperialista à nossa economia é multiforme. Integrado em monopólios, trustes e cartéis, compra as nossas matérias primas pelos preços que lhe convém e nos vende os produtos manufaturados, os combustíveis e outras matérias primas pelos preços que fixa. Através da chamada «conferência de fretes», pela qual cada marinha mercante se obriga a só transportar mercadorias de tal a qual pôrto e por tal ou qual frete, domina a navegação comercial inter-capitalista. O Loide Brasileiro não consegue transportar mais de 5 e 10% da tonelagem total de nossas importações e exportações. Isto quer dizer que num montante de 2.577 milhões de cruzeiros de frete da tonelagem importada, o Loide Brasileiro recebeu no máximo 260 milhões de cruzeiros. A nossa balança de pagamentos de 1947 não consigna o frete de exportação, porque este é pago às companhias de navegação no país de destino da mercadoria, inclusive a pequena percentagem que cabe ao Loyd.

Participando com cerca de 80% no nosso comércio exterior, as nações imperialistas atuam também como intermediários nas vendas de produtos brasileiros a outras nações. É fato recente a venda de 3 milhões de dólares de algodão brasileiro à União Soviética, por intermédio de uma firma de Filadélfia, nos Estados Unidos. Os couros brasileiros, de igual forma têm sido vendidos à União Soviética por intermédio de empresas norte-americanas.

«A exportação brasileira continua sendo a de um típico país colonial das trópicos», e reflessa um comentarista da imprensa burguesa ao examinar dados recentes de nosso comércio com o estrangeiro ou, como escreve o Sr. Osvaldo Benjamin de Azevedo, «não passamos ainda de simples fornecedores de produtos primários, a preços baixos, adquirindo produtos manufaturados a preços cada vez mais altos, até o esgo-

PROBLEMAS

tamento total». Efetivamente, acentua-se cada dia mais a disparidade entre os preços das matérias primas, de um lado, e os das manufaturas, de outro. Os fatos indicam que a melhoria nos preços das matérias primas tem sido de duração efêmera, tão pronto os trusts e monopólios se refazem de uma escassez aguda, foram eles o aviltamento dos preços. É o que acontece presentemente. O preço médio da tonelada exportada nos últimos anos vinha melhorando seguidamente, em relação ao preço da tonelada de importação, conforme se verifica no quadro seguinte:

PREÇO POR TONELADA (Em Cruzeiros)

Ano	Na Exportação	Na Importação
1938	1.295	1.007
1941	1.902	1.362
1942	2.819	1.558
1943	3.237	1.866
1944	4.015	2.082
1945	4.083	2.008
1946	5.000	2.573
1947	5.601	3.183
1948 (até Outubro)	4.635	3.140

Observa-se que, em 1938, uma tonelada de mercadoria de exportação nos permitia adquirir 1,2 toneladas de mercadoria de importação. Em 1942, aquela relação subiu para 1,8, alcançando o máximo em 1944, com 2,0. No ano seguinte inicia-se a queda, descendo a 1,5 em outubro de 1948. O primeiro golpe contra os preços das matérias primas foi dado pelos Estados Unidos, quando, ao terminar a guerra, suspendeu as suas compras de produtos considerados estratégicos (cristal de rocha, mica, mentol, seda, etc.). Em seguida, iniciam os países imperialistas uma campanha sistemática contra os «altos preços» dos produtos primários, ameaçando-os com os sintéticos ou com as possibilidades de cultivo nas colônias africanas. De 1947 para 1948, tomados os 10 primeiros meses de cada ano, o preço médio da tonelada exportada caiu de Cr\$ 6.301,00 para Cr\$ 4.790,00, ou seja, uma redução de cerca de 25%, enquanto o preço médio da tonelada importada subiu no mesmo período de 7%. Mas esse movimento de queda nos preços dos nossos produtos de exportação ainda não alcançou os setores fundamentais da nossa economia. Houve, de 1947 para 1948, redução de 51% no preço da tonelada de açúcar exportado, de 35% no preço médio da cera de Carnaúba, de 16,4% no do pinho, etc., mas, no café, a queda não passou ainda de 1,72%. Devido a isso, ainda não foi propriamente atingida no fundamental a situação econômica do país, se bem que já seja sumamente grave a crise em algumas regiões, especialmente na Amazonia e no Nordeste, inclusive a Bahia, em consequência da queda do preço do cacáu no mercado mundial.

A importância extraordinária que tem no nosso comércio de exportação e o caráter de permanência que se reveste a exploração de sua lavoura situam o café no centro de gravidade da economia nacional. É certo que a participação relativa do café nas nossas exportações já foi muito maior. Em 1924, por exemplo, o café concorreu com 76% no valor das nossas exportações e em 1933 com 73%. A partir deste último ano, porém, começou a baixar até atingir o mínimo de 26% em 1942, quando as nossas vendas ao exterior foram consideravelmente reduzidas por causa da guerra. De 1943 em diante verificou-se uma reação aumentando novamente a participação relativa do café, que atingiu

1948 a cerca de 40% do valor total de nossas exportações. Além disto, devido à forte influência no governo do país dos interesses ligados à lavoura e ao comércio do café, inclusive os grandes Bancos, a política de preços altos para o café tem constituído preocupação dominante de todos os governos brasileiros. Pode-se ter uma idéia precisa do aumento havido nos preços do café observando que em 1938 a cotação média em Nova Iorque foi de 7,63 cents. norte-americanos por libra-peso, para o Santos tipo 4; em 1943-45 passou a 13,38 (preço tabelado durante a guerra); em 1947 chegou a 22,20; e em dezembro de 1948 alcançou, em média, 27,10. Assim, de 1938 para cá a cotação em Nova Iorque tornou-se quatro vezes maior. O valor unitário da exportação passou de 134 cruzeiros a saca em 1938 a 512 cruzeiros nos primeiros 10 meses de 1948.

Essa política de altos preços seguida pelo governo brasileiro e acompanhada pelos demais governos da América Latina, foi, ao que tudo indica, prestigiada pelo próprio governo dos Estados Unidos e utilizada por ele como um dos pontos de apoio para a sua política continental. Convém notar, no entanto, o que há de relativo nesses preços «altos» para o café, já que se compararmos com os preços de 1924 verificaremos que presentemente com uma tonelada de café mal podemos comprar 36% da quantidade de trigo em grão, 30% da de carvão de pedra, 36% da de ferro e aço, 63% da de óleos combustíveis que comprávamos naquele ano de 1924 com o valor correspondente de igual quantidade de café exportado. No entanto, essa política acentua nossa dependência dos mercados norte-americanos e da boa vontade do governo de Washington, concorrendo para a permanência no país de uma exploração agrícola de tipo colonial que tende a se expandir em contraposição com a queda geral, já verificada em São Paulo no ano de 1948, da produção de algodão, feijão, arroz, milho, mandioca, mamona, bafata e trigo.

Acentua-se, efetivamente, em todo o país a crise crônica de nossa agricultura, cuja produção, especialmente de viveres e outros artigos de consumo interno, não chega a acompanhar o ritmo de crescimento da população e torna cada vez mais precário o abastecimento dos grandes centros urbanos e industriais, que crescem, por sua vez, em consequência do próprio êxodo rural cada vez maior. Segundo as estimativas oficiais do Serviço de Estatística de Produção do Ministério da Agricultura, a redução no volume da produção agrícola nacional foi de 57.593.366 toneladas em 1946 para 56.882.866 em 1947. Redução pequena mas que assume uma grande significação, se a considerarmos em relação com o aumento da população, calculado oficialmente em mais de um milhão de habitantes por ano. Em São Paulo, a redução foi de 5.654.195 tonela-

das na safra de 1945-46 para 4.831.600 na safra de 1947-48, ou seja, uma queda de 14% em três anos, conforme as estatísticas da Secretaria da Agricultura. A carta semanal da Associação Comercial de São Paulo publicou em dezembro de 1948 dados sobre o movimento de janeiro a novembro de 1948 da Companhia Paulista de Estradas de Ferro nas baldeações de Campinas, São Carlos, Araraquara, Rincão, Bebedouro, Pederneiras e Triagem. E' o seguinte:

	Em 1947	Em 1948
Arroz (sacos)	2.831.514	1.648.690
Milho >	326.911	70.619
Feijão >	385.647	295.933
TOTAL	3.544.072	2.015.933

E comenta sobre esses dados um matutino paulista: «o recuo assinalado de um ano para outro é de 40%! E tememos que a E. F. Sorocabana tenha estatísticas semelhantes a publicar. Os que falavam em queda de produção agrícola, longe estavam, com certeza, de supor que a produção fosse tão grande o recuo». O Sr. Abbink tomou conhecimento desse fato e dête se utilizou para justificar sua tese contra a industrialização do Brasil, já que, segundo disse aos jornalistas ianques, não devemos continuar retirando braços da agricultura para a indústria. Esqueceu-se, no entanto, o técnico do imperialismo de que cerca de 70% da população brasileira se dedica à agricultura ou, pelo menos, vive no interior dos país, longe dos centros industriais, enquanto nos Estados Unidos não chega a 20% a parte da população dedicada à agricultura e que, no entanto, abastece a todo o país, como também concorre com quantidades crescentes para a exportação. Não são braços que faltam na agricultura brasileira, como pre ende insinuar Mr. Abbink a fazer eco com idéias permanentemente gritaria dos latifundiários brasileiros. E' efetivamente e estarrecer o baixo nível de rendimento da agricultura brasileira. Segundo cálculos do Sr. Afrânio C. Mello, baseado no Recenseamento de 1943, o rendimento do trabalho nacional, no que se relaciona com as atividades agro-pecuárias, a que se dedicavam naquele ano quase 9,5 milhões de pessoas, é 36 vezes menor que o norte-americano, pois «quanto a produção per capita da população dos Estados Unidos, dedicada àquelas atividades, era, em 1929, de 2.573 dólares, a da brasileira era, em 1940, de apenas 71 dólares». E' certo que nos Estados Unidos em 1930, já trabalhavam nas granjas e fazendas um milhão de tratores, número que já havia dobrado em 1945, enquanto no Brasil, segundo dados recentemente publicados, atingia a 4.832 apenas o número total de tratores empregados na agricultura. Mas o problema que enfrentamos está muito longe de ser puramente técnico. Suas causas são mais profundas, já que essa agricultura primitiva, secularmente atrasada, se significa miséria, fome, doença e ignorância para as grandes massas trabalhadoras, de outro lado assegura enormes lucros para o grande comércio.

especialmente de exportação, e polpudas somas para os latifundiários que, através do monopólio da terra, se apoderam, sem nenhum esforço nem o emprêgo de qualquer outra parcela de capital, de 30 a 50% do total produzido, pois é essa, sem exagero, a taxa média da renda da terra no Brasil.

Mas essa situação se agrava de ano para ano, à medida que se amplia e se aprofunda a crise crônica de nossa agricultura, que diminui a produção global e o rendimento por unidade de superfície, em consequência dos métodos primitivos de trabalho, da erosão, das pragas e de tudo mais que decorre do predomínio do latifúndio semi-feudal na economia brasileira.

Disso decorre a estreiteza cada vez maior do mercado interno para a indústria nacional. Esta cresceu consideravelmente durante a guerra, como se pode verificar pelas informações estatísticas sobre o aumento da produção de alguns produtos básicos, pelo consumo de matérias primas na indústria manufatureira e pelo número de operários industriais em atividade, já que, diante da desvalorização do cruzeiro, difícil é avaliar o aumento verdadeiro da produção industrial pelo valor global que, segundo informações oficiais, teria passado de 12 bilhões de cruzeiros, em 1938, para 75 bilhões em 1947. Na indústria têxtil de São Paulo, por exemplo, o consumo de algodão foi, em 1947, superior em 62% ao de 1939, tendo passado de 47.557 para 77.282 toneladas. A indústria nacional de artefatos de borracha, em 1946, consumiu 15 mil toneladas de borracha bruta contra somente 5.765 toneladas, em 1940, o que significa um aumento de cerca de 200%. A produção de cigarros aumentou no país, entre 1938 e 1944, de 73%, tendo passado de 786 milhões de unidades para 1.360 milhões. Quanto a alguns produtos básicos, foi o seguinte o aumento verificado em sua produção entre os anos de 1938 e 1947:

	1938	1947	Aumento %
Ferro guza, toneladas	122.352	480.638	293%
Aço	> 94.420	388.024	311%
Ferro laminado	> 85.666	315.773	277%
Carvão mineral	> 907.224	1.995.878	120%
Cimento	> 617.896	913.525	48%

Quanto ao número de operários em atividades, segundo dados fornecidos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, o total de seus contribuintes passou de 875.019, em 1941, para 1.297.817, no ano de 1946, o que significa em aumento de 48%. Este último número já baixou, no entanto, no ano de 1947, de 9,8%, indicando o início da diminuição da produção industrial no país, em caráter ainda não generalizado, é verdade, mas já sensível em alguns ramos da produção. Isto se deve não só à diminuição da capacidade de consumo das massas, devido à disparidade cada dia maior entre o custo da vida em ascensão continuada e os salários que pouco variaram, como, ainda, à concorrência

crescente dos produtos estrangeiros importados que, com o fim da guerra, voltaram a aparecer em nossos mercados. Só de casemiras importamos, de janeiro a agosto de 1948, no valor de cem milhões de cruzeiros, o que significar mais do que a soma dos dois anos anteriores. Mas, além disso, a perda, que se acentua, dos mercados externos conquistados durante a guerra, especialmente para os nossos tecidos de algodão, também ameaça seriamente a indústria nacional. Nossa exportação de tecidos, que atingira o auge em 1945, com um valor de cerca de 1.400 milhões de cruzeiros, tornou-se irregular com o término da guerra: foi de 700 milhões, em 1946, de cerca de 1.250 milhões, em 1947, e de apenas 472 milhões nos dez primeiros meses de 1948. Em diversos ramos industriais começam a surgir os primeiros sintomas de superprodução e, particularmente, na indústria têxtil aumentam os estoques.

Os lucros industriais, no entanto, são ainda bastante consideráveis particularmente os das grandes empresas estrangeiras ou ligadas aos monopólios americanos. Para isso e diante da concorrência que se acirra, os patrões lançam mão de todos os meios para aumentar a exploração do proletariado. Os processos mais violentos são postos em prática e vão desde o aumento de número de horas de trabalho até a irrisificação do ritmo de trabalho, sob a mais rigorosa vigilância policial, como acontece nas Docas de Santos por exemplo. Generaliza-se, também, a tendência à metódica substituição dos trabalhadores homens por mulheres e crianças ou por outros operários logo admitidos com menores salários.

A estagnação nos últimos anos do comércio interno é outro índice de que não são nada promissoras as perspectivas para indústria nacional. As estatísticas precárias e de sentido geralmente apologeticó procuram demonstrar a estabilidade da situação econômica, publicando dados sobre o aumento incessante das arrecadações tributárias, sobretudo de impostos sobre vendas e consignações. No entanto, segundo estudos publicados pela Associação Comercial e pela Federação do Comércio de São Paulo, em que foi tomada em consideração a desvalorização do cruzeiro, o volume de negócios no Estado de São Paulo, entre 1946 e 1948, baixou efetivamente de 48.876.100 mil cruzeiros para 44.923.200 mil cruzeiros. Outro índice da precariedade da situação está no aumento do número de falências e no crescimento do valor total de títulos protestados, no Rio e em São Paulo.

A situação da pecuária é igualmente pouco alentadora, especialmente nos Estados centrais (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) e nos do Nordeste, onde os grandes criadores pedem a anulação da metade de suas dívidas aos bancos, num total avaliado em 1,5 bilhões de cruzeiros, que seriam indenizados pelo governo federal à custa de novos impostos indiretos.

A situação cambial é também precária em consequência do grande «deficit» da balança comercial, em 1947 e nos primeiros meses de 1948, especialmente com os Estados Unidos, o que obrigou o governo, na falta de qualquer controle sobre o comércio externo, a adotar o regime de licença prévia para as importações consideradas dispensáveis. Diminuíram por isso no segundo semestre de 1948 os «deficits» da balança comercial, mas o regime de licença prévia presta-se às negociações que inutilizam qualquer esquema de racionalização no aproveitamento de

nossas disponibilidade no exterior e não resiste à pressão das grandes empresas norte-americanas, como a General Motors, a Ford, a Otis e outras, que, dispondo de amplas instalações no país, exigem licença para importar produtos semi-acabados ou desmontados, como automóveis, geladeiras, elevadores, produtos de tocador, etc. Deve-se a isso, sem dúvida, que em nossas trocas com os Estados Unidos, após um «deficit» de cerca de 6 bilhões de cruzeiros nos 2 meses de 1947, seja ainda de cerca de 2 bilhões, apesar do regime da licença prévia, o «deficit» nos oito primeiros meses de 1948. Voltamos assim ao regime dos «congelados» comerciais nos Estados Unidos que exercem forte pressão sobre o cruzeiro no sentido da sua desvalorização.

Essa situação cambial dificulta e impede mesmo o reequipamento industrial do país, inclusive aquele indispensável e urgente das vias férreas que se tornam, na situação precária em que se encontram, cada dia mais insuficientes para as necessidades mínimas do país.

De outro lado, o governo continua dissipando os nossos saldos no exterior, especialmente os acumulados em Londres, com as encampações onerosas da São Paulo Railway, da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, da Great Western, da Leopoldina que, na situação precaríssima em que se encontra, já quase nada representa senão ferro velho. Pior que isso, só mesmo o resgate com 12 anos de antecipação do empréstimo do café, mais uma negociação da camarilha de magnatas que engorda à sombra do atual governo brasileiro.

No terreno das finanças públicas, a situação do país também se agrava rapidamente e começa a assumir contornos de bancarrota. Está previsto um deficit no orçamento federal para 1949 superior a 1 bilhão de cruzeiros. No total dos orçamentos dos Estados e do Distrito Federal, o deficit em 1948 já atingiu a 1,4 bilhões de cruzeiros e tende a crescer. Cada vez mais a arrecadação pública é desviada para o pagamento da burocracia na Capital Federal e nas Capitais dos Estados, sendo de salientar o vulto das despesas com as forças armadas e as inúmeras polícias. Proporcionalmente, diminui a arrecadação municipal, com graves prejuízos para o desenvolvimento do interior do país, onde aumentam o atraso e a miséria.

Visando aumentar as receitas públicas, crescem os impostos, particularmente os impostos indiretos, em proporções cada dia mais violentas. Essa política diretamente contra os interesses das massas trabalhadoras foi exposta e defendida pelo Sr. Correia e Castro: «Os países novos, não industrializados, que procuram formar e acumular capitais, recorrem aos impostos indiretos... para os países novos, como o nosso, o problema básico, fundamental, é favorecer a formação de capitais, despartar as iniciativas privadas e incentivar a produção. Quer dizer, formação de capitais à custa das grandes massas. Aumento de impostos indiretos, com a consequente elevação do custo da vida e miséria cada vez maior e mais generalizada.

Essa, aliás, a orientação da política econômico-financeira do governo, política de expedientes, de medidas de emergência, tomadas ao desdobrar dos acontecimentos e que busca adiar indefinidamente a solução dos mais sérios problemas, mas sempre orientada segundo os interesses dos grandes monopólios norte-americanos e do grupo de ne-

gocistas do governo Dutra, que tem no Sr. Corrêa e Castro seu dirigente de maior destaque.

É verdade que, para inspirar confiança aos financistas norte-americanos e na tola ilusão de enganá-los sobre a situação real da economia nacional, a fim de conseguir um empréstimo externo de governo a governo, no e maiores inversões de capitais privados norte-americanos no país, faz o governo Dutra grande alarde e propaganda de sua política financeira que visaria: 1) cessar por completo as emissões; 2) alcançar o equilíbrio orçamentário; 3) congelar os salários dos trabalhadores e vencimentos do funcionalismo. Mas a bancarrota total dessa pretensão política já é hoje suficientemente clara. O governo já voltou às emissões de curso forçado (1.359 milhões nos dois últimos meses de 1948), o déficit de 1949 teve de ser proclamado, e o congelamento de salários, com o encarecimento acelerado do custo da vida, vai sendo posto de lado pelas grandes massas trabalhadoras que lutam em proporções cada vez maiores contra o aniquilamento pela fome. É esta, aliás, a única maneira prática de enfrentar e quebrar a política econômico-financeira das classes dominantes, que tem como objetivo claro descarregar nos ombros das grandes massas trabalhadoras o peso esmagador de todas as dificuldades e da crise que se inicia.

A agravação da situação das massas trabalhadoras, como dissemos de início, é a característica essencial, no momento que travessamos, da situação brasileira, perfeitamente assinalável mesmo nos Estados economicamente mais adiantados, como São Paulo e Rio Grande do Sul, mas que assume nos Estados do Norte e Nordeste, até Bahia, inclusive, proporções inauditas. Não vamos citar novos depoimentos sobre essa terrível situação, tão generalizada e conhecida é ela no país inteiro e mesmo no estrangeiro. «Um dos países em que pior se alimenta o ser humano», disse-o a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, apesar dos protestos «patrióticos» dos delegados brasileiros. Mesmo no Estado de São Paulo, os médicos já diagnosticaram fome para os operários e camponeses doentes que os procuram. Mas a miséria vai além e já atinge profundamente as classes médias urbanas que atravessam um doloroso processo de pauperização crescente.

Enfim, o que desejamos com esta rápida análise foi mostrar como se agrava dia a dia em nosso país a contradição fundamental entre as forças de produção em crescimento no mundo inteiro e uma infra-estrutura econômica secularmente atrasada, em que os restos feudais lutam por sobreviver em plena época da Revolução Socialista. Apesar do desenvolvimento industrial determinado pela última guerra, o Brasil de fato não progrediu, porque uma minoria insignificante de latifundiários e grandes capitalistas, em cujas mãos se concentra toda a riqueza, para conservar seus privilégios, condena a maioria esmagadora da nação, mais de 90% de sua população, à miséria e a uma exploração crescente, o próprio país ao estancamento, ao atraso progressivo e à decomposição. De um lado, cresce o proletariado, aumenta a miséria no campo, dá-se a liquidação das classes médias, enquanto, de outro lado, aumentam os latifúndios e acumula-se o capital nas mãos de uma minoria que se torna cada dia menor e mais rica. «A acumulação da riqueza num polo significa então a acumulação, no polo oposto, de miséria, de so-

frimento, escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral na classe cuja produção constitui o capital», como ensina Marx em sua grande obra.

Dêsse antagonismo, que hoje se aprofunda e se agrava a ritmo crescente em nossa terra, decorrem as duas soluções apresentadas para os grandes problemas brasileiros pelas forças da democracia e do progresso, de um lado, e pela minoria reacionária e retrógrada, de outro — o caminho que interessa às grandes massas trabalhadoras, quer dizer, a maioria esmagadora da nação, e o caminho dos latifundiários e grandes capitalistas que colocam seus interesses egoístas e imediatistas acima dos interesses nacionais, que se colocam, portanto, fora da nação, cujos interesses atraíam. O caminho da revolução ou o caminho da traição. À frente das massas trabalhadoras, das forças da democracia, está a classe operária, «absolutamente interessada, como diz Lenin, no desenvolvimento o mais vasto, o mais rápido do capitalismo», disposta a liquidar o latifúndio semi-feudal e a acabar com a nossa dependência do imperialismo. Mas, de outro lado, a minoria de latifundiários e de grandes capitalistas, ligada aos trusts e monopólios ianques, luta pela solução oposta, quer a conservação de seus privilégios, e para tanto pede a intervenção estrangeira e não vacila em submeter-se e entregar a nação inteira aos seus senhores do imperialismo norte-americano. Daí os apelos desesperados pela «ajuda» do capital estrangeiro. E, como ainda dispõem do aparelho do Estado e constituem as classes dominantes, cresce, especialmente nos últimos anos a penetração do capital ianque no Brasil, como passamos a examinar.

2. A CRESCENTE PENETRAÇÃO IMPERIALISTA

A POLÍTICA e pansionista e agressiva do imperialismo norte-americano, centro da reação mundial, que visa o domínio econômico e político de todo o mundo e prepara as condições que permitam o desencadeamento de uma nova guerra, contra a U.R.S.S. e as democracias populares, encontra na atitude servil e desesperada das classes dominantes brasileiras condições excepcionais que facilitam como nunca a penetração crescente em ritmo cada vez mais acentuado do imperialismo no Brasil. Com os seus apelos desesperados ao estrangeiro, a minoria reacionária de latifundiários e grandes capitalistas, que constituem a base social do governo Dutra, entrega nosso povo à crescente exploração dos monopólios ianques e submete cada vez mais o país ao controle político do Departamento de Estado norte-americano. Sem falarmos no projetado estatuto do petróleo, que visa de fato a entrega de nossa jazida petrolífera à Standard Oil, na extorsão que significam as propostas de Abank e da United States Steel quanto aos minérios estratégicos, basta lembrar aqui a entrega dos vastos e ricos territórios da bacia amazônica aos monopólios anglo-americanos. A pretexto de «investigação científica», o governo brasileiro abre de fato aquele território à invasão dos «técnicos» das potências colonizadoras, assegura-lhes direitos de extra-teritorialidade nos termos de um tratado com a U.N.E.S.C.O., a respeito do qual um homem conservador e ponderado como o ex-presidente Arthur Bernardes sentiu-se no dever patriótico de escrever — «A conclusão desse Tratado deve ser considerada crime de

traição à Pátria». Estas palavras deram efetivamente uma época, um governo e os miseráveis que os sustentam. As classes dominantes brasileiras desceram bastante nos últimos quarenta anos — da política nacionalista e patriótica de Floriano Peixoto e Rio Branco à traição de Dutra-Raul Fernandes e dos negociastas que o cercam.

Evidentemente, esse não é um fato novo, senão pelas proporções alcançadas nos últimos anos, especialmente no após guerra e durante o governo Dutra que se caracteriza cada vez mais como um governo de total submissão aos monopólios ianques e ao governo de Washington. País semi-colonial, conhecemos há dezenas de anos a exploração e a opressão imperialista, que se acentuaram a partir da primeira guerra mundial e que assumiram um aspecto novo a partir da crise geral de 1929 com o predomínio cada vez maior do imperialismo ianque em nossa terra sobre os seus concorrentes inglês, francês, holandês, alemão, etc. Com o ascenso do nazismo, a ditadura do Estado Novo procurou apoiar-se no imperialismo mais reacionário dos três Estados fascistas — Alemanha, Itália e Japão — tentando conseguir em troca dos marcos compensados o que já não podia alcançar com os banqueiros de Londres e Wall Street. Mas o início da segunda guerra mundial e o bloqueio marítimo da Alemanha, a par da pressão exercida pelo governo de Washington, obrigaram o governo de Vargas a voltar-se novamente para o imperialismo ianque, que se aproveitou do período de guerra para, sob a capa de justa e necessária colaboração contra o nazismo, reforçar decididamente suas posições no país. A lista negra foi habilmente utilizada para a eliminação sumária dos concorrentes, os Acordos de Washington facilitaram a penetração dos agentes ianques no aparelho estatal brasileiro e, a pretexto de necessidades militares, foi o nosso solo ocupado pelas forças do imperialismo que iniciou imediatamente a penetração ideológica nos altos quadros militares do país, tratando de ganhar novos agentes, fardados de generais brasileiros, para a sua política de colonização, de controle total da economia nacional e da dominação política, fazendo mesmo do Brasil sua principal base de partida para a exploração e o domínio de todo o Continente Sul americano.

Mas foi no após-guerra e mais exatamente a partir do golpe reacionário de 29 de outubro de 1945, inspirado e dirigido pelos monopólios ianques através do Sr. Berle, seu embaixador no Brasil, que se acentuou e ganhou novas proporções, jamais atingidas anteriormente, a penetração do capital ianque no país, em todos os terrenos, — econômico, político, militar e ideológico — com a consequência inevitável de um controle cada vez mais aberto e violento da economia nacional pelos monopólios ianques, redução do governo brasileiro e fantochê do Departamento de Estado e utilização do Brasil como ponto de apoio para a política agressiva e guerreira do governo de Washington, particularmente na América Latina. É certo que a pressão popular sob a direção do proletariado e do Partido Comunista obrigou à retirada das forças armadas do imperialismo do nosso solo, mas simultaneamente trataram os monopólios de consolidar as conquistas econômicas alcançadas durante a guerra e de intensificar sua ingerência no aparelho estatal brasileiro, assim como de ganhar pelo suborno e a chantage novos agentes, não só entre a grande burguesia nacional, com

nos quadros superiores de nossas forças armadas e entre os intelectuais das classes dominantes. Tudo isto se acentuou e assumiu proporções ainda maiores, mais violentas e cínicas a partir do fechamento do Partido Comunista e da cassação dos mandatos de seus representantes no Parlamento Federal e nas Assembléias Estaduais.

Sem excluir as formas tradicionais de exploração econômica e de dominação política, surgem agora novas formas de penetração do capital financeiro ianque, visando uma interferência cada vez maior em toda a economia do país, em sua vida política, e ingerência direta no aparelho estatal, pela ocupação de posições-chaves entregues, ora a seus agentes brasileiros de maior confiança, ora aos próprios «técnicos» norte-americanos designados pelo Departamento de Estado. Entre as novas formas de penetração são características da agressividade e do expansionismo ianque no momento atual, as inversões diretas que assumem vulto cada dia maior, as empréas mistas, os empréstimos do Export-Import Bank e, finalmente, como que coroando e garantindo os interesses ianques cada dia maiores no país, a intervenção direta do governo norte-americano no aparelho estatal brasileiro, onde pululam hoje os «técnicos», os «peritos» diretamente enviados de Washington, além dos investigadores de toda sorte, e que denota não só um processo crescente de colonização, mas fundamentalmente o papel atribuído ao Brasil nos planos militares e guerreiros do imperialismo ianque, cujos preparativos avançam em ritmo acelerado.

As inversões diretas se processam através da aquisição de ações, o que permite o controle de empréas, por meio da organização de firmas comerciais, de criação de filiais dos monopólios ianques. A consequência dessa interferência direta na economia nacional é a dominação assegurada de forma cada vez mais imediata, dos monopólios ianques sobre os principais setores da economia brasileira, tanto mais quanto a preponderância do capital norte-americano sobre o nacional garante aqueles lucros cada vez maiores, do caráter francamente monopolista.

Através das empréas mistas, ou de capital conjunto nacional e estrangeiro, consegue o imperialismo penetrar nos países atrasados de maneira habil e insintante, sob nova forma menos arriscada, como infirma «The Economist» de Londres. E, sem dúvida, a forma que melhor vem servindo ao imperialismo ianque para penetrar e dominar a economia nacional, segundo, aliás, a recomendação da Sociedade dos Exportadores Americanos desde 1947 — «que a melhor maneira de estabelecer-se nos países latino-americanos é organizar empréas com 60% de ações em poder do capital nacional e os 40% restantes controlados pelos industriais norte-americanos». (U. P., 3-IV-47). Como se vê, o Sr. Odilon Braga, o Sr. Carlos Barreto, o Sr. Juarez Tavora e os demais partidários do projetado Estatuto do Petróleo são discípulos fiéis de seus professores, ou patrões, da Sociedade de Exportadores Americanos.

Não deixa de ocupar posição de destaque na ofensiva do capital ianque o Export Import Bank, que através de empréstimos a empréas nacionais consegue de fato associar-se ao empreendimento, impondo sempre condições que significam sua interferência direta, inclusive pela designação de diretores, nas empréas, a que faz concessão de créditos

o maior ou menor vulto. Nessas condições já se encontram entre outras a Sorocabana, o Loide Brasileiro, a Vale do Rio Doce, a Cia. Nacional de Alcalis, etc..

Enfim, como nova forma de penetração imperialista, abertamente colonizadora, está a crescente intervenção direta de seus agentes no aparelho estatal brasileiro, que vai desde o controle por meio das comissões mistas Brasil-Estados Unidos, que funcionam como parte integrante dos Ministérios, até a interferência aberta na vida política brasileira, como nos casos de Berle e Pawley e do atual embaixador Herschell Johnson. No Ministério da Agricultura os «técnicos» ianques ditam leis sobre o petróleo e os minérios estratégicos, no Ministério do Trabalho ditam igualmente as modificações a serem introduzidas em nossa legislação, que, como já disse o Sr. Abbink em seu relatório, é excessiva nas garantias e proteção ao trabalhador; interferem diretamente na ação policial, como no caso Kennedy e outros. O mais sério, entretanto, são as comissões mistas nos Ministérios militares. Seções no Exército dirigidas pelo general Morris; seções na Aeronáutica dirigidas pelo brigadeiro Donald; seção na Marinha, dirigida pelo almirante Lovette. E' o controle de nossas forças armadas, praticamente já subordinadas ao comando norte-americano e por este preparadas para a guerra contra a União Soviética. Intensifica-se o plano de padronização dos armamentos elevando-se a 357 milhões de dólares as compras de armamento pelo Brasil. Além disso, padronizam-se também os uniformes e a instrução militar. Ultimamente foi realizado um acordo para a organização da Academia Militar de Guerra, dirigida pelos ianques. Encontra-se em organização um centro técnico de Aeronáutica que controlará tudo quanto se relaciona com a aviação, desde a construção de aeroportos até a preparação de piloto... Enfim, nesse sentido prosseguem as medidas e preparativos que o general Mark Clark veio agora, certamente, controlar e acelerar.

Essa crescente penetração do imperialismo ianque no país é facilitada pelos elementos mais reacionários das classes dominantes que vivem a gritar pela «ajuda» dos EE. UU., como já vimos, e auxiliada ostensivamente pelo governo Dutra que tudo cede e não vacila em propor a modificação da própria legislação do país, de acordo com os interesses dos monopólios e as instruções do governo de Washington. Nesse sentido, são, aliás, colaboradores dos mais eficientes do governo os politiquieiros da União Democrática Nacional como o Sr. Gabriel Passos que, de volta de Bogotá, onde representou o governo Dutra na Conferência Panamericana, logo apresentou projetos de leis assegurando novas vantagens ao capital estrangeiro no país, de acordo, aliás, com as exigências de Mr. Marshall. E' a colonização do país, que se revela, aliás, de maneira mais clara ainda nos objetivos da missão Rockefeller e da missão Abbink. A plano de Rockefeller se desenvolve através de grandes empresas mistas que estão sendo organizadas em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso. São sete grandes organizações que visam a produção de milho híbrido, a criação de porcos, o combate à broca do café, pesquisas e experimentação agrícola, mecanização da agricultura e defesa do solo, armazenagem e conservação de cereais, educação e treinamento de agricultores. O objetivo dessas empresas, que não por acaso adquirem grandes áreas de terra em zona

apontadas como petrolíferas, é o de controlar alguns centros produtores importantes e liquidar concorrentes que possam vir a prejudicar alguns produtos norte-americanos. Quanto à missão Abbink, seus objetivos já estão hoje suficientemente esclarecidos e desmascarados. Missão de espionagem e intervenção na economia nacional, com o objetivo de ditar as reformas e uma legislação, especialmente bancária e fiscal, de acordo com os interesses dos monopólios norte-americanos, contra o desenvolvimento da indústria nacional, contra qualquer proteção legal ao trabalhador, mas visando, fundamentalmente o controle total sobre o petróleo, os minérios estratégicos e os portos. Quanto ao manganês, por exemplo, diz a United States Steel em recente publicação que já «adquiriu recentemente os direitos de exploração de jazidas no Brasil», referindo-se às minas de Urucum e do Anapá e evidentemente à proposta lavrada de pagar o manganês, que vale 30 dólares por tonelada nos Estados Unidos, com material ferroviário para a Estrada de Ferro Central do Brasil num total de 50 milhões de dólares, à razão de um dólar por tonelada de manganês!... Extorsões dessa espécie é que o Sr. Dutra pretende ir selar em Washington, conforme declarou em sua entrevista de 15 de março último referindo-se às conclusões do relatório da missão Abbink, que, como diz francamente o sr. Lafer, «é um programa de desenvolvimento do Brasil, estudado e aprovado com a participação de uma comissão oficial do governo americano». A um «desenvolvimento» dessa espécie chama-se colonização, sujeição completa aos monopólios ianques e ao governo de Washington.

Mas, como não podia deixar de ser, à medida que avança a penetração imperialista no país e que os agentes estrangeiros, pelo cinismo e desembaraço com que procedem, vão pondo a baixo a máscara dos políticos das classes dominantes, cresce e assume proporções cada dia mais visíveis o ódio popular ao explorador estrangeiro e seus lacaios brasileiros. E' o crescimento desse sentimento patriótico que os Chateaubriand e Julio de Mesquita Filho não cessam de lamentar, que leva os trustes e monopólios ianques a buscar cada vez mais novas formas que melhor mascarem sua crescente penetração no país, ao mesmo tempo que desenvolvem uma sistemática campanha ideológica a fim de enganar as massas e nelas amortecer o sentimento patriótico e a vontade de luta pela independência nacional, contra o explorador e opressor estrangeiro.

E é assim que a crescente penetração do capital ianque no país é apresentada como «ajuda» desinteressada e indispensável ao progresso nacional, como diz o Sr. Juracy Magalhães, por exemplo, ao mesmo tempo que se associa a Drault Ernany e à Standard Oil na expectativa de bons lucros com a entrega do petróleo nacional ao imperialismo. O Sr. Rockefeller, por outro lado, segundo seus propagandistas brasileiros, «humanisa o capital» e sob essa máscara trata de recolonizar o país, como vimos acima. Outra tecla da propaganda imperialista vastamente utilizada por todos os seus agentes no país, dos mais cínicos e conhecidos ao mais «honestos» e «avançados», está na classificação sistemática de comunista a todo patriota que assuma atitude clara e vigorosa na luta anti-imperialista. Noutros terrenos ainda é feita propaganda ideológica capaz de facilitar a penetração do capital ianque no país, como, por exemplo, na pregação contra a soberania nacional. O sr. Chateau-

briand, por exemplo, escreve sobre «O fim das soberanias individuais» — título de um artigo em que defende a tese de super-soberania dos Estados Unidos sobre as demais nações americanas. Para esse traidor a «descarada família americana», «a fim de resolver seus problemas internos, precisa dobrar-se ao rigor de uma disciplina», ou, como declara ainda no mesmo artigo, deve atribuir «poderes ao órgão super-soberano», o governo de Washington no caso, «para intervir na economia interna» de cada país, «de modo a se obter uma política industrial, mercantil e agrária perfeitamente solidária» e, naturalmente, segundo os interesses soberanos dos Estados Unidos.

Mas o que é certo é que, apesar da resistência popular em crescimento, como demonstra o desenvolvimento já alcançado pela campanha de defesa do petróleo, prossegue a ritmo acelerado a penetração do capital yanque no Brasil, encoberto na medida do possível pela intensa propaganda a que nos referimos acima, com a conivência das classes dominantes e ajudado por um governo de traição nacional. São múltiplos os objetivos visados pelo imperialismo, mas no fundamental são os seguintes:

- 1) Obter o domínio total das fontes de matérias primas, como sejam os minérios, especialmente aqueles necessários para a guerra ou estratégicos (petróleo, areias monasíticas, manganes, etc.);
- 2) liquidar a produção de todos aqueles produtos que possam concorrer com a produção norte-americana ou que os monopólios já dominam com maior vantagem noutros pontos do globo;
- 3) alcançar o controle de toda a produção do país a fim de subordiná-la, como apêndice da economia norte-americana;
- 4) subordinar o comércio externo do país aos interesses dos grandes monopólios;
- 5) assumir posição do intermediário privilegiado no comércio do Brasil com os demais países, como já acontece em grande parte com o comércio do café;
- 6) dominar no terreno dos transportes, pelo controle das empresas de navegação aérea e marítima;
- 7) assegurar a interferência direta nos negócios políticos do país, tanto da política externa como interna, colocando seus «técnicos» de confiança nas posições-chaves de todos os ministérios;
- 8) controle das forças armadas, por meio de instrutores, interferindo na preparação de quadros, obrigando o uso de armamento de exclusiva fabricação norte-americana, etc. As forças armadas brasileiras são, assim, praticamente submetidas ao comando dos generais yanques que as preparam abertamente para a guerra imperialista.

Todos esses fins, que poderemos chamar de imediatos, visam mais longe constituem todos juntos os diversos setores ou escalões da política expansionista, agressiva e guerreira do imperialismo yanque, toda ela orientada no sentido do desencadeamento de nova guerra mundial.

mo saída catastrófica para as dificuldades em que se debate o capitalismo moribundo em crise geral, e já no início de nova crise cíclica d'proporções cada dia mais ameaçadoras.

Prosseguem, por outro lado, as intrigas contra o governo argentino, indiscutivelmente instigadas pelo imperialismo ianque e mantidas por seus mais notórios agentes e propagandistas no país, visando sempre desde o «Livro Azul», criar um clima de guerra contra a Argentina. Torna-se cada vez mais claro que o imperialismo ianque pretende fazer do Brasil base para suas aventuras guerreiras no Continente. Mas a propaganda ideológica é orientada fundamentalmente no sentido de criar no país condições propícias à guerra contra a U.R.S.S., fazer do Brasil base de operações e de nosso povo carne de canhão para a terceira guerra mundial. A medida que o imperialismo acelera seus preparativos de guerra aumenta igualmente o cinismo dos propagandistas de guerra. Ainda ultimamente, o alto clero católico dirigido do Vaticano, procurou utilizar a condenação do traidor Mindszenty na Hungria, para fazer a propaganda de guerra contra o comunismo e a U.R.S.S. A Igreja católica se coloca assim abertamente ao lado do imperialismo e, como escreve o Sr. Costa Rego, já desistiu de combater o comunismo como doutrina. «Precisamos enfrentá-lo como organização de um Estado poderoso, no campo da guerra, senão para fazer a guerra, sempre lamitosa, para supri-lo com as medidas e providências que nos armem». A restrição final, pró forma, só serve para acentuar o histerismo guerreiro de que já padecem êsses jornalistas católicos defensores da «civilização cristã» e cínicos provocadores de guerra.

Enfim, o que desejamos com essa rápida análise da penetração crescente do imperialismo ianque no Brasil foi tornar claras suas tendências conseqüências, que se podem resumir, antes de tudo, na agraviação da situação de miséria das massas, na ameaça crescente à indústria nacional, a par da subordinação cada vez maior da economia nacional aos banqueiros norte-americanos. Em seguida, a conseqüência política, de uma reação cada vez maior, a fim de preparar o país como base de operações para a luta pela conquista de outros países do Continente e, fundamentalmente, para a guerra contra a URSS. Mas, de outro lado, à medida que cresce o descontentamento popular, radicalizam-se rapidamente as grandes massas, cresce o ódio ao opressor estrangeiro e a seus lacaios das classes dominantes em todo o país e amplia-se cada dia mais o campo patriótico das forças anti-imperialistas em luta pela paz e a independência nacional. E' no âmbito desse quadro, onde se aprofunda cada vez mais a luta de classes, que se desenvolve toda a política nacional, como passaremos a vêr.

3. O DESENVOLVIMENTO DA SITUAÇÃO POLITICA

VIMOS como se aprofunda a luta de classes no país em conseqüência da agraviação crescente da situação econômica das grandes massas trabalhadoras e da subordinação cada dia maior da economia nacional aos grandes monopólios norte-americanos. País semi-feudal e semi-colonial em que o poder se encontra nas mãos de uma minoria, cada dia menor, de grandes proprietários latifundiários e de grandes capitalistas cujos interesses se entrelaçam cada vez mais com os dos trustes

e monopólios ianques, torna-se efetivamente cada dia mais difícil a essas classes dominantes continuar governando dentro dos velhos moldes da democracia burguesa, mesmo com todas as restrições práticas com que aqueles moldes foram sempre aplicados em toda a América Latina. At a eclosão da grande crise do capitalismo em 1929, que trouxe consigo as ditaduras militares, os regimes de força e violência, o chamado «Estado Novo» no Brasil. Além disto, as contradições imperialistas, especialmente anglo-americanas, que permitiam aos senhores das classes dominantes brasileiras oferecer, por vezes, uma certa resistência às exigências dos trustes e monopólios ingleses ou americanos, tentando manobrar entre eles, essas contradições, se bem que persistam e se aprofundem, passaram agora para segundo plano, tão grande já é hoje a submissão da Grã Bretanha aos Estados Unidos, a unificação das forças da reação e do imperialismo, sob a hegemonia americana, para a luta contra as forças da democracia e do socialismo. «A nova política dos Estados Unidos, disse-o Zhdanov, tende a consolidar sua posição de monopólio e a submeter e colocar sob sua dependência os seus sócios capitalistas». Nessas condições, as classes dominantes brasileiras, cada dia mais distanciadas das massas trabalhadoras, só resta a submissão crescente ao imperialismo ianque e, simultaneamente, o emprego da violência, da força bruta contra o povo.

A Carta Constitucional de 18 de setembro, ao ser promulgada, já encontrou a reação em ascenso no país e, como não podia por si só modificar a nossa estrutura econômico-social, que, pelo contrário, legalizou, passou desde logo a ser brutalmente violada, em todos os preceitos democráticos que registra, por aqueles mesmo que votaram e juraram defendê-la. O direito de reunião, o de livre associação política, a liberdade de imprensa e de manifestação do pensamento, a livre associação sindical, o direito de greve, a inviolabilidade do domicílio, todas as grandes conquistas democráticas de nosso povo deixaram de ser respeitadas pelas classes dominantes. Devido à falta de uma resistência de massas, organizada e conseqüente, durante os dois primeiros anos do governo Dutra, pôde a reação desenvolver-se com relativa facilidade e de maneira cada vez mais aberta e violenta. Desde a chacina do Largo da Carioca, em 23 de maio de 1946, prosseguiu o governo reduzindo a farrapos a liberdade de imprensa, dissolvendo a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e as Uniões Sindicais, intervindo nos sindicatos, impedindo a organização e o funcionamento da Juventude Comunista e de outras organizações populares, dissolvendo comícios a bala, como no caso das comemorações de 22 de agosto de 1947, determinando a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil e chegando, em janeiro de 1948, a cassar os mandatos dos representantes comunistas e a mandar assaltar, a metralhadoras e gases, as oficinas de jornais do povo nas grandes capitais do país, porque nas cidades menores já coubera a primazia ao «democrata» Mangabeira contra «O Momento» na Bahia. Em seguida, ao mesmo tempo que se assegurava formalmente o apoio dos partidos ditos de oposição, especialmente da União Democrática Nacional, por meio do chamado acordo interpartidário, desencadeava o governo a mais violenta campanha política e terrorista contra o movimento operário e, mais diretamente, contra o nosso Partido, tentando assim aterrorizar as grandes massas

populares, dividi-las, afastar a pequena-burguesia e as massas camponesas do proletariado e de sua vanguarda, na esperança de conseguir em seguida esmagar o nosso Partido e proclamar a liquidação definitiva da influência comunista no Brasil. Sucederam-se então pelo país inteiro os sinistros alarmantes: incêndio do 15.º Regimento de Infantaria de João Pessoa; incêndio do depósito de subsistência de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; uma explosão em Recife; outra em Juiz de Fora; uma locomotiva *at* é lançada contra o paiól de pólvora em Deodoro; incêndio de vagões de munição em Cerquilha, São Paulo; e finalmente o pavoroso sinistro de Deodoro, onde morreram dezenas de operários e cujos prejuízos materiais se elevaram a muitos milhões de cruzeiros. Sinistros acidentais, uns, resultantes da desordem e indisciplina reinantes nos estabelecimentos militares; provocados outros, visando negociatas e a liquidação de depósitos de armamentos e munições, a fim de justificar novas aquisições nos Estados Unidos; outros ainda cuidadosamente preparados, segundo as lições dos «técnicos» ianques, como o incêndio do 15.º Regimento de Infantaria, que visava alarmar as massas populares do Nordeste e separá-las do Partido Comunista — tentou a reação a todos é: es sinist. os utilizar, a fim de assustar as massas, alarmar a própria burguesia e, mais facilmente, justificar a legislação de exceção solicitada ao Parlamento e com a qual visa a ditadura «legalizar» em parte ao menos o arbítrio de seus policiais, modernizar e completar a vlt.sta legislação do Estado Novo, que Dutra ajudou a fabricar e continua aplicando, apesar da Carta de 18 de setembro, com o aplauso da maioria parlamentar e a conviência servil do poder judiciário. Mas, nesse interim, lançava o nosso Partido seu histórico Manifesto de Janeiro de 1948 e iniciava uma vigorosa e decidida viragem política, abandonando suas ilusões reformistas para voltar-se para as massas, especialmente para a classe operária, chamando-as à luta pelos seus interesses econômicos e políticos, contra a miséria e a reação, em defesa do nosso petróleo e da independência nacional. Apesar das dificuldades a vencer na realização prática de tão brusca mudança na orientação política de nosso Partido, apesar das falhas e erros, ainda cometidos durante o ano decorrido, está, sem lúvida, na confiança com que nos dirigimos às massas e nos colocamos à sua frente, numa posição firme e audaz de resistência à reação, a causa fundamental do insucesso da ditadura que, apesar de toda a violência, não conseguiu nem nos esmagar nem nos separar das massas, e que diante do ascenso do movimento operário e popular no correr do ano de 1948 se viu na contingência de mudar de tática, abandonar por algum tempo as provocações terroristas, determinar que seus juizes libertem alguns presos políticos, fazer marcar passo, até melhor oportunidade, o processo contra Prestes, etc.. Efetivamente, as massas responderam ao apêlo de nosso Partido, começaram a compreender a gravidade da situação e que só através da luta poderiam quebrar a política de fome e reação dos patrões e do governo. Em todo o país, mais de 250 mil trabalhadores participaram de movimentos grevistas, alguns dos quais de grande repercussão nacional, como os dos mineiros de Lafaiete e Morro Velho, os dos ferroviários da Leopoldina, da Vitória-Minas, da Mogiana, os dos metalúrgicos da Hime, no Estado do Rio. Com essas greves que, em grande número e cada vez mais, são vitoriosas, tem conseguido a classe operá-

ria quebrar a política de congelamento de salários, ditado pelo Ministério de Trabalho, tem na prática reconquistado o direito de greve, apesar de todas as violências policiais, tem ganho a rua, reconquistado em alguns casos o direito de reunião e de associação, organizando os mais variados tipos de comissões, o fazer passeatas de protesto, tem, por vezes reconquistado seus sindicatos, e defendido a vida e a liberdade de seus dirigentes. Em João Pessoa, mil trabalhadores em greve arrancaram de dentro da delegacia de polícia 15 companheiros presos. Com iguais atitudes de firmeza e combatividade os grevistas da Hime, da Manufatura Fluminense e de outras empresa conseguiram também libertar seus companheiros presos. Em Minas Gerais os grevistas do Frigorífico Barbacena armaram-se e ocuparam a empresa, pondo em fuga os bandos policiais que tentaram desalojá-los dali. E, seguindo o exemplo da classe operária, outros setores da população também vão à greve, como os médicos e engenheiros de São Paulo, os jornalistas da France Press, os estudantes de quase todo o país. E com as greves surgem os movimentos populares de protesto — em Cabo Frio, em Vianópolis, em Honório Bicalho, em Clemente Falcão, nas estações de Suzano e Quarta Parada, o povo organiza-se e protesta vigorosamente, enfrentando sem medo a violência policial. Os estudantes da União Nacional dos Estudantes levantam barricadas contra a polícia e, assim, reconquistam a sede de sua entidade. Os alunos da Escola Naval fazem greve de protesto e obrigam o governo a ceder. Os marinheiros promovem manifestações de repercussão nacional por aumento de vencimentos. Em Quirinópolis, são os camponeses com suas espingardas de caça que defendem a terra e enfrentam a polícia que vinha expulsá-los dali. No Rio Grande do Sul, em Erechim, grande número de camponeses sem terra apossa-se de pedaços de grandes latifúndios; no Ceará, mas especialmente e em São Paulo (fazenda Itaquera, fazenda Macacos, Usina Itaguerê, Usina Paredão, municípios de Pedregulho, Presidente Prudente, etc.) são as greves camponesas e de assalariados agrícolas que constituem o fato novo que indica a vontade de luta no campo, onde as massas trabalhadoras já não recorrem ao governo e aos chefes desmoralizados e demonstram que estão dispostas a enfrentar a violência policial. A luta contra o imperialismo, contra a missão Abbink, contra a Light, mas especialmente a campanha em defesa do petróleo alcançou também amplas massas e obrigou o governo a desmascarar-se e a manobrar, com a negociata das refinarias, é verdade, mas adiando para oportunidade que lhe pareça melhor a aprovação pelo Parlamento do projetado estatuto do Petróleo.

Enfim, as grandes lutas de massas que se seguiram ao Manifesto de Janeiro demonstraram a influência crescente de nosso Partido que, em vez de ser isolado, como pretendia a reação, estreitou suas ligações com as massas e ganhou novas camadas sociais, obrigando o governo Dutra a mudar deática, abandonar por algum tempo as estúpidas provocações incendiárias, para procurar mascarar melhor a violência policial, que não diminui com a demagogia dos planos salvadores (Salte, obras do São Francisco, casa popular, etc.), com as viagens espalhafatosas do ditador, com a intensificação da obra corruptora e demagógica do SESI (Serviço Social da Indústria) e SESC (Serviço Social do Comércio). Essa evidente mudança de orientação

tática da reação constitui sem dúvida uma vitória das forças da democracia, especialmente da classe operária e de nosso Partido, mas muito pequena ainda, pois não significa um recuo da reação e do imperialismo que, ao contrário, prossegue, sob novas formas, no mesmo caminho da violência e da tirania e da franca preparação do país para a guerra imperialista. Apesar das grandes lutas de 1948 não soube-mos ainda elevar seu nível político nem utilizá-las suficientemente para organizar o proletariado, os camponeses, as grandes massas populares, enfim.

É debil ainda o grau de organização e de unidade da classe operária, é muito pequena a organização das grandes massas no país, e à medida que se agrava a situação econômica, que cresce o descontentamento popular e aumenta o ódio ao explorador estrangeiro, maior é a violência com que as classes dominantes se atiram contra o povo e defendem desesperadas seus privilégios. Este o sentido geral da política dos latifundiários e grandes capitalistas, de seus partidos e do governo que sustentam. Precisam quebrar a resistência das massas e inspirar confiança aos magnatas estrangeiros e ao governo de Washington, em cuja «ajuda» confiam, para que possam se manter como classes dominantes. Essa política pode, pois, ser assim caracterizada:

- 1) Inspirar confiança ao imperialismo. Demonstrar na prática que a «ordem» será mantida no país, qualquer que seja o grau de violência que para tanto se torne necessário.
- 2) Facilitar a penetração dos trustes e monopólios, acelerar enfim a colonização do país.
- 3) Permitir o aumento da exploração das massas trabalhadoras, fazer com que seja descarregado sobre seus ombros o peso de todas as dificuldades econômicas e da crise de após-guerra, e garantir assim lucros cada vez maiores para os monopólios e para os magnatas nacionais e estrangeiros.
- 4) Preparar o país para a guerra imperialista, ceder bases militares ao imperialismo yanque, criar a psicose de guerra, preparar soldados para o imperialismo.

É em torno dessa plataforma que se unem hoje, no país, acima de quaisquer divergências locais, regionais ou mesmo de contradições de classe, as forças principais das classes dominantes — latifúndios e grande burguesia bancária, comercial e industrial. Evidentemente, à medida que se agrava a situação econômica do país, crescem e se aprofundam aquelas divergências que não devemos desconhecer nem desprezar, mas o que é certo é que elas não são capazes, pelo menos nas condições atuais, de romper aquela união efetiva sob a égide do imperialismo yanque, contra as forças operárias e democráticas. Seria um grande erro para a classe operária não ter em conta aquele aspecto fundamental.

A expressão objetiva dessa união contra o povo, desse acôrdo das classes dominantes sob a bandeira do imperialismo, está sem dúvida, no chamado acôrdo interparlamentar, realizado formalmente em janeiro de 1948, após a cassação dos mandatos dos representantes comunistas,

nas cuja existência prática remonta de fato aos preparativos para o golpe de 29 de outubro de 1945. A análise dos efeitos de aplicação prática do referido acôrdo americano nos traz a melhor confirmação a respeito de seu conteúdo verdadeiro, que coincide por completo com a plataforma reacionária a que nos referimos acima. Graças ao acôrdo interpartidário, foi fechado o Partido Comunista, foram cassados os mandatos de seus representantes, liquidade a autonomia de numerosos municípios, aprovada a lei contra os militares, foi concedido o empréstimo à Light, foram aprovados os acordos de tarifas de Havana, aumento a carestia da vida e assume proporções nunca vistas a miséria das grandes massas trabalhadoras, cresce a reação no país inteiro e a violência policial aumenta, passando das prisões ilegais, dos espancamentos de jornalistas e estudantes, ao assassinio covarde de dirigentes operários e populares.

Nestas condições, e à medida que as massas se movimentam e lutam pela paz, contra a guerra imperialista, contra a miséria e a fome, contra a carestia da vida, por maiores salários, contra os arrendamentos escorchantes, contra a violência policial, em defesa do petróleo e contra a exploração imperialista, pela independência nacional, apelam as classes dominantes em escala cada vez maior para a violência e o arbítrio, põem abaixo tôdas as máscaras democráticas e constitucionais, porque só assim ainda podem dominar por algum tempo e levar à prática a plataforma que as une sob a égide do imperialismo norte-americano. Sem dúvida, fala-se em democracia, em regime legal e constitucional, em poderes harmônicos e independentes, mas é cada vez mais difícil aos senhores do governo e aos políticos e jornalistas que o apoiam encobrir o caráter tirânico e ditatorial, não só do governo federal, como de todos os governos estaduais que, em maior ou menor grau, seguem nas pegadas do ditador e solicitam mesmo sua ajuda, como ainda recentemente o Sr. Milton Campos, para conseguir a suspensão do «Jornal do Povo» que o incomodava, mesmo depois de empastelado por seus policiais. Os reacionários e fascistas não ignoram que em 1949 já não podem usar a mesma linguagem desbragada contra a Constituição e a democracia que empregavam em 1935, ou em 1937, para justificar o golpe de 10 de novembro. A situação mudou, o fascismo foi derrotado e nosso povo não se esquece das grandes conquistas democráticas de 1945. Já o dizia Dimitrov, em 1935, referindo-se às peculiaridades do fascismo no Estados Unidos: «Ao contrário do fascismo alemão, que entrou em cena com palavras de ordem contrárias à Constituição, o fascismo norte-americano tenta apresentar-se como partidário da Constituição e da *democracia americana*». Algo semelhante se passa hoje em nossa terra onde os elementos fascistas, com o Sr. Dutra à frente, tentam apresentar-se como partidários da Constituição e da democracia. Aliás, ninguém mais decididamente partidário dessa «democracia» do Sr. Dutra do que o antigo chefe camisa verde que diz, hoje, só a haver envergado para poder melhor lutar contra o nazismo...

Mas a fraseologia desses senhores não pode encobrir a dura realidade sentida e vivida pela esmagadora maioria da nação. Nesses três anos, o que tem sido, afinal, a política do governo do Sr. Dutra, qual a sua orientação em todos os terrenos? No Itamarati está o udenista

Raul Fernandes a proclamar sua submissão a «órbita do colosso». Após a rutura de relação com a U.R.S.S., para maior vantagem dos intermediários imperialistas na venda de nossos produtos à União Soviética, toda a política externa do país se orienta no sentido da mais franca reação e cínica submissão às ordens do Departamento de Estado norte-americano. A delegação brasileira, que já fôra a de fiéis lacaios de Marshall nas Conferências de Petrópolis e Bogotá, desceu na última Assembléia da ONU ao papel infame de mero porta-voz dos delegados de Truman nas questões menos dignas, tais como as de propôr a eliminação do veto, aplaudir a intervenção na Grécia, solicitar a admissão na ONU dos governos assassinos de Franco e Salazar. Os tratados assinados, como os de Petrópolis e Bogotá, comprometem o futuro da nação, lançam-na nas aventuras guerreiras do imperialismo yanque, significam sempre capitulação e incapacidade para defender os mais legítimos interesses nacionais, sistematicamente sacrificados, e chegam ao extremo do crime de traição, como no caso da Hiléia Amazônica, a que já fizemos referência no capítulo anterior. O sentido dessa política é bastante claro — toda ela se orienta para a guerra, é na expectativa de uma nova carnificina mundial, que aguardam com impaciência e sofreguidão, que Dutra-Raul Fernandes tudo sacrificam e vendem a nação e o sangue de nosso povo.

No terreno econômico-financeiro já apreciamos o sentido profundamente reacionário da política do governo, política de miséria e fome para as grandes massas trabalhadoras, política descaradamente orientada no sentido das grandes negociatas em proveito do pequeno grupo de magnatas que cercam o Sr. Dutra e constituem seu governo, tais como, entre outros, Corrêa e Castro, Guilherme da Silveira, Daniel de Carvalho, Adroaldo Costa, Pereira Lira, Clemente Mariani, etc., todos eles grandes banqueiros e capitalistas intimamente ligados aos trustes e monopólios anglo-americanos. Mas não se trata somente de negociatas, da entrega do petróleo e dos minérios estratégicos aos imperialistas yanques, trata-se também aqui da preparação aberta para a guerra, pois outra não pode ser a causa de dotações orçamentárias que chegam a 38% do total das despesas públicas somente com os três ministérios militares. No terreno da política interna o atual governo nada mais tem feito senão aperfeiçoar os métodos de violência policial do Estado Novo, que os ministros da Justiça da ditadura, os Carlos Luz, os Costa Neto, os Adroaldo Mesquita, tratam de «legalizar» e enquadrar nos preceitos constitucionais, por meio da demagogia dipeana e dos mais cínicos sofismas. A política boçal e policialesca do Sr. Dutra nesse terreno é sistemática e pode ser assim caracterizada:

- 1) Emprêgo do terror policial e fascista, a fim de assustar as massas e tentar separá-las de seus dirigentes mais combativos.
- 2) Proibição das greves, consideradas sempre como ilegais, e esmagamento de todas as organizações operárias e populares independentes.
- 3) Fazer todos os esforços para impedir o esclarecimento político das massas e sua organização independente. Perseguição à imprensa livre, etc..

- 4) Emprêgo da demagogia de tipo fascista, de pseudo-plano (SALTE, casa popular, obras do São Francisco, etc.), visando sempre dividir o proletariado, ganhar as classes médias para a reação e confundir as massas do campo.
- 5) Propaganda contra a U.R.S.S e o comunismo e luta sistemática, inclusive pela violência, contra os comunistas, visando não só o esmagamento da vanguarda do proletariado, com também aterrorizar os democratas e separá-los dos comunistas.
- 6) Salvar, na medida do possível, as aparências: cu formas democráticas - constitucionais, legalizar a reação (lei de segurança, contra os militares, contra a imprensa, etc), a fim de facilitar a obra dos agentes do imperialismo que tratam de apresentar a democracia como sinônimo de anti-comunismo de fazer a preparação psicológica para a guerra contra a União Soviética e as democracias populares.

Nenhuma ilusão é possível, portanto, quanto ao caráter tirânico e ditatorial do atual governo. Como já disse nosso Partido em seu Manifesto de Janeiro e convém repetir:

«Mais uma vez, em nossa vida republicana, é a Constituição posta de lado pelo Poder Executivo que, senhor da força e dos dinheiros públicos, sobrepõe-se aos outros poderes, compra deputados e senadores, protege-os em suas negociações e obtém para suas arbitrariedades a cumplicidade subserviente de juizes que reagem e violam as leis para defender interesses pessoais e da classe social a que pertencem».

A que estão reduzidos efetivamente o Parlamento e a Justiça, senão a apêndices do Poder Executivo? Após a exclusão dos representantes comunistas e o cínico leilão de suas cadeiras, o Parlamento não representa mais a nação, nem podem mesmo representar o nosso povo esfomeado e sofrendo, esses senhores do empréstimo à Light, da cassação de mandatos, de aumento de seus próprios subsídios, êsses tristes eunucos que, como o Sr. Afonso Arinos por exemplo, não se pejam de justificar os mais estúpidos atentados à liberdade de imprensa. Quanto ao Poder Judiciário, algumas sentenças tardias, assegurando a liberdade de um ou outro perseguido político, não podem enganar as massas sobre o seu verdadeiro caráter de peça essencial da ditadura feudal-burguesa que aí temos, «legalizadora» servil das maiores arbitrariedades policiais. Sobre a «constitucionalidade» das leis decide hoje muito mais a polícia do que o Supremo Tribunal Federal. E esse covarde Superior Tribunal Eleitoral dos Lagoa e Nogueira dos 3 a 2, onde irá agora parar diante das ameaças do Sr. Canrobert, candidato a sucessor de Dutra, a esbravejar que o Exército, quer dizer, os generais fascistas, só darão posse aos candidatos que tenham seu beneplácito? Estamos frente à mais infame e boçal das ditaduras, mais uma ditadura tipicamente sul-americana, nas novas condições históricas do predomínio ianque, ditadura burocrático-policial-militar, a que não falta nem mesmo a figura grotesca de um tipo ditador sul-americano, com ridículas pretensões a herdeiro de Caxias.

Com essa política reacionária, anti-nacional, anti-popular, estão cada vez mais comprometidos, sem exceção, todos os partidos das classes dominantes. Seus dirigentes têm apoiado, ostensivamente ou pelo silêncio comodista e covarde, todas as medidas contra o povo, quando não as põem em prática eles mesmos no âmbito municipal ou estadual, enquanto suas alas demagógicas na Capital do país fingem protestos contra os acontecimentos idênticos havidos noutras regiões, noutras localidades ou Estados, sob o governo de outra legenda partidária. E' assim que os udenistas protestam contra as violências de governos pessedistas no Pará ou em Alagoas, enquanto o Sr. Milton Campos facilita o assassinio do grande líder operário e popular William Dias Gomes pelos capangas de uma empresa estrangeira, manda sua policia empastelar jornais e executa no Estado que governa a mesma politica do Sr. Dutra de fome e reação policial contra as massas trabalhadoras. Na Bahia, é o Sr. Otávio Mangabeira que manda sua policia atirar contra o povo em plena capital do Estado e que, ainda recentemente, assassina operários em Santo Amaro, porque lutam contra a miséria e a fome. De fato, os governadores udenistas não se distinguem dos demais, de Ademar de Barros, de Silvestre Pericles, do Sr. Jobim, todos igualmente submissos ao Catete, incapazes de defender de longe sequer a autonomia estadual, meros interventores, que realizam na circunscrição que administram a mesma politica do governo federal, o que não deixa de ser, aliás, em grande parte, consequência da centralização prática cada vez maior do poder no país, em contradicção com os preceitos federativos da Constituição. A situação econômico-financeira que se agrava, em todos os Estados, mesmo naqueles mais adiantados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, etc., coloca seus governos na dependência crescente do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil e, de outro lado, as tendências militaristas da ditadura, a intervenção cada dia mais franca dos generais fascistas no governo do país, sujeita freqüentemente os governantes estaduais à vigilância, às ameaças e à pressão da força armada, como já aconteceu recentemente em São Paulo, em Pernambuco e últimamente na Paraíba, onde o comandante da guarnição de João Pessoa dita ordens ao Sr. Trigueiro que é, no entanto, tão bom assassino de operários quanto os demais governadores udenistas, pessedistas e ademaristas.

Nessas condições, à medida que cresce o descontentamento popular, à medida que as massas trabalhadoras se radicalizam e ganham experiência política, mais evidente se vai tornando o contraste, para as mais amplas massas, entre o Partido do proletariado, perseguido, com os seus dirigentes presos ou ameaçados de prisão, com os parlamentares eleitos sob sua legenda inconstitucionalmente expulsos do Parlamento, e que apesar disso prossegue intransigentemente na luta contra a reação e o imperialismo, junto e à frente do povo em todas as suas lutas, e a capitulação de todos os partidos das classes dominantes. Os dirigentes desses partidos, à medida que se aprofundam as contradicções de interesses entre as diversas camarilhas das classes dominantes, tratam de abandonar suas veleidades «oposicionistas», esquecem as promessas feitas às grandes massas trabalhadoras e aproximam-se cada vez mais dos poderosos. Daí o divórcio cada vez maior entre os líderes partidários e a massa que se deixou arrastar pelas promessas, pela

pregação democrática nas campanhas eleitorais, pela gritaria contra a ditadura e o fascismo. É certo que os demagogos udenistas, por exemplo, ainda tentam salvar as aparências, e continuar enganando o povo com distinções impossíveis. Um deles, diante da política tipicamente udenista do Sr. Raul Fernandes, chega a escrever que este, «para não comprometer o nosso partido na opinião pública, deve eximi-lo de qualquer responsabilidade na política retardatária, estéril, reconhecidamente incapaz, que o Itamarati vem seguindo sob a sua direção». Mas essas tiradas demagógicas, como os «gritos» do Sr. José Américo e comparsa, já não conseguem ocultar a traição dos dirigentes udenistas nem tão facilmente enganar a massa pequeno-burguesa que se deixou arrastar pela demagogia brigadeirista. Algo semelhante se passa igualmente com o Partido Trabalhista Brasileiro, partido demagógico que procura introduzir a ideologia da classe dominante no seio da classe operária, mas que se desmascara rapidamente, à medida que se agrava a situação no país. Em 1945, as massas populares politicamente mais atrasadas viam no Partido Trabalhista Brasileiro o partido do ditador que cedia no caminho da democracia, que dava anistia aos presos políticos reconhecendo ao Partido Comunista do Brasil o direito à vida legal, que estabelecia relações com a U.R.S.S. e que justamente por isso, porque se voltava para o povo, era ameaçado pelos politiqueros e generais a serviço de mister Berle e finalmente deposto por uma quartelada reacionária. Hoje é outra, muito diferente, a posição do Sr. Vargas, que gosa a vida de latifundiário, indiferente à situação das massas, enquanto os politiqueros petebistas colaboram de fato com a ditadura, ou, então, aqueles que atuam no meio operário, se especializam na tarefa infame de traidores e fura-greves a serviço do Ministério do Trabalho e dos patrões reacionários, tanto mais úteis quanto mais cresce o movimento operário, como aconteceu em 1948. Por serem os partidos que dispunham de base de massas — o Partido Trabalhista Brasileiro entre o proletariado do Rio de Janeiro e São Paulo e a União Democrática Nacional entre a pequena burguesia urbana — é nesses partidos que assume maiores proporções a crise interna, obrigando seus dirigentes a manobras demagógicas e à busca de novos quadros não de todo gastos, e que possam por algum tempo ainda enganar as massas populares politicamente mais atrasadas. Mais a crise, como dissemos, se estende a todos os partidos das classes dominantes, todos eles comprometidos com a reação, com o imperialismo e com as negociatas escusas de seus representantes no governo, como acontece, por exemplo com o Partido Republicano, comprometido com a ditadura através do acordo interpartidário, e do qual é membro o conhecido agente do imperialismo que é o ministro Daniel de Carvalho. Mas simultaneamente com a crise interna dos maiores partidos — Partido Social Democrático, União Democrática Nacional, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Republicano — vão surgindo novos partidos à sombra dos governos e que agrupam os políticos descontentes, como acontece com o Partido Social Trabalhista do Sr. Vitorino, criado à sombra do Catete, e com o Partido Social Progressista do Sr. Ademar de Barros, que se desenvolvem igualmente pelo suborno e a corrupção. Enfim, por mais que o Sr. Dutra reclame em suas mensagens e discursos a necessidade do partido único ou, pelo menos, do bi-partidismo da «democracia americana», a verdade-

de é que as condições objetivas, à medida que se agrava a situação do país e cresce o movimento de massas determinam, ao contrário, a proliferação continuada de novos partidos, nos ajuntamentos políticos para a defesa de interesses regionais ou de determinadas camarilhas, organizações sem nenhuma base de massas, mas que apoiadas num ou noutro governo, utilizam o aparelho estatal e o tesouro público, a fim de corromper e subornar, e a força policial para acabar sumariamente com qualquer adversário eventual nas circunscrições que domina. Este processo se acentua à medida que se aproxima as eleições de 1950, e aguçam as contradições entre os diversos grupos e bandos das classes dominantes, que querem aproveitar o ensejo para conseguir novas posições e maior influência no poder. Sem permitirmos que essa agitação em torno do problema das eleições nacionais, estaduais e municipais de 1950 consiga distrair as massas das lutas pelas suas reivindicações, devemos, no entanto, saber utilizar a situação que se cria, quando os diversos grupos das classes dominantes vacilarão inevitavelmente entre a reação e a democracia para alcançarmos novas posições para o nosso Partido. Vigilantes no desmascaramento dos demagogos, sabendo alertar as massas para que não se iludam com a possível solução de seus problemas por meio da simples mudança de homens nos postos representativos, devemos, no entanto, participar ativamente da campanha eleitoral, apresentar o maior número possível de candidatos, aproveitar a oportunidade para reconquistar a rua e a legalidade de nosso Partido, através da organização de escritórios eleitorais e da intensificação, que deve ser feita pela paz, pelas reivindicações imediatas dos diversos setores da população, contra o imperialismo, e pela independência nacional.

Mas, não há dúvida que só as lutas de massas poderão decidir do futuro de nosso povo. Diante desse governo e de sua política de traição nacional, tudo indica que grandes lutas se aproximam, lutas que se desenvolverão num ambiente de reação crescente, de penetração cada vez maior do imperialismo, de recomposição das forças políticas, de preparação guerreira. Na base da análise que fizemos da situação mundial e da situação econômica no país, podemos concluir que as classes dominantes tudo farão para impedir a organização e a luta de nosso povo contra o imperialismo e pela conquista de uma verdadeira democracia. Acentua-se a polarização de forças no país. As forças dos imperialismo e da reação, de um lado, contra as grandes forças populares, de outro, que com o proletariado à frente, lutam pela democracia, pelo progresso, pela independência nacional. De um lado, as grandes massas a maioria esmagadora da nação que luta pela paz, contra um nova carnificina guerreira; de outro, a minoria egoísta que na defesa de seus interesses imediatistas, coloca-se contra os interesses da própria pátria, que vende aos trustes e monopólios, e não vacila em arrastar às aventuras guerreiras do imperialismo. Mas contra a violência dos dominadores será inevitável a violência popular que, nas condições de miséria em que se debate o nosso povo, poderá ser o rastilho de uma comoção profunda e decisiva. Marchamos, assim, para choques duros e difíceis que servirão, sem dúvida, para reforçar o campo democrático em nossa terra, mas que só poderão levar nosso povo à vitória se forem efetivamente dirigidos contra as bases eco-

nômicas da reação, contra as causas profundas do atraso, da miséria, da ignorância, contra o latifúndio, contra o jugo imperialista, se soubermos lutar sem vacilações pela derrubada do atual governo de traição nacional e pela instauração no país de um governo popular, democrático e progressista.

4. NOSSO OBJETIVO ESTRATEGICO

A LUTA de nosso povo contra a miséria, o atraso e a ignorância, a luta contra a exploração e a opressão crescentes, pelo progresso e a democracia é, antes de tudo, a luta pela independência nacional, contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Mas é igualmente a luta contra os restos feudais, contra as formas pré-capitalistas de exploração, em que se baseia o imperialismo, adaptando-as aos seus interesses para colonizar o país e submeter nosso povo a uma exploração crescente e a uma opressão política cada dia mais vexatória e insuportável.

E' através dos grandes proprietários latifundiários e da grande burguesia agrária, comercial, bancária e industrial que o capital financeiro penetra no país e controla, em escala cada dia mais avassaladora, as posições chaves de sua economia. Enquanto o poder político continuar nas mãos dessa gente, a colonização do país prosseguirá a ritmo cada vez mais acelerado, à medida que se aprofunda a crise geral do capitalismo e se agrava a crise do sistema colonial, com a intensificação das lutas libertadoras dos povos coloniais e dependentes. Nessas condições, é evidente que não é possível pensar na libertação do país do jugo estrangeiro sem a liquidação simultânea dessa estrutura econômico-social em que se baseia o poder político de seus agentes no país. Basta lêr, aliás, a imprensa das classes dominantes para se ter uma idéia do nível a que já baixaram esses laçaios do imperialismo. O «Correio da Manhã», por exemplo, em editorial de 13 de fevereiro do corrente ano, escreve com o maior cinismo e desembaraço:

«Hoje não há nação que possa sobreviver se se mantiver distante do bloco de nações, grandes e pequenas, que gravitam como astros de segunda grandeza em torno do sol norte-americano. As condições do planeta o levaram a ter de aceitar a participação daquele povo nos destinos de todos os outros. E' a hora que vive o mundo, e dela não se apartaria o Brasil. Atualmente, desde a educação alimentar do recém-nascido até o cinema, as grandes indústrias, o crédito, a lavoura, a capacidade de pensar, nos vêm através dos Estados Unidos. E' assim que nos parece de todo acertado aceitarmos a colaboração ou, se quiserem, a direção americana».

Efetivamente, só mesmo o dinheiro dos trustes e monopólios Ianque poderia dar essa «capacidade de pensar» ao jornalista «brasileiro». E' que, apesar da resistência patriótica daqueles que não aceitam a colonização crescente do país pelo imperialismo Ianque, o que hoje se verifica no Brasil é que continua avançando, brutal e inexorável, a garra imperialista, cada dia mais absorvente e impiedosa na exploração de

nosso povo e na opressão política que exerce através de seus agentes e lacaios, que se apossaram do governo do país. Não é possível nem pensar em melhorar a sorte de nosso povo, em libertá-lo da exploração da opressão crescentes, sem a sua libertação do jugo imperialista. E' ridículo pensar que os governantes brasileiros possam controlar ou limitar as ambições imperialistas, como pretende o Sr. Juarez Távora, por exemplo, para justificar sua posição entreguista na questão do petróleo, enquanto não forem dados golpes arrasadores na dominação imperialista. A penetração do capital estrangeiro nada tem de progressista, é reacionária por essência, perturba e deforma o livre desenvolvimento da economia nacional, sustenta e garante a sobrevivência de classes sociais retrógradas, dificulta e impede a acumulação capitalista no país, já que drena para o estrangeiro a maior parte dos lucros alcançados com a exploração do braço indígena. A luta pela emancipação nacional do jugo imperialista é o primeiro dever de todos aqueles que querem o progresso do Brasil e a felicidade de seu povo.

Mas não se trata somente da emancipação nacional do jugo imperialista. Trata-se de progresso nacional, de enfrentar os problemas brasileiros cada dia mais graves, da miséria, do atraso, da ignorância em que se debate o nosso povo. Trata-se do desenvolvimento da indústria nacional, frente à concorrência imperialista, de um lado, mas, também, de outro, frente a um mercado interno que diminui com a inflação com a carestia da vida, com a baixa do salário real, com a exploração crescente das massas trabalhadoras. Trata-se de unificar a economia nacional ou, pelo menos, de reduzir a desigualdade, cada dia maior, no desenvolvimento das diversas regiões do país. Trata-se da aquisição da maquinaria indispensável à elevação da técnica de produção, aos transportes, à utilização da energia hidráulica, aquisição tanto mais difícil quanto diminuem os saldos de nossa balança comercial, que tendem a se transformar em déficits cada vez maiores. E nada disso é possível sem a liquidação dos restos feudais que entram e impedem o desenvolvimento das forças de produção no país, sem a revolução agrária que acabe com o latifúndio e assegure aos trabalhadores do campo, que constituem a maioria esmagadora da nação, a livre posse da terra e a livre disposição do fruto do seu trabalho, e, com isto, a liberdade política ainda desconhecida para a maioria da nação.

A democracia de verdade é impossível no país sem a remoção das causas profundas dessa situação econômica cada vez mais grave e que ameaça tornar-se catastrófica, assumir proporções até agora desconhecidas, com a crise cíclica que se inicia e cujos sintomas já são sensíveis em todo o mundo capitalista. E, assim, cada dia urgente, para o nosso povo, enfrentar e resolver os grandes problemas da revolução democrática-burguesa, remover as causas profundas do atraso e da reação política, afastar os obstáculos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas no país. Isto implica na luta conseqüente contra os restos feudais e todas as formas pré-capitalistas de exploração, quer fizer, na revolução agrária, de um lado; e, de outro, na luta contra o imperialismo estrangeiro, o norte-americano em particular nos dias de hoje, e pela independência nacional. No imperialismo e no feudalismo, particularmente no primeiro, estão os inimigos mortais do nosso povo.

Mas essa revolução agrária e anti-imperialista, revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social, a realizar-se em plena época da revolução proletária e da construção do socialismo numa boa parte do mundo, só pode ser realizada sob a direção do proletariado. Já passou a época das velhas revoluções burguesas dirigidas pela burguesia e visando a instauração de uma sociedade capitalista sob a ditadura de classe da burguesia. A correlação de forças sociais no país, onde cresce o proletariado, sem que a burguesia se reforce nem econômica nem politicamente, já que as posições fundamentais da economia nacional estão cada vez mais em poder do imperialismo, e devem, com a revolução, passar diretamente para as mãos do novo Estado, criam, evidentemente, a possibilidade de um desenvolvimento não capitalista, que leve diretamente ao socialismo. Mas, além disto, a revolução democrático-burguesa dos dias de hoje nos países coloniais e atrasados é parte integrante da revolução do proletariado e, justamente por isso, é violentamente combatida pelo imperialismo e jamais poderá ser realizada sob a direção da burguesia, cada vez mais dependente dos grandes trustes e monopólios internacionais.

No caso brasileiro, já é bem claro a posição contra-revolucionária da grande burguesia, mesmo da burguesia industrial, mais diretamente interessada na liquidação dos restos feudais e na revolução agrária, que determinaria a rápida expansão do mercado interno. Vimos, por exemplo, como se comportaram todas as associações capitalistas de São Paulo, industriais e comerciais, quando do projetado Congresso Rural — sem exceção, colocou-se a grande burguesia paulista no lado dos latifundiários, com proclamado receio, quase pânico, do impulso progressista das grandes massas de trabalhadores do campo. E' que a burguesia industrial brasileira surgiu como classe já nas vésperas da Grande Revolução de Outubro, quando se iniciava a crise geral do capitalismo, numa época em que o proletariado já se levantava no mundo inteiro como força revolucionária e classe formada e independente. A burguesia brasileira devido à sua própria origem, e ao processo de sua formação, jamais lutou contra o feudalismo, trata de adaptá-lo aos seus interesses, conservando-o e a ele se aliando para a luta contra as massas trabalhadoras. E' por isso mesmo uma burguesia retrógrada, covarde e pusilânime que, não por acaso, muito se assemelha à burguesia alemã dos meados do século XIX, igualmente formada à sombra dos restos feudais e da conservação do junker prussiano. Quando o capitalista A. F. Schmidt chora a crise brasileira e a falta de inteligência de seus pares, como que revive no Brasil de hoje a burguesia tedesca, como a pintara Marx em 1848:

«Sem fé em si própria, sem fé no povo, maldizendo os que estão por cima, trêmula diante dos que estão por baixo, receiosa da tempestade mundial; sem energia em nenhuma direção, pronta a plagiar todas as regras, sem iniciativa: velharia apodrecida, condenada a guiar pelos seus interesses senis os primeiros entusiasmos juvenis de um povo robusto e sadio»...

Mas a grande burguesia brasileira, dos dias de hoje, não é somente essa classe retrógrada, incapaz de lutar contra os restos feudais e pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no país. A crise mundial de 1929 e a segunda guerra mundial determinaram um rápido processo de diferenciação na burguesia brasileira, com a concentração do capital nas mãos de um número cada vez mais reduzido de grandes capitalistas ligados ao latifúndio. Nesse processo de diferenciação exerceu grande influência a política inflacionária do Estado Novo e a conquista de mercados externos durante a guerra. Mas é no pós guerra, diante das dificuldades que surgiram com a perda dos mercados externos, com a diminuição do mercado interno em consequência da baixa do salário real, com o desgaste da maquinaria, com a concorrência crescente do imperialismo, que a camada superior da burguesia brasileira revela toda a sua fragilidade, sua impotência e covardia, seu medo do povo, e se volta para os monopólios ianques e para o governo de Washington a pedir «ajuda», a prestar-se ao papel infame de sócio menor do imperialismo na exploração de nosso povo. É a traição nacional evidenciada pela insistência com que solicita um plano Marshall para o Brasil, com que aceita sem resistência os acordos de Genebra e Havana, com que abre as portas a Rockefeller e Abbink, com que se apressa em garantir um empréstimo à Light, com que se oferece para o papel de sócio menor do imperialismo, cujo jugo solicita. Nesse caminho da traição nacional, chega ao extremo de Franco, ao solicitar o apoio de Hitler para assassinar o povo espanhol, ou dos monarca-fascistas gregos que pensam dominar seu povo com as armas ianques, é o caminho já apontado pelo Sr. Raul Fernandes na ONU e que bem traduz a esperança que alimenta a burguesia brasileira de que as forças armadas do imperialismo ianque se am capazes de afogar em sangue a luta revolucionária do povo brasileiro pelo progresso e a democracia, pela independência nacional. Já é assim, evidentemente, o acordo da grande burguesia brasileira com o imperialismo, com quem forma um bloco contra os operários e camponeses, contra a grande maioria da nação. E como ensina o camarada Stalin, referindo-se a idêntica situação na Índia:

«Não se pode conseguir a vitória da revolução sem desfazer esse bloco, é necessário concentrar o fogo contra a burguesia nacional conciliadora, desmascarando sua traição, libertando as massas trabalhadoras de sua influência e preparando sistematicamente as condições necessárias para realizar a hegemonia do proletariado».

Isto significa que só o proletariado, sob a direção de seu partido de vanguarda, pode efetivamente dirigir e realizar o bloco nacional-revolucionário capaz de resolver os dois grandes problemas da revolução brasileira, através da instauração no país de um poder efetivamente democrático e popular, de um governo constituído em sua primeira etapa pela aliança de todas aquelas classes e camadas revolucionárias, além dos elementos anti-imperialistas que sempre ainda existem na burguesia nacional, especialmente suas camadas médias e progressistas. Mas o proletariado só poderá realizar essa tarefa revolucionária, se, sob a direção de seu Partido de vanguarda, for capaz,

como ensina ainda o camarada Stalin, de libertar a pequena burguesia rural e urbana da influencia da burguesia nacional conciliadora, de criar um bloco nacional revolucionario de operarios, camponeses e da intelectualidade revolucionaria e, ao mesmo tempo, de assegurar a colaboracao do movimento de emancipacao com o movimento proletario dos paises avancados, alem do apoio decidido e aberto aos povos da Uniao Sovietica e do grande Partido Bolchevique, de Lenin e Stalin, dirigente do proletariado e dos povos do mundo inteiro na luta pelo progresso, a emancipacao racional, a democracia e o socialismo.

Mas esse bloco revolucionario so se formara atraves da luta por um programa revolucionario em que estejam includas as reivindicacoes fundamentais do nosso povo a serem parcialmente alcançadas no processo da luta de massas e que o poder popular nacional revolucionario ha-de realizar no seu todo, ao completar as tarefas da revolucao democratico-burguesa e criar as condicoes para a segunda etapa da revolucao, a etapa socialista. Esse programa, que e o proprio programa minimo do nosso Partido, devera incluir, pelo menos, os seguintes objetivos:

- 1) Derrocada da dominacao imperialista estrangeira, pela confiscacao das grandes empresas monopolistas, nacionalizacao dos servicos publicos e de todas as posicoes-chaves da economia nacional. Anulacao das dividas do Estado e denuncia dos tratados internacionais lesivos aos interesses da nação.
- 2) Controle pelo Estado dos grandes bancos, grandes industrias e negocio de caracter monopolista, a fim de que o capital privado não possa manobrar com a vida do povo.
- 3) Confiscacao das grandes propriedades latifundiarias e sua distribuicao gratuita entre as massas camponesas sem terra, e abolicao de todas as formas feudais de exploracao.
- 4) Liberdade de iniciativa industrial e comercial com a só limitacao de que não tenha caracter monopolista a fim de que o capital privado não possa manobrar com a vida do povo.
- 5) Legislacao trabalhista que registre todas as conquistas internacionais do proletariado com a fiscalizacao entregue aos proprios trabalhadores atraves de suas organizacoes sindicais.
- 6) Ensino gratuito para todas as criancas entre 7 e 14 anos.
- 7) Completa separacao da Igreja do Estado.
- 8) Abolicao de todas as discriminacoes de raca, cor, religiao, nacionalidade, etc.
- 9) Liberdade de manifestacao do pensamento, de imprensa, de reuniao, de associacao, de religiao, etc..
- 10) Politica de paz, de solidariedade com a Uniao Sovietica e todos os povos amantes da paz e de apoio a luta anti-imperialista de todos os povos.
- 11) Organizacao de um exercito revolucionario e popular capaz de defender a nação dos ataques do imperialismo e de seus agentes no pais.

Só a luta de massas, a alianca do proletariado com as mais amplas massas, especialmente as grandes massas de trabalhadores do campo,

sob a direção do partido de vanguarda da classe operária será capaz de desarmar as forças feudais-burguesas, de destruir o aparelho de opressão estatal, de armar o proletariado e o povo para tomar o poder em suas mãos. Nessa luta, o golpe principal, nas condições atuais, deve ser dirigido contra o imperialismo ianque e o governo Dutra, seu agente, que, para quebrar a vontade de luta de nosso povo, não vacila em empregar o arbítrio e a violência, a mais torpe demagogia junto com o terror policial e, ao mesmo tempo que vende a nação aos trustes e monopólios anglo-americanos, encaminha-se francamente no sentido da submissão cada vez maior ao governo de Washington, o que significa não só a colonização acelerada do país, como também a participação forçada de nosso povo na guerra imperialista em gestação. Este, sem dúvida, o perigo mortal que, hoje, mais direta e imediatamente ameaça o nosso povo. No despenhadeiro por onde se despençou o atual governo brasileiro, não se trata mais de entregar as riquezas naturais somente, nem de ceder as bases militares que o imperialismo exige em nosso solo, mas o próprio sangue de nossa juventude que se pretende arrastar à mais infame das carnificinas guerreiras. Diante do perigo de guerra iminente, do terror policial e fascista de que lançará mão o imperialismo ianque por intermédio do governo Dutra para poder levar o nosso povo à guerra, surge como tarefa fundamental e imediata do nosso Partido a luta pela paz e, para isso, a organização da mais ampla frente nacional de todos aqueles que em nossa pátria queiram lutar contra a guerra imperialista, acima de quaisquer diferenças de classes de ideologia, de tendências políticas e religiosas. A luta pela paz é a maneira atual de lutarmos contra o imperialismo, pela independência nacional, pela revolução agrária e anti-imperialista, pela derrubada de ditadura e a instauração de um governo efetivamente democrático e popular.

5. UNIR E ORGANIZAR AS MASSAS

E' com tais objetivos que o nosso Partido deve marchar para diante, sem jamais esquecer, no entanto, a grande recomendação de Stalin:

«O Partido não apenas deve marchar para diante, mas também *arrastar consigo* as grandes massas. Marchar para diante sem arrastar as grandes massas significa, de fato, ficar-se para trás do movimento, ficar-se à retaguarda do movimento. Marchar para diante separando-se da retaguarda, não sabendo levar consigo a retaguarda, significa cometer um erro capaz de fazer fracassar o movimento de avanço das massas durante determinado período. A direção leninista consiste precisamente em que a vanguarda saiba arrastar *atrás de si* a retaguarda, que a vanguarda marche para diante *sem se separar* das massas. Mas para que a vanguarda não possa separar-se das massas, para que a vanguarda possa conduzir efetivamente *atrás de si* as grandes massas, para isso se requer uma condição decisiva, e essa é exatamente que *as próprias massas se convecionam, por sua própria experiência, do acerto das indicações, diretivas e palavras de ordem da vanguarda*».

É na luta impacável contra a atual ditadura, contra o imperialismo e contra a guerra imperialista, em defesa do petróleo e outras riquezas nacionais, em defesa das conquistas democráticas de nosso povo, em defesa das liberdades constitucionais, e através da organização da luta pelas reivindicações das massas oprimidas, especialmente aumento de salários, que nos ligaremos às grandes massas, que nos organizaremos nos pontos estratégicos da produção e que, através da popularização da solução revolucionária que indicamos para os problemas brasileiros, conseguiremos impulsionar as grandes massas no caminho da luta pela derubada da ditadura e a instauração no país de um governo democrático e popular.

Vimos anteriormente no que consiste a política do atual governo e é na luta prática, luta de massas contra essa política, que conseguiremos convencer as massas de seu conteúdo esmeador e imperialista e unificar a ação de todos os patriotas e democratas, desmascarando ao mesmo tempo os demagogos esquerdistas e todos os agentes do imperialismo. Foram as grandes lutas de 1948 que puseram a nú o conteúdo essencialmente policial e terrorista da política do governo federal. Sem elas, não teria sido possível, igualmente arrancar a máscara democrática dos governadores udenistas, dos Mangabeiras e Milton Campos, que assassinam operários e empastelam jornais no mesmo estilo de Silvestre Pericles ou Ademar de Barros. Foram, aliás, as lutas dos operários e camponeses de São Paulo, a luta dos médicos e engenheiros também, que mostraram à nação inteira o que valem as promessas do traidor de São Paulo, do demagogo pusilânime do fracassado «Congresso da Lavoura», cuja polícia trata de galhar pelo excesso de violência e de arbitrio, a estúpida polícia da capital do país. Foram ainda as greves de 1948 que constituiriam mais um passo no rompimento das ilusões da classe operária no Ministério do Trabalho e na Justiça Trabalhista, que mostraram também de que lado estão os politiqueiros do Partido do Sr. Vargas, miseráveis fura-greves e traidores da classe operária. Foram ainda as grandes lutas de 1948 que mostraram ao povo a que se reduzem as bravatas dos demagogos «esquerdistas» — udenistas, socialistas, etc. — que passaram a pedir calma e maior prudência diante da «vaca brava» da reação. Nada como a luta decidida contra a Standard Oil para desmascarar os demagogos infiltrados na campanha em defesa do petróleo, na esperança de desviá-la de seus verdadeiros objetivos ou de reduzi-la à negociata das refinarias. É na medida em que crescem as lutas de massas contra a reação, contra a carestia da vida, por maiores salários, contra o imperialismo, pela paz e a independência nacional, que virão à tona as contradições nas fileiras das classes dominantes e que poderá ser organizada a frente-única democrática e popular, frente única anti-imperialista e de luta pela paz e pela independência nacional. Mas o essencial é que nessa luta pela paz, contra a reação e o imperialismo, sabemos lutar em todos os terrenos, sabemos utilizar todos os meios e processos de luta, sem esquecer nem desprezar nenhum, desde os protestos e greves econômicas, as manifestações de rua e as greves políticas de massas, até a luta de massas contra as violências e arbitrariedades policiais, a libertação dos presos, a greve geral, etc.. É através dessas lutas que devemos organizar as massas, tendo sempre presente que está justamente na falta de organização das

massas a maior debilidade de nosso povo porque enquanto as massas trabalhadoras continuarem desorganizadas, enquanto não existir no país uma forte organização sindical, enormes serão as dificuldades para realizar uma decisiva mudança da correlação de forças sociais a favor da democracia. A medida que se agrava a situação das grandes massas populares, estas se vêem obrigadas a lutar e efetivamente lutam nas mais diversas condições, com preocupações que de início são diferentes mas que no fim de contas, trate-se de operários que lutam contra salários de fome ou ameaçados de desemprego, trate-se de camponeses que lutam contra arrendamentos excessivos ou a consequência, que logo sentirão, da queda dos preços dos produtos agrários, trate-se de artesãos e pequenos comerciantes atingidos pelos impostos excessivos e a falta de crédito e empurrados à falência, trate-se de funcionários, de intelectuais, de estudantes, de mulheres, todos ameaçados pela carestia da vida, em seus direitos e liberdades mais elementares, trate-se de patriotas em geral, cada dia mais indignados com a opressão imperialista, tudo se resume, para uns e outros, a uma mesma luta que não é outra que a luta contra a reação, contra a ditadura e o imperialismo, a luta enfim pela paz e pela independência nacional.

Mas é aos comunistas que cabe a grande tarefa de impulsionar essas lutas, de colocar-se à frente do povo para organizá-lo e dirigi-lo, encaminhando todos esses movimentos que nascem da radicalização das massas, do descontentamento crescente, quais afluentes, para o grande canal da luta de massas contra a reação e o imperialismo norte-americano, pela paz e a independência nacional. Mas é na base da análise de situação concreta interna e externa, tendo em conta a correlação de forças sociais no momento, as contradições e a força atual e real das classes dominantes, assim como o grau de preparação do proletariado e o nível atingido pela atividade das camadas intermediárias, que devemos traçar os rumos de nossa ação política imediata e saber onde concentrar o peso de nossas atividades. Nas condições atuais são as seguintes as nossas principais tarefas políticas:

- 1) Organizar a mais ampla frente nacional de luta pela paz, que se estenda ao país inteiro e ganhe todas as camadas sociais, a todos os patriotas, acima de quaisquer diferenças de classe, de divergências políticas ou religiosas. Devemos utilizar o profundo sentimento contra a guerra entre as mulheres, os jovens, os soldados e os intelectuais, para levá-los à luta vigorosa contra os provocadores de guerra, contra os aventureiros e as missões de guerra que visitam o país, contra os tratados e acordos de guerra, à resistência prática enfim contra todos os preparativos de guerra no Brasil.
- 2) Fazer a luta sistemática e concreta contra a penetração imperialista, mobilizando para isso as grandes massas contra aquelas formas mais imediatas e sensíveis da exploração e da opressão imperialista em cada região do país. Nesse terreno, tem particular atualidade, além de ser de amplitude nacional, a luta contra o projetado Estatuto do Petróleo, contra a entrega do petróleo aos rustes norte-americanos. A campanha em defesa do petróleo, logo que conseguir alcançar um forte núcleo ope-

rário, em torno do qual se agrupem as grandes massas, poderá assumir rapidamente um cunho revolucionário e servir de ponto de partida para a grande frente nacional libertadora.

- 3) A luta em defesa das liberdades populares, contra as arbitrariedades policiais, contra os processos criminais pela Lei de Segurança, contra as novas leis de exceção em discussão no Parlamento, pela legalidade do Partido Comunista do Brasil e a volta de seus representantes, pela liberdade dos perseguidos políticos, é também tarefa política da maior importância, porque é através dela que as grandes massas ganharão experiência política, compreenderão o verdadeiro conteúdo da ditadura de classe do governo atual, que poderemos enfim desmascarar a demagogia do governo e dos politiquinhos que o apoiam, que dizem respeitar a Constituição e defender a democracia contra o «totalitarismo comunista».
- 4) Fazer a mais intensa propaganda da solução revolucionária, dos problemas brasileiros, popularizar o programa de governo democrático e popular, que livrará as massas da miséria, que permitirá o progresso do Brasil, que entregará a terra aos camponeses, que libertará nosso povo do jugo imperialista, que lutará pela paz e garantirá a independência nacional.
- 5) Organizar e unir o proletariado, especialmente o das grandes empresas, onde deve ser concentrado fundamentalmente o nosso trabalho. Isto só poderá ser conseguido através da luta de massas pelas reivindicações mais imediatas, especialmente o aumento de salários nas condições atuais. Mas não basta o trabalho de agitação e propaganda, cabe aos comunistas empregar todas as suas energias na preparação das lutas — só assim enraizaremos o Partido nas posições-chaves da economia nacional e consolidaremos sua estrutura, colocando-o na altura de dirigir as grandes lutas que se avizinham.
- 6) Ganhar as concentrações camponesas mais importantes do país, especialmente no Estado de São Paulo, através da luta pelas suas reivindicações imediatas que devem ser cuidadosamente estudadas, já que variam, não somente com a forma de exploração predominante como de região em região.

Mas, simultaneamente com as tarefas fundamentais acima resumidas, especialmente a luta imediata pela paz, à medida que se vai agravando a situação das grandes massas, que cresce e se generaliza o descontentamento popular contra a política inepta e reacionária do governo Dutra, que está levando o país ao descabro, à medida que se desmoralizam todos os partidos e políticos das classes dominantes, que se desmascaram os traidores a serviço do imperialismo, surgem no país as condições para uma ampla frente única. Cabe ao nosso Partido, já agora, colocar-se à frente de todos os democratas e patriotas e chamá-los à ação unida contra a miséria e a fome crescentes, contra a destruição da indústria nacional, contra o terror policial, contra a entrega do país aos monopólios ianques, para a luta decidida pela paz e pela independência nacional. Existem condições no Brasil para a mais

ampla união para a luta em defesa da paz e contra os fomentadores de guerra. E' no caminho dessa união que devemos marchar com audácia, sem esquecer, no entanto, que a luta em defesa da paz só terá possibilidade de sucesso se fôr ligada à atividade diária, reivindicatória, de todo o nosso Partido e das massas. Nas condições atuais, são as seguintes as reivindicações imediatas de nosso povo — a plataforma comum que poderá servir para unir num feixo único e poderoso a todas as forças de oposição, quer dizer, contrárias à ditadura, e de unificar a vontade de luta de todos os democratas e patriotas, de todos os que não se conformam nem estão dispostos a aceitar o terror policial e fascista do governo Dutra, nem a opressão imperialista, de todos que querem a paz, o progresso, a independência do Brasil:

- 1) Defesa da paz e luta contra os pactos guerreiros do Atlântico e do Rio de Janeiro.
- 2) Restabelecimento das liberdades democráticas e combate à ditadura.
- 3) Liberdade sindical, eleições livres e imediatas nos sindicatos e amplo direito de greve.
- 4) Legalidade do Partido Comunista do Brasil e volta dos parlamentares comunistas.
- 5) Contra a carestia da vida, pelo congelamento dos preços dos artigos de consumo popular, inclusive aluguel de casa. Diminuição das tarifas de luz, gás, bondes e transportes urbanos em geral.
- 6) Aumento geral de salários.
- 7) Prorrogação dos contratos e baixa de arrendamento agrícolas. Libertar o produtor do pagamento do imposto de vendas e consignações.
- 8) Defesa da indústria nacional contra concorrência imperialista pelo rigoroso controle das importações.
- 9) Defesa do petróleo, dos minérios de ferro, manganês, tório, etc., contra qualquer concessão aos monopólios estrangeiros, nacionalização das empresas imperialistas de serviços públicos — Light e outras.
- 10) Política externa de paz e contra a guerra. Relações diplomáticas e comerciais com todos os povos livres e amantes da paz, principalmente os da União Soviética.

E' através da luta por essas reivindicações, tomadas no seu conjunto ou parcialmente, que conseguiremos organizar as massas, descobrir novas formas de luta e de organização, e que marcharemos no sentido da organização da grande frente única popular e nacional que nos permitirá modificar a favor da democracia a correlação de forças sociais no país. Dirigimo-nos também a todos os democratas e a todas as forças políticas que queiram lutar contra a ditadura e o imperialismo, convidando-as à unidade formal, seguros, no entanto, de que as conversações, os acordos eventuais entre agrupamento e organizações só têm razão de ser na medida em que sirvam para reforçar a luta contra os inimigos do povo, da liberdade, da democracia e da independência nacional.

IV — O NOSSO PARTIDO

NOSSO PARTIDO, como o partido político da classe operária e do povo, pela sua atuação junto às grandes massas trabalhadoras, pelo seu passado de lutas contra a reação e o imperialismo, pela liberdade e a democracia, pelo progresso e a independência do Brasil, é, cada vez mais, em nossa Pátria, uma força política dirigente, a única força política que arrasta grandes massas, capaz de mobilizá-las e de levá-las à luta pelos seus verdadeiros interesses, que são os interesses da maioria esmagadora da nação. Isto é tanto mais exato, quanto mais se estreita à medida que as massas ganham experiência política, a base social em que se apoiam o governo e os diversos partidos das classes dominantes, incapazes de indicar qualquer saída progressista e que não seja puramente demagógica para a situação desesperada das massas que se agrava cada vez mais com o profundamento da crise geral do capitalismo e a política violentamente colonizadora do imperialismo norte-americano. E disto decorre a influência que exercemos nós, comunistas, através da atuação prática de nosso Partido, no curso dos acontecimentos políticos no país e no Continente. A imprensa do imperialismo e das classes dominantes não pode ocultar essa influência do agente de nosso Partido, porque, mesmo quando pretende adotar a tática do silêncio para evitar a propaganda gratuita do comunismo, não pode desconhecer a existência do proletariado como classe social e de sua ação política cada vez mais consciente e vigorosa. Não é possível deixar de reconhecer, no meio da desorientação em que se debatem os politiquinhos das classes dominantes, que vão da violência na ação desesperada à mais cínica demagogia, que «só aos comunistas é que assiste e alimenta a idéia fixa de uma causa, de um propósito, de um objetivo», como escreve o capitalista A. F. Schmitt. E o mais sério é que essa causa é a causa do proletariado, visa a abolição total da exploração do homem pelo homem, é a causa do progresso da humanidade — é o socialismo já praticamente construído na gloriosa União Soviética, sob a direção genial de Stalin.

Esta a causa fundamental dos grandes êxitos que alcançamos nos dois anos de vida legal que se seguiram à derrota militar do nazismo e durante os quais, graças às possibilidades que surgiram de um contacto mais direto com as grandes massas trabalhadoras, desde o proletariado dos centros industriais mais adiantados até às populações atrasadas do sertão, nos foi dado despertar para a atividade política milhões de concidadãos e iniciar sua educação política, apontando-lhes a solução revolucionária dos problemas brasileiros. Foi através dessa grande atividade que fizemos de nosso Partido um Partido de massas e uma força política de importância no país, com prestígio junto às grandes massas operárias e camponesas e que conseguiu atrair para as suas fileiras o que existe de melhor, de mais honesto, puro e saudável na intelectualidade progressista do país. Com o considerável crescimento de nosso Partido, acentuou-se no país a força dirigente de um partido da classe operária, um partido político de âmbito nacional, força patriótica e unificadora, que nenhum regionalismo pode desagregar, ao contrário do que acontece com todos os partidos das classes domi-

nantes que o regionalismo despedaça em grupos rivais pelo país afora.

Nossa política de princípios contra a guerra imperialista foi, sem dúvida, durante esses anos de vida legal, o ponto mais alto de toda a nossa atividade educativa de massas, juntamente com a luta que dirigimos contra a guerra imperialista, contra o «Livro Azul» contra a intervenção de Berle em nossos negócios internos e exigência a expulsão dos soldados do imperialismo de nossas bases militares, constituiu a causa mais direta de nosso prestígio entre as mais amplas massas populares que vêem e sentem que o Partido Comunista é um partido diferente dos demais. E essa diferença não podia senão aumentar e tornar-se cada vez mais evidente, através da atividade parlamentar: representantes comunistas nas diversas assembleias para que foram eleitos, desde a Assembleia Constituinte até as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, onde, com as bancadas comunistas se ouviu pela primeira vez em nosso país a voz do proletariado, das grandes massas trabalhadoras, uma voz independente dos monopólios ianques e dos magnatas brasileiros, de luta permanente e sem quartel contra todos os exploradores e opressores de nosso povo.

Enfim o que é indispensável, neste momento, em que devemos iniciar em todo o Partido, de alto a baixo, o mais rigoroso exame auto-crítico de nossos erros, falhas e debilidades, é não esquecermos nem subestimarmos os lados positivos de nossa atividade, os êxitos incontestáveis que alcançamos durante os anos de vida legal, em que participamos ativamente de toda a vida política do país, passamos do pequeno partido ilegal de alguns milhares de membros somente para o grande partido de massas de cerca de duzentos mil membros, força política de influência reconhecida no curso dos acontecimentos nacionais. Enfim, o próprio medo que causamos às classes dominantes, que não vacilam em arrancar a máscara democrática e constitucional para se lançar às piores violências do anti-comunismo sistemático, não deixa de ser também uma contra prova do prestígio e da influência política de nosso partido e dos grandes êxitos táticos alcançados durante os anos de sua vida legal e até mesmo depois de cassado o registro eleitoral do Partido, já nas vésperas da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, nas eleições de novembro de 1947 em São Paulo, quando fomos majoritários nos quatro principais centros industriais do Estado.

Mas a reação crescia, aprofundava-se a luta de classe no país, perdíamos em maio de 1947 o registro eleitoral de nosso Partido e de fato o direito à vida legal e, em janeiro de 1948, perdiam os seus lugares no Congresso Nacional e nas Assembleias Estaduais os representantes eleitos sob a nossa legenda partidária. A todos esses golpes não oferecemos, como era preciso, nenhuma resistência de massas e não fomos capazes, devido à nossa linha reformista e à subestimação na prática das forças da classe operária e as ilusões na reação, de mobilizar as massas para resistir aos ataques cada vez mais violentos da reação às conquistas democráticas de nosso povo e ao nível de vida dos trabalhadores sobre cujos ombros descarregam as classes dominantes todo o peso das dificuldades econômicas do pós-guerra, em crescimento. Essa ofensiva da reação, que vinha se desenvolvendo de forma cada vez mais aberta e violenta, desde o golpe de 29 de outubro de 1945 e que assumiu proporções mais graves a partir de maio de 1947 e de-

terminou a rutura de relações com a União Soviética em outubro do mesmo ano, só depois que foi adiante com a cassação dos mandatos de nossos representantes parlamentares, foi capaz de nos levar ao exame mais aprofundado das causas de nossas derrotas, à investigação severa do que havia de falso e errado em nossa orientação política e em toda a atividade prática de nosso Partido. Tornava-se por isso necessária uma urgente e rápida mudança de nossa linha política. Foi o que fez a Comissão Executiva, ao tomar a iniciativa de lançar o Manifesto de Janeiro de 1948 em nome do Comité Nacional — documento histórico que, conforme já o comprovaram os acontecimentos posteriores, marca uma viragem decisiva em toda a atividade de nosso Partido, fazendo com que o mesmo se voltasse decididamente para a classe operária e para as grandes empresas, onde enraiza suas forças a fim de poder resistir aos golpes da reação.

Só então pôde a Comissão Executiva começar a compreender o atraso com que iniciava essa viragem necessária e começar a avaliar os males que já causara ao nosso Partido, como ao movimento operário e democrático, tudo quanto havia de falso e errôneo na atividade prática de nosso Partido, devido, antes de tudo, à sua própria linha política falsa. Apesar das dificuldades a vencer, sob os golpes da reação e do imperialismo, quando o Partido necessitava adaptar-se rapidamente à vida clandestina, para a qual não se preparara em tempo, no momento em que se tornava urgente salvar os seus quadros dirigentes, esse processo auto-crítico teve início na Comissão Executiva e agora deve prosseguir a fim de ser levado a todo o Partido, que deve fazê-lo, de alto a baixo, procurando sem medo e origem e as causas dos erros cometidos, a fim de não só extirpá-los definitivamente e utilizá-los na formação teórica e ideológica de todo o partido, como também de melhor compreender e aplicar a nova linha política. E' com essa auto-crítica enérgica e audaciosa que reforçaremos o nosso Partido política e ideologicamente, e que o colocaremos a altura da tarefa gigantesca que deve enfrentar.

Ao examinarmos hoje a nossa linha política e a atividade prática de nosso Partido, durante os anos da legalidade, não podemos deixar de reconhecer quão perigosamente nos afastamos do caminho revolucionário, do marxismo-leninismo, e fomos caindo, de desvio em desvio, de erro em erro, no caminho do oportunismo e do reformismo, perdendo de vista, cada vez de maneira mais acentuada, nossos objetivos estratégicos e, com ilusões de classe das mais perigosas, abandonávamos o rumo certo dos interesses de classe do proletariado. Substituíamos a luta de classes pela colaboração de classe e pensávamos errôneamente em tar os golpes da reação amainando as contradições de classes, em vez de aprofundá-las, como ensina e manda o leninismo. Essa, sem dúvida, a causa imediata de todos os nossos erros que tiveram consequências as mais desastrosas em nossa atividade prática em todos os terrenos, tanto no orgânico como no da atividade sindical e de massas, como igualmente no da propaganda e educação. Na verdade, nada fizemos no sentido da educação do Partido no espírito revolucionário da luta de classes e, nessas condições, não fomos capazes de armar politicamente o Partido e as massas para enfrentar com decisão os golpes da reação. E' evidente que à medida que procurávamos amainar a luta de classes, evitar

as greves, mesmo as puramente econômicas, das mais justas e necessárias, desapareciam as organizações de massas, aquele mínimo ainda existente nos anos de 1945 e 1946, e perdiam-se sem resultados práticos os nossos planos verbais no sentido de organizar o proletariado e as massas em geral. Mas, além disto, subestimamos também o papel do Partido, seu caráter de vanguarda do proletariado e, iludidos com o seu crescimento quantitativo, abrimos suas portas aos oportunistas, a muita gente sem o espírito de luta, baixando o nível ideológico do todo, sua qualidade, militância e combatividade. Foi justa, sem dúvida, a luta contra o sectarismo em nossas fileiras, mas errôneas nossa política de organização e os métodos de recrutamento que adotamos e que traduziam grande compreensão de nossa parte a respeito do papel do Partido. O camarada Stalin, como lembra Matias Rakosi em artigo recente, já assinalara o perigo que podia apresentar a transformação do Partido «em uma formação imprecisa, amorfa, desorganizada, perdida num oceano de «simpatizantes», abolindo toda a limitação entre o Partido, e a classe, invertendo a tarefa do Partido, que é de educar as massas não organizadas trazendo-as para o nível do destacamento de vanguarda». Não só não tomamos na devida conta esse perigo, como não fomos também capazes de sentir há mais tempo, suas graves consequências em nossas fileiras, cada dia mais amorfas e desorganizadas, e que perdiam efetivamente as características de organização superior da classe operária. Orgulhavamo-nos de nossos duzentos mil membros mas olvidávamos, como ensina ainda o camarada Stalin, que o Partido «é forte não somente pelo número, mas antes de tudo pela qualidade de seus membros». Nosso Partido perdeu suas características de organização superior da classe operária, substituir de fato as organizações inferiores, tornara-se incapaz para exercer seu papel de vanguarda, de força dirigente que, na medida do possível, deve saber prever os acontecimentos para neles intervir. Esse espontaneísmo é ainda outra manifestação dos erros reformistas e oportunistas de nossa linha política, em consequência da qual iam ficando em geral a roboque dos acontecimentos que repetidamente nos surpreendiam. Assim aconteceu a 7 de maio com a cassação do registro eleitoral do Partido e mesmo ainda em janeiro de 1948, quando da cassação dos mandatos dos representantes comunistas. E, diante das derrotas e insucessos, buscávamos justificativas e explicações que nos iam levando à construção de toda uma teoria oportunista, e portanto, ao charco do revisionismo. Perdíamos cada vez mais o sentido da realidade e a capacidade crítica e auto-crítica. Baixaram consideravelmente o nível ideológico de nosso Partido, em consequência do rápido desenvolvimento de seus efetivos e da falta de uma educação comunista que não fomos capazes de dar aos seus membros, mas é na direção do Partido, no Comitê Nacional e na Comissão Executiva, particularmente nesta que recaí a responsabilidade máxima pelos erros que foram cometidos.

É certamente necessário e indispensável um exame detalhado, em todos os setores e terrenos de nossa atividade, assim como em todas as instâncias de nossa organização, dos erros que foram cometidos. Essencial, no entanto, neste momento, é investigar mais aprofundadamente as raízes de nossos erros. Como fomos levados a tão graves desvios da linha revolucionária do proletariado? De onde vieram ou partiram

as tendências que nos levaram a tão graves erros? Para responder a essas indagações, devemos voltar ao período imediatamente anterior, ao período da guerra contra o nazismo e aí, efetivamente, já vamos encontrar as raízes de nossos erros. Diante da agressão nazista, soubemos adotar uma política de colaboração internacional e, internamente, de União Nacional que era justo, sem dúvida, mas que trazia também perigos, especialmente para um partido como o nosso, em formação, e que ainda sofria as duras conseqüências da derrota de 1935. Já não é fácil aos partidos da classe operária, nos países coloniais e dependentes, manter sua independência de classe dentro da colaboração e aliança com outras classes para a luta pela libertação nacional, e é lógico que essa dificuldade se torna ainda maior, como que se eleva ao quadrado, quando a aliança se amplia, como no caso da guerra contra o nazismo, até incluir as próprias nações imperialistas, das que mais diretamente oprimem nosso povo, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Já em 1939, em sua intervenção no XVIII Congresso do Partido Comunista (b) da U.R.S.S., dizia Manuilski, ao falar da situação dos diversos Partidos Comunistas:

«Ao aplicar a tática da frente única operária e da frente popular anti-fascista surgiram em alguns Partidos Comunistas determinadas tendências de caráter direitista e oportunista. Tendências que foram expressas através de um enfraquecimento na luta contra os elementos capitulacionistas, numa idealização do papel dos Estados chamados democráticos, no encobrimento de seu caráter imperialista. O aparecimento destas tendências, se bem que em forma embrionária, demonstra que é imprescindível intensificar a luta contra o oportunismo».

Esta séria advertência de Manuilski nós não a ouvimos e, sem dúvida, fomos muito além das formas embrionárias nessas tendências de caráter direitista e oportunista, na idealização dos Estados chamados democráticos, na idealização do governo democrático de Roosevelt, na idealização de sua «política de boa vizinhança», em que não viamos o seu lado imperialista, ou como diz Manuilski, caíamos «no encobrimento de seu caráter imperialista». Ao apoiarmos todos aqueles que lutavam contra o nazismo, esquecíamos que os objetivos do imperialismo eram diferentes daqueles por que lutavam os povos soviéticos e o proletariado do mundo inteiro. Tratava-se para o imperialismo ianque de liquidar o concorrente alemão e de conquistar novas posições para ulterior expansão. Mas, idealizando a política dos monopólios ianques, encobrimos seu caráter imperialista, viamos o aliado e esquecíamos que este tratava de liquidar os concorrentes no Brasil através da lista negra, da conquista de novas posições por meio dos acordos de Washington, de penetrar no aparelho estatal, de infiltrar-se nas forças armadas e de ganhar ideologicamente os chefes militares brasileiro, e, inclusive, de ocupar militarmente o nosso solo, em nome da luta comum contra o nazismo. E, internamente, ao lutarmos pela união nacional não sabíamos distinguir o sentimento patriótico do povo que lutava pela derrota do nazismo da posição das classes dominantes, cujos obje-

tivos eram evidentemente outros — lutavam por sobreviver à sombra do imperialismo ianque já que não era mais possível explorar e oprimir as massas sob a égide do imperialismo nazista. E o reflexo dessas ilusões nas classes dominantes foram as tendências direitistas, o «seguidismo» que nos impedia de lutar abertamente pelas menores reivindicações populares, inclusive a anistia para os condenados de 1935, tendências tódas que tiveram sua formulação mais característica na palavra de ordem evidentemente falsa de «união nacional para a guerra e para a paz», que já trazia em seu bojo uma errônea apreciação das perspectivas internacionais e nacionais do após-guerra, que nos levaria a nosso afastamento cada vez maior do caminho revolucionário do proletariado e da luta de classes.

Foi o que efetivamente aconteceu. Tendo partido de um conceito falso das relações internacionais e nacionais no após-guerra, apreciando de maneira unilateral as grandes modificações produzidas pela guerra na correlação de forças sociais no mundo inteiro, fomos levados a acentuar as possibilidades realmente existentes de um longo período de colaboração entre a URSS e as potências imperialistas, silenciando, no entanto, quanto às forças contrárias que minavam essa colaboração e que tendiam, cada vez com maior violência, justamente em consequência da derrota militar do nazismo, a dividir o mundo em dois campos antagônicos. E em consequência dessa apreciação falsa da situação mundial, como já foi comprovada pelos acontecimentos ulteriores e pela agravação crescente da situação internacional, decorrida nossa política interna que se baseava na premissa evidentemente falsa de um possível desenvolvimento progressivo da democracia no Brasil e que se negava a vez os tremendos obstáculos que contra essa possibilidade se levantavam, cada dia maiores e mais violentos. Evidentemente, as condições particulares em que se desenvolveram os acontecimentos políticos no Brasil ao findar a guerra contra o nazismo, os grandes êxitos imediatamente alcançados pelo nosso Partido, que passava repentinamente da clandestinidade para a vida legal e engrossava suas fileiras com novos elementos, política e ideologicamente, atrasados, em número dez e vinte vezes superiores ao dos efetivos provados da clandestinidade, estes e outros fatores muito concorreram para agravar cada vez mais os desvios direitistas, e para afastar-nos cada vez mais do terreno revolucionário da luta de classes para o do oportunismo, para o da colaboração de classes e o reformismo.

Já em 1945, em vez de mobilizarmos e organizarmos as massas através da luta por suas reivindicações imediatas, como única maneira de fazermos frente ao golpe militar que se preparava contra as recentes conquistas democráticas, aconselhávamos «ordem e tranquilidade» e procurávamos conter o descontentamento das massas — toda ilusão pequeno-burguesa que denota o quanto já nos afastáramos então do terreno da luta de classes e dos ensinamentos fundamentais do marxismo-leninismo. É certo que, diante da correlação de forças sociais no país, da fraqueza do movimento operário e do nosso próprio Partido, que tudo devíamos envidar para evitar as provocações do inimigo, sem, no entanto, abandonarmos a luta pelos interesses imediatos das massas, já que nos colocando, como efetivamente ficamos, contra os interesses das massas, mandando apertar o cinto, não fazer greves, aumentar a

produtividade, alimentando ilusões numa «Carta de Paz Social», perduramos a única arma eficiente para a luta de verdade contra o golpe reacionário e imperialista que se preparava e que efetivamente foi desfechado a 29 de outubro e ao qual, só nos foi dado opôr palavras.

Apesar da posição firme que assumimos, desde 1945, contra a intervenção do embaixador Berle na política nacional, de nossa posição contra a guerra imperialista e o «Livro Azul», assim como de nossa luta pela expulsão dos soldados norte-americanos de nossas bases militares, não há dúvida que mesmo a luta pela libertação nacional do jugo imperialista, ela também, foi inconsequente e se ressentiu dos erros fundamentais que vinhamos cometendo. Apesar de falarmos na agressividade do imperialismo yanque, não soubemos desmascarar de maneira objetiva sua crescente penetração no país, não vimos as posições que o imperialismo ia adquirindo, não vimos como as comissões técnicas do tempo de guerra se iam transformando em instrumento de domínio político, que o imperialismo yanque através delas se infiltrava em todo o aparelho estatal e como assumia de fato o controle cada vez maior de nossas forças armadas, transformando muitos oficiais e chefes em seus agentes e intermediários para maior dominação política e militar da nação.

Tôda a nossa atividade política, a começar pela linha geral do Partido, era assim fundamentalmente falsa e errônea, tipicamente reformista, não só pela subestimação da luta contra o imperialismo como também pelas ilusões de classe que nos colocavam a reboque na burguesia. Esses erros tiveram as conseqüências mais desastrosas e se refletiam em tôda a nossa atividade prática. Após o golpe de 29 de outubro, fomos cedendo cada vez mais diante da reação em crescimento, alimentando ilusões cada vez maiores nas eleições e na solução parlamentar dos problemas que mais interessavam às massas trabalhadoras, e acabamos por perder de vista os objetivos fundamentais da Revolução brasileira, sobre os quais silenciávamos. Ilusões de classe cada vez maiores no papel da burguesia progressista e, inclusive, no papel do imperialismo, nos levaram a um desinteresse cada vez maior pela experiência revolucionária do proletariado mundial e dos sucessos do socialismo na URSS. No terreno da organização abandonávamos os princípios do marxismo-leninismo, no que concerne ao papel do Partido, permitindo um recrutamento sem discriminação, o que sobrecarregou o Partido de elementos socialmente estranhos, oportunistas e arrivistas, tendia a baixar seu nível ideológico e tirar-lhe o caráter de destacamento de vanguarda da classe operária. Mas isto se tornava ainda mais grave, porque simultaneamente diminuía nossas bases nas grandes empresas, como se comprovou já na atividade preparatória do IV Congresso, de que não participaram nem 50% das células das empresas da capital de São Paulo. Enfim, em todos os setores de trabalho tinham inevitavelmente que se manifestar as conseqüências desastrosas de uma orientação geral fundamentalmente falsa. O mesmo se deu em todos os escalões do Partido, chegando a assumir em alguns deles, especialmente em São Paulo e Pernambuco, aspectos mais graves e perigosos, como o de perder o Partido, na prática, sua independência política e colocar-se a reboque da burguesia.

Mas para que essa auto-crítica, que deve ser feita em todos os escalões de nosso Partido, possa produzir os resultados necessários, é indispensável não somente essa caracterização, tão exata quanto possível, dos erros que foram realmente cometidos, através da análise do processo de seu desenvolvimento, desde as suas primeiras manifestações, como tentamos fazê-lo, mas também das causas que os determinaram. Quais foram então as verdadeiras causas daqueles desvios iniciais que, não corrigidos em tempo, nos levaram aos graves erros que assinalamos? Elas estão, sem dúvida, na própria formação do nosso Partido, nas origens pequeno-burguesas de seus dirigentes e mesmo no baixo nível político do proletariado brasileiro, ainda em formação e não de todo livre ideologicamente de suas origens camponesas. Mas se, de um lado, é evidente, como causa de nossos erros, essa influência da ideologia pequeno-burguesa em nossas fileiras, de outro, está também no baixo nível teórico de todo o Partido, inclusive de seus quadros dirigentes, outra causa fundamental dos nossos erros. Evidentemente, não sabemos aplicar os ensinamentos essenciais do marxismo-leninismo nas difíceis e complexas condições da guerra contra o nazismo e do apogeu da guerra. Além disto, devemos aplicar o marxismo-leninismo ao caso brasileiro, o que evidentemente não é fácil, devido não só à nossa insuficiência teórica no terreno do marxismo-leninismo, como também ao desconhecimento, que ainda é muito grande em nossas fileiras, dos problemas brasileiros, da situação real em que se encontra o nosso país e o seu povo, do que são efetivamente as relações sociais no país, das consequências da penetração imperialista, dos restos feudais e do desenvolvimento do capitalismo no país, etc.. Sem conhecer aprofundadamente a realidade brasileira não poderemos definir com acerto o caráter da Revolução brasileira e estamos sujeitos a cometer graves erros na linha estratégica de nosso Partido. Finalmente, outra causa de nossos erros está, sem dúvida, em nos haverem subido os olhos à cabeça e por isso perdemos o sentido auto-crítico e a capacidade de compreensão da realidade. Esquecemos mesmo da necessidade de construir o Partido, de prepará-lo, como instrumento essencial de que necessitamos para a luta pela independência nacional e o socialismo — tarefa que o marxismo-leninismo e toda a experiência internacional proletariado ensinam ser primordial para a classe operária, porque, como diz Stalin, «ser um Partido revolucionário, vanguarda organizada e esclarecida da classe operária, não se pode nem pensar no derrocamento do imperialismo, na conquista da ditadura do proletariado».

Esta a nossa tarefa fundamental no momento — construir o nosso Partido, colocá-lo à altura da situação que atravessamos e das grandes lutas que se avizinham. Mas isto só será possível através das lutas de massas e na base de mais profunda auto-crítica, que devemos realizar em todo o Partido, de alto a baixo, para rompermos decididamente com o passado oportunista, reforçarmos o aparelho do Partido, todos os seus organismos dirigentes, limpando-os literalmente dos oportunistas e covardes de todos os que não queiram ou não possam compreender a nossa linha política, ou que não estejam em condições de fidelidade e dedicadamente pô-la em execução, por mais duras que sejam as condições a vencer.

Na situação em que nos encontramos, não podiamos deixar os golpes da reação e do imperialismo de nos causar grandes males, de fazer baixar de maneira brusca os nossos efetivos e de fazer mesmo desaparecer por certo tempo alguns organismos, que não puderam resistir às perseguições policiais ou não foram capazes de se adaptar, com a necessária rapidez, às novas condições da atividade clandestina. Apesar disso, ao contrário do que supunha a reação, se acentuou a influência política do Partido, como a única força que dirige grandes massas e está em condições de modificar o sentido em que se desenvolvem os acontecimentos. Evidentemente, isto só foi possível porque, diante dos golpes da reação, soubemos nos dirigir às massas, chamá-las para a luta contra o governo ditatorial de Dutra e contra o imperialismo yanque, e nos colocamos à frente delas com decisão e coragem. Graças a isto, já reforçamos nossas ligações com as massas, conseguimos defender a cabeça do Partido, consolidar sua organização clandestina e, através de suas memórias, começar a enraizá-lo em fortes núcleos operários.

Na aplicação de nossa linha política é, no entanto visível ainda a persistência dos erros de caráter oportunista, em todo o Partido, daí bem às direções. A partir dos primeiros meses de 1948, alcançamos êxito sem dúvida. A reação, apesar de todos os seus esforços não conseguiu nos isolar. Mais do que nunca, nos ligamos às massas através de grandes lutas, como foram as greves de 1948, lutas durante as quais o proletariado em geral contou com a simpatia e o apoio das classes médias. Evidentemente, as grandes massas trabalhadoras querem lutar — basta que alguém saiba levantar o problema e assumir a direção de luta para que surjam grandes movimentos pelo país inteiro. Neste fato que caracteriza o momento que atravessamos se baseia a nossa linha política que é justa, mas evidentemente ainda não foi suficientemente compreendida por todo o Partido e muito menos posta em prática. E isto se deve, fundamentalmente, a não termos feito ainda em todo o Partido a auto-crítica decidida de nossos erros e, igualmente, a não termos feito o esforço necessário para levar essa linha política ao conhecimento das massas.

Nesse sentido, não passamos do Manifesto de Janeiro que teve, sem dúvida, influência decisiva no desencadeamento das grandes lutas de 1948 mas que, pela sua própria natureza, dava simplesmente os novos rumos a seguir, sem poder aprofundar no sentido da crítica e da auto-crítica do passado. Isto foi feito no artigo «Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista», mas de maneira que, reconhecemos hoje, ter sido insuficiente, tanto na crítica que foi superficial e pouco convincente, como também por não indicar com a precisão necessária, no momento, qual o caminho ou a saída, para as lutas. Por tudo isso, a auto-crítica iniciada pela Comissão Executiva não passou até agora de seus estreitos limites, não desceu aos demais organismos e a todo o Partido, como era necessário, tão grande é a carga de erros que arrastamos, o que sobrecarrega e trava toda a nossa atividade. Isto não quer dizer que não tenha melhorado a militância e a combatividade em nossas fileiras, mas simplesmente que ainda precisamos avançar muito para nos colocarmos na nossa posição de dirigentes, à frente das massas. A passividade, por exemplo, ainda

pesa em nossas fileiras e os pretextos se multiplicam com o objetivo de adiar ou entravar as lutas, quando o essencial no momento é lutar, sem medo dos erros que possam ser cometidos e que sempre serão corrigidos durante a própria luta, tanto mais que esta, iniciada, sempre serve para abrir novas frentes de luta.

Outro erro oportunista ainda comum está em confundir o Partido com as organizações inferiores, o que aconteceu, por exemplo, nas comissões de empresas, onde os comunistas por vezes dissolvem na prática a organização do Partido, ou reduzem o organismo de massa, por sectarismo, a simples célula do Partido.

Quanto às lutas, devemos reconhecer que seu número foi ainda reduzido, se levamos em conta a acelerada agravação da situação do país e a evidente radicalização das massas. As tendências de direita, ainda sérias no Partido, se caracterizam, antes de tudo, por lutas, em número reduzido, que não estão na altura das necessidades nem das condições objetivas existentes, particularmente no Rio e em São Paulo, os dois grandes centros industriais onde se concentra a maior reação policial. Mas houve ainda outras falhas e deficiências em nossa atividade. Não soubemos, em geral, ligar as lutas pelas reivindicações imediatas com as lutas por objetivos políticos e vice-versa. Além disto, concentrando, de início, nossa atividade na luta pelo aumento de salários, abandonamos, de fato, outros setores importantes de luta que poderiam ter permitido uma maior mobilização de massas e alguns golpes contra a reação e o imperialismo. Referimo-nos à luta contra a Light, contra a Lei de Segurança, contra o processo de Prestes, entre outros. No que diz respeito às greves, nossa maior debilidade se revelou no fato de não sermos capazes de elevá-las a um nível superior, de saber sugerir, pouco a pouco, novas reivindicações, cada vez mais altas, e que permitissem assegurar a organização permanente dos operários, depois de terminada a greve vitoriosa. Houve casos, em que por falta de organização, tiveram os operários dificuldades para exigir o cumprimento do acordo alcançado através da greve vitoriosa. Na verdade, não conseguimos progredir na organização sindical do proletariado, apesar dos 250.000 grevistas que lutaram em todo o país. A campanha em defesa do petróleo foi outro setor de luta de grande importância, através do qual nos foi possível reconquistar a rua e mostrar às massas a possibilidade de lutar contra o imperialismo. Mas ainda aqui, tendências de direita prejudicaram a ação do nosso Partido, como força independente, e que não foi capaz, por isso, de elevar a luta a um nível mais alto e decididamente contra o imperialismo. Houve, de fato, submissão aos aliados e à orientação reformista por eles dada à luta em defesa do petróleo. Para vencer essas debilidades, precisamos enraizar a campanha na classe operária, levá-la às empresas, e ligá-la às diversas frentes de luta contra o imperialismo.

As lutas no campo, como que serviram para mostrar na prática a todo o Partido constituírem efetivamente os camponeses o principal aliado do proletariado, mas ainda aqui, a incompreensão do papel do Partido tem concorrido para que, onde houve lutas, desapareça geralmente o Partido na organização de massas.

Aliás, essa subestimação do papel dirigente do Partido é ainda muito grande e generalizada, o que constitui, sem dúvida, enorme

Por isso, pois dificulta a organização do Partido, que, de fato, apesar das lutas de 1948, pouco progrediu. Aliás, não deixou também de concorrer para esse reduzido progresso orgânico a falta de uma política orgânica menos dispersiva, de acentuada concentração nas regiões e nos pontos decisivos, quer dizer nos maiores e mais importantes centros industriais do país e nas concentrações camponesas politicamente mais importantes. E, além disto, ainda subestimamos as forças do proletariado e do Partido e, inclusive, a nossa própria influência sobre as grandes massas trabalhadoras. Ainda aqui, o oportunismo se manifesta através da interpretação mecânica da força de nossos efetivos, que são sempre considerados exigüos para os que buscam justificativas para a própria passividade.

No terreno sindical, foi justa, a partir do Manifesto de Janeiro, nossa política, orientada fundamentalmente no sentido de organizar o proletariado na empresa, mas ainda pequenos relativamente os resultados obtidos. Não sabemos ainda nos ligar às massas, confundirmo-nos com elas, viver e atuar entre elas; não acabamos com o sectarismo em nossas fileiras; e, particularmente, falta à grande maioria de nossos militantes a capacidade de ir para a empresa, fazer o trabalho silencioso e duro de organização e educação das massas operárias para elevá-las ao nível da vanguarda. A essa incapacidade de se ligarem os comunistas às massas na empresa se deve, em boa parte, as tendências ao golpismo, no desespero pequeno-burguês, ao aventurismo, que surgiram, especialmente, no Distrito Federal. Por idêntico motivo pouco, muito pouco mesmo, avançamos na mobilização e organização das grandes massas trabalhadoras, especialmente as mulheres e os jovens.

No terreno da agitação e propaganda são grandes ainda nossas deficiências, mas apesar do esforço feito no sentido da descentralização, muito pequena é ainda a capacidade de iniciativa das bases do Partido. Conseguimos, no entanto, defender a imprensa popular que prossegue em sua luta corajosa contra os bandidos policiais e desmascara na prática, aos governantes demagogos que falam em democracia e empastelam jornais. Quanto ao nosso órgão central, que melhorou e cuja tiragem aumenta, merece cuidados ainda maiores a fim de que possa levar efetivamente a todo o Partido e às massas, em linguagem cada vez mais acessível, a linha política do Partido e transmitir ao país inteiro a experiência das lutas.

Além da publicação da revista teórica, que muito concorre, sem dúvida, para a elevação do nível ideológico do Partido, nada mais de prático fizemos. E' essa, no entanto, no momento que atravessamos, uma de nossas principais tarefas. São enormes ainda em nossas fileiras as ilusões de classe na Justiça burguesa e inclusive na própria Polícia, e as mais graves conseqüências para todo o Partido. Além disto, não temos sido capazes de formar quadros, o que se dá, não por falta de cursos e escolas somente, mas por falta de auto-crítica e de estímulo à iniciativa e à discussão em nossas fileiras.

Finalmente, como que para demonstrar o quanto ainda estamos longe de nos livrarmos de nossos erros, especialmente do espontaneísmo, da tendência nefasta, que tantos males já causou ao nosso Partido, de ficarmos a reboque dos acontecimentos, aí está patente o atraso com que nos lançamos à luta pela paz. Subestimamos o perigo de guerra,

consequência da subestimação da exacerbação das contradições na escala internacional e em nosso país. Fazíamos da luta pela paz como que um a frente a mais entre as tarefas de nosso Partido, quando a luta pela paz, na situação a que já chegamos no mundo inteiro, é a questão decisiva, a que condiciona todas as demais. Desde a reunião de Varsóvia, Setembro de 1947, que Zhdanov, em seu informe histórico, colocava com precisão o problema da paz e da guerra, da divisão do mundo em dois campos, e mostrava, como os Estados Unidos à frente do campo reacionário e imperialista tendia a estabelecer sua hegemonia sobre o mundo, mas que as forças da paz são tão poderosas que se dessem prova de tenacidade e de firmeza estavam e condições de anular os planos agressores do imperialismo. A subestimação do perigo de guerra e da luta pela paz foi, por isso, mais uma grave debilidade em nossa atividade prática que precisamos vencer com rapidez e energia, a fim de que todo o nosso Partido se lance sem vacilações, com tenacidade e firmeza, à realização da tarefa urgente e decisiva de organizar a todo o nosso povo para a luta pela paz e contra a guerra imperialista.

NOSSAS TAREFAS FUNDAMENTAIS

DECORREM da análise que fizemos da situação do país e no mundo inteiro, da radicalização e do grau de combatividade crescentes das massas que assinalamos, das debilidades do Partido frente a essa situação, as seguintes tarefas fundamentais que o Partido deverá realizar para que possa enfrentar com êxito os grandes combates que se aproximam e que serão cada dia mais intensos:

- 1) Construir o Partido nas grandes empresas e nas mais importantes concentrações camponesas, e fortalecê-lo organicamente, especialmente no Rio e em São Paulo. Limpar todos os organismos dirigentes de oportunismo. Reforçar a disciplina interna.
- 2) Elevar o nível ideológico do Partido e formar quadros proletários de direção. Com tais objetivos, devemos estimular o espírito de iniciativa das direções estaduais e locais que, de forma alguma, devem ficar à espera de ordens ou instruções da direção nacional. Isto exige, simultaneamente, um controle mais rigoroso e ligações mais estreitas.
- 3) Organizar e unir o proletariado através das lutas, pelas reivindicações mais sentidas e imediatas do trabalhador na fábrica. E' na empresa que devemos concentrar cada vez mais nosso esforço de organização e unificação da classe operária.
- 4) Conquistar a massa camponesa através da luta pelas reivindicações imediatas e utilizando para isso quadros especializados e combativos, capazes de iniciativa, que devem ser enviados às concentrações camponesas politicamente mais importantes, especialmente do Estado de São Paulo.
- 5) Conquistar a juventude operária, dedicando particular atenção às suas reivindicações específicas, insistindo para que todo o Partido compreenda nosso atraso nessa frente e o perigo que isso representa diante da crescente ameaça de guerra imperialista.

- 6) Ganhar a mulher trabalhadora, dando maior atenção às suas reivindicações na fábrica, como também buscando as formas de organização para a luta contra a carestia da vida e contra a guerra imperialista.
- 7) Organizar a luta pela paz. Tarefa decisiva e atual, éo fundamental a que devemos subordinar todas as outras frentes de luta. Precisamos vencer rapidamente toda a subestimação do perigo de guerra que é iminente e convencer ao Partido e às massas de que a guerra não é inevitável, que um poderoso movimento de massas pode fazer recuar os fomentadores de guerra.
- 8) Defender a União Soviética e propagar o socialismo é a melhor maneira de ensinar às massas trabalhadoras qual a saída revolucionária da crise. Neste sentido são necessários os maiores esforços para tornar conhecida a verdadeira situação dos povos soviéticos e a grandiosa construção do socialismo. É indispensável popularizar a palavra de ordem de fraternização com os povos da URSS, acentuando que, no caso de guerra contra os povos soviéticos, os trabalhadores brasileiros não permitirão o abastecimento dos exércitos imperialistas com os nossos produtos e que tudo farão em defesa da URSS.
- 9) Organizar, desencadear e dirigir lutas é nos dias de hoje tarefa vital para o nosso Partido, porque só através das lutas organizaremos as massas e construiremos o próprio Partido. Precisamos saber dar valor a todas as reivindicações dos trabalhadores, por menores que sejam e não perder nenhuma possibilidade de luta. Devemos participar ativamente nas lutas espontaneas e nas que forem desencadeadas pelos inimigos. Em nenhum conflito de que participam operários, camponeses, estudantes, trabalhadores, pode o nosso Partido ficar passivo. Devemos ainda repetir que todas as formas de luta são boas, úteis e necessárias.
- 10) Divulgar o programa da Revolução agrária e anti-imperialista que devemos elaborar com o maior cuidado e na base de um conhecimento mais profundo da realidade brasileira. Será esta a maneira prática e mais acessível de ensinar às massas a saída revolucionária da crise.

PERSPECTIVAS POLITICAS

DEVEMOS acentuar, ainda mais uma vez, que o problema decisivo que hoje enfrentamos todos os povos é o problema da guerra e da paz. Aprofundam-se, como vimos, dia a dia, as contradições no mundo capitalista, acentuam-se a crise geral do capitalismo e a crise no mundo colonial, tem início nos Estados Unidos mais uma crise cíclica de sua economia, acentua-se as contradições entre o mundo socialista e o mundo capitalista, o que repercute a luta entre os dois campos em que se divide hoje a humanidade. A causa profunda do perigo de guerra está na existência do capitalismo que, na sua fase final e de decomposição, já lançou o mundo por duas vezes, num quarto de século, nos horrores da guerra mundial e, hoje, prepara febrilmente uma terceira hecatombe

As maiores proporções ainda contra a União Soviética e os povos do mundo inteiro. Mas, como afirmou Thorez no Parlamento francês, «se o capitalismo é a guerra, o socialismo é a paz». É a URSS o grande baluarte da paz, que com o concurso das demais nações do campo democrático e anti-imperialista e com o apoio da imensa vontade de paz dos povos do mundo inteiro luta com decisão e firmeza contra o desenvolvimento de uma terceira guerra mundial. Apesar de todos os preparativos guerreiros do imperialismo, das bases militares no mundo inteiro, dos planos agressivos e dos pactos de guerra, que, como o denominado Pacto do Atlântico, criam as condições para a hegemonia nazi e tornam iminente a ameaça à paz, a guerra não é inevitável. Certamente a paz e a guerra não dependem só de nós, da luta tenaz e firme dos defensores da paz no mundo inteiro, mas também dos outros, do imperialismo: paz ou guerra — será o resultado da grande batalha que hoje se trava no mundo inteiro. Nessa batalha ocupamos nós, brasileiros, uma posição importante, que justamente por estar na retaguarda do imperialismo nos permite desferrar golpes que podem ser decisivos contra os planos estratégicos dos provocadores de guerra. Cabe a nós comunistas unir em ampla frente nacional a imensa vontade de paz de nosso povo, de todos os patriotas e democratas, homens e mulheres, jovens e velhos de todas as classes sociais para que lutem pela paz, contra os horrores de nova guerra, contra a humilhação que seria permitir que o imperialismo faça de nosso solo base de operações para a guerra contra a União Soviética, e em defesa do sangue e da vida de nossa juventude.

Mas, além disto, estejamos preparados também para enfrentar a própria guerra, que, a despeito da tenacidade e da firmeza com que lutamos pela paz, pode, na situação a que já chegamos, ser desencadeada pelo imperialismo de um momento para outro. Frente à emergência de guerra, precisamos redobrar nossa luta contra o imperialismo e seus agentes em nossa pátria, não permitir que os produtos de nosso solo e do trabalho de nosso povo possam ser enviados para a guerra, não consentir que façam de nosso solo base de operações militares contra a União Soviética, e, muito menos, de nosso povo carne de canhão, e não devemos poupar esforços para transformar a guerra imperialista em luta armada pela libertação de nosso povo.

De qualquer maneira, é evidente que grandes lutas se aproximam para o nosso povo. A medida que se agrava a situação no país, que com os preparativos de guerra no mundo inteiro aumentam a reação em nossa terra, aumentam, de outro lado, a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras. Precisamos estar em condições de dirimir as e preparados para as viragens bruscas dos acontecimentos, precisamos aprender a dominar todas as formas de luta que a tensão da situação internacional exige. Desde que estejamos à frente das massas, não devemos recear as formas mais altas, inclusive os choques violentos com as forças da reação, os combates parciais a que seremos por vezes obrigados, especialmente no interior do país, na luta de massas contra o feudalismo e a brutalidade policial. Poderão também surgir as situações em que o poder local ou regional fique acéfalo. Em tais casos, não devemos jamais vacilar em tomar o poder para realizá-lo, dentro da respectiva circunscrição o nosso programa agrário e anti-

imperialista, que ficará conhecido das grandes massas, mesmo que seja transitória nossa passagem pelo poder. Além disto, à medida que se agravam as contradições internas, poderão surgir lutas violentas entre as diversas facções das classes dominantes nas quais devemos intervir como força independente, se bem que podendo, às vezes conformar as circunstâncias, apoiar um ou outro bando, mas sempre tendo em vista transformar tais embates em lutas de massas pela independência nacional, contra o imperialismo, pela liberdade e a democracia, contra a ditadura de Dutra e seus interventores, pela terra aos camponeses, por maior salários e melhores condições de trabalho para o proletariado, por um governo democrático, popular e progressista.

Maio de 1949



«E' do coração do Continente que vos escreve estas palavras e vos dirige este apelo que é um grito contra a guerra imperialista e um chamado à luta decidida, audaz e vigorosa em defesa da Paz.»

PRFSTES



«De qualquer maneira, é evidente que grandes lutas se aproximam para o nosso povo. A medida que se agrava a situação no país, que com os preparativos de guerra no mundo inteiro aumenta a reação em nossa terra, aumentam, de outro lado a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras.»

PRFSTES



«O fundamental agora é unir a todos que queiram lutar pela Paz, é despertar, mobilizar a todos os homens dignos, velhos e jovens, operários e intelectuais, estudantes, camponeses, políticos, democratas, que não queiram se prestar ao miserável papel de escravos do imperialismo.»

PRFSTES

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS da política de paz da União Soviética

X X X

DUAS reuniões internacionais submeteram à prova desde logo o «sistema de paz» que STALIN havia exposto em suas entrevistas de 1946: a primeira, a Assembléia Geral da ONU, em fins do mesmo ano; depois, de março a abril de 1947, a sessão do Conselho dos Ministros do Exterior em Moscou. Chegou-se na URSS a esta constatação satisfatória: as decisões de Nova York relativas à redução geral dos armamentos e à interdição da bomba atômica provocaram um geral entusiasmo; o balanço da «Conferência dos Quatro» foi considerado muito mais positivo do que, por exemplo, se afirmou na maioria dos jornais parisienses. Considerou-se igualmente como importante confirmação a série de manifestações em favor da paz que se desenvolveram em quase todo o mundo, especialmente nos Estados Unidos: pareciam demonstrar a exatidão dos cálculos baseados na vontade do homem comum. Os princípios da política exterior da União Soviética saíam reforçados da experiência.

O ANO DE 1947 E A POLÍTICA DE PAZ

NO ENTANTO, longe de diminuírem, os fenômenos denunciados em 1946 como ameaças contra a paz multiplicavam-se em 1947. Apareceram, em política exterior, a mensagem do Presidente TRUMAN de março, e o projeto de «ajuda à Europa» do general MARSHALL; em política interna, o afastamento dos gabinetes de Roma e de Paris dos ministros comunistas que representavam uma importante proporção, até a maioria relativa do corpo eleitoral, no momento em que importantes negociações estavam em curso com Washington; em política militar, a instalação de Estado Maiores americanos e a introdução de armas americanas nos países próximos da U.R.S.S.; enfim, resumindo, os apêlos belicosos da imprensa, da rádio, de diversas personalidades dos Estados Unidos. Esses fenômenos, acumulando-se para o meio do verão, criaram a convicção de que se estava em presença de uma verdadeira ofensiva das «fôrças de guerra», comparável àquela desenvolvida pelo fascismo há mais de dez anos.

A calma com que se registrou esta constatação merece ser destacada. Em face do que considerava como um assalto em grande escala, a opinião soviética manifestou ainda mais tranquilidade do que no ano anterior em face dos preparativos para esse assalto. Quanto aos dirigentes da URSS, eles começaram por analisar friamente as demarches da «ofensiva contra a paz», e determinar suas causas. Depois, havendo concluído que ela não importava em nenhuma negação do sistema, começaram a elaborar a fórmula de aplicação exigida pelas novas condições. Chegaram assim ao estabelecimento de um plano estratégico de excepcional amplitude, que constitui a contribuição essencial do ano

de 1947 para a elaboração da «política de paz» — *um plano de ofensiva das forças mundiais da paz.*

Os textos básicos desta nova fórmula que se encontram desenvolvidos — e marcam, ao mesmo tempo, a partida da ofensiva de paz de 1947, são três:

- o discurso de André VYCHINSKY na Assembléia Geral da ONU, a 18 de setembro de 1947;
- o informe sobre a situação internacional, de Andrei ZDHANOV, à Conferência de Informação dos Nove Partidos Comunistas, na Polónia, em fins de setembro de 1947;
- o informe de Viacheslav MOLOTOV na sessão solene do Soviet de Moscovo, na passagem do 30.º aniversário da Revolução Socialista, a 6 de novembro de 1947.

Nem os motivos por qu'êstes homens falaram, nem os auditórios a que se dirigiram (para não falar da personalidade dos oradores), deixam lugar a dúvidas. O primeiro intervinha como Vice-Ministro do Exterior, chefe da delegação soviética a uma conferência internacional. O segundo, na qualidade de representante do Partido Comunista da URSS, quando de uma reunião de dirigentes comunistas de diferentes países europeus. O terceiro, na qualidade de segunda personalidade da URSS, diante de um público de moscovitas comemorando a Revolução Socialista. E, para o estudo de cada texto tomado à parte, é preciso levar em conta essas diferenças.

Mas todas três se integram admiravelmente para fornecer uma exposição completa, que trata:

- da agravação das ameaças contra a paz constatada no curso do ano de 1947;
- da explicação que foi dada dêsse fenomeno na base de uma análise das modificações surgidas na situação internacional depois da guerra;
- da estratégia que foi concluída desta análise tanto para a URSS como para todas as «forças da paz» do mundo.

I — A AGRAVAÇÃO DAS AMEAÇAS CONTRA A PAZ

O DISCURSO de VYCHINSKY e o informe de ZDHANOV, bem como uma série de passagens do informe de MOLOTOV mostram que, de acôrdo com a apreciação dos dirigentes da URSS, as ameaças assinadas durante o ano de 1946 continuaram a se desenvolver em 1947, chegando:

- a uma sabotagem da cooperação internacional;

- a uma preparação intensificada para a guerra;
- ao estabelecimento de um «plano americano de escravização», visando particularmente a Europa.

Eles mostram, ao mesmo tempo, que a agravação das ameaças reforçou a vontade de luta do Governo soviético.

A SABOTAGEM DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

DESDE a abertura da sessão de 1947 da Assembléia Geral da ONU, André VYCHINSKY denuncia a não-execução das decisões tomadas no ano anterior, por iniciativa da delegação soviética, com o objetivo de afastar o perigo de guerra, a saber: a redução geral dos armamentos; a interdição da arma atômica; a retirada das tropas estrangeiras aquarteladas em territórios não-inimigos, etc. Ele denuncia igualmente a falha da Organização em sua tarefa pacífica, em face das hostilidades desfechadas pela Holanda na Indonésia.

Em todos estes casos, expõe o orador, a responsabilidade essencial, seja da não-execução de decisões tomadas, seja do não-cumprimento pela ONU de sua missão, recai sobre as atitudes do governo americano e da delegação americana, cabendo uma responsabilidade secundária ao governo e à delegação britânica.

Na opinião do chefe da delegação soviética, esta série de golpes contra a Carta «não é o efeito de um acaso». O enfraquecimento da ONU «responde indubitavelmente aos planos» da política do Departamento de Estado e da do Foreign Office, que a secunda. Esse, aliás, já começaram a dar seus frutos: desde já a autoridade do organismo encarregado de manter a paz está em perigo.

Em outras palavras, a ameaça denunciada é dupla: ela não consiste sómente na sabotagem de medidas concretas destinadas a assegurar a paz; ela consiste ainda na sabotagem do instrumento principal da cooperação internacional, condição fundamental da manutenção da paz no mundo.

O «bloco anglo-saxónico», cuja formação foi denunciada em 1946 como uma ameaça potencial para a cooperação internacional, aparece em 1947 como o instrumento de uma sabotagem sistemática e premeditada desta cooperação.

INTENSIFICAÇÃO DA PREPARAÇÃO DE GUERRA

E' INCONTESTAVELMENTE a sua denuncia do belicismo que o discurso de VYCHINSKY deve sua grande popularidade. A maior parte dos jornalistas que a têm se referiram, salientaram suas particularidades superficiais, seu caráter de «libelo». E, ao contrário, por sua estrutura interna, pelo rigor da análise, a massa de argumentos em que se baseia, e o que traz como contribuição nova a uma matéria que não havia jamais sido tratada com profundidade, que este amplo trabalho merece atenção.

O chefe da delegação soviética na ONU insiste particularmente em focalizar dois aspectos da questão: *a amplitude tomada pelo belicismo americano; e a ligação deste fenômeno com certas condições econômicas.*

Em relação à amplitude tomada pelo belicismo americano, o interesse da exposição de VYCHINSKY não reside apenas no número de exemplos que ele cita e na variedade das fontes onde ele os vai buscar. Seu mérito reside sobretudo na descrição, de algum modo clínica, que ele apresenta da agravação qualitativa do fenômeno, da passagem de simples campanha de propaganda destinada a habituar os espíritos, à preparação material da guerra; instalação de bases, envio de forças armadas, produção acelerada de armamentos, etc.

«A preparação de uma nova guerra prossegue literalmente sob os olhos do mundo inteiro», declara o Vice-Ministro do Exterior da URSS.

Pode ser que os belicistas alimentem esperança de limitar o conflito que eles querem provocar. Lamentavelmente a experiência demonstra que na hora atual toda nova guerra se transforma em guerra mundial, e que uma guerra mundial é «para a Humanidade uma calamidade que a faria retroceder numerosas décadas».

No que diz respeito à ligação do belicismo americano com certas condições econômicas, a exposição de VYCHINSKY desperta o interesse, porque coloca o fenômeno no quadro das leis do materialismo histórico. Os que provocam a guerra são grupos capitalistas fabulosamente enriquecidos com o último conflito mundial e que, atualmente, possuem uma espécie de monopólio no domínio da energia atômica. Por mais variados que pareçam à primeira vista, os meios de onde promana a propaganda belicista americana, sejam eles políticos, jornalísticos ou mesmo científicos, são os trusts ligados à bomba atômica que os controlam, em última análise, e frequentemente de maneira muito forte e evidente.

«Os iniciadores principais da propaganda em favor de uma nova guerra... não procuram senão a satisfação de seus interesses egoísticos.»

Ou, como diz MOLOTOV no seu informe de 6 de novembro:

«Não faltam os amantes dos lucros de guerra.»

A campanha de incitação anti-soviética de 1946, transformando-se no ano de 1947, em preparação aberta para guerra, revelou sua origem profunda: *a procura do lucro capitalista, nas condições do imperialismo.*

SURGIMENTO DE UM «PLANO AMERICANO DE ESCRAVIDÃO DA EUROPA»

A ANALISE da terceira ameaça contra a paz — o surgimento de um «plano americano de escravização da Europa» — constitui um dos desenvolvimentos básicos do informe sobre a situação internacional apresentado por Andréi Zhdanov à Conferência dos Nove Partidos Comunistas, que se realizou na Polónia em fins de setembro de 1947.

Este documento vai servir de agora em diante de guia principal a estas observações. A despeito de suas dimensões aparentes, ele se caracteriza por uma grande densidade de pensamento. Limitar-se-á aqui a assinalar as articulações principais. Mas este resumo não pode absolutamente substituir a leitura aprofundada do original para quem quer fazer uma idéia da concepção marxista-leninista do mundo em 1947.

Referindo-se ao «plano de escravização da Europa», o secretário do Partido Comunista Bolchevique começa por acentuar o esquema geral do «expansionismo americano» que, neste último ano retém a atenção da opinião soviética e da opinião marxista mundial. Quatro traços lhe são essenciais:

- a) na FRENTE INTERNA americana, o expansionismo se traduz por uma ofensiva anti-operária e uma campanha de «embrutecimento» da opinião pública, uma e outra destinadas a quebrar toda oposição interna;
- b) na ordem ESTRATEGICA, o expansionismo se liga a toda uma política armamentista, de bases longínquas dirigidas contra a URSS, de alianças de Estados Maiores e de intromissão dos militares na política;
- c) o expansionismo possui um sentido ECONÓMICO; ele pretende evitar a crise com a conquista de novas esferas de influência, o controle do mercado conquistado dando lugar à dominação, política com fins agressivos;
- d) todo um programa de LUTA IDEOLÓGICA foi elaborado, com o objetivo de facilitar os caminhos ao expansionismo americano; ele se baseia fundamentalmente em duas concepções nas quais «a ignorância» concorre com a «trapaça», criando a noção de «totalitarismo soviético»; e o apelo à restrição das soberanias nacionais». É interessante notar-se que líderes socialistas franceses, alemães e britânicos desempenham um papel de primeiro plano na execução deste programa ideológico.

É no quadro geral do «expansionismo», assim definido, que vem se colocar o «plano de escravização da Europa». ZHDANOV distingue duas fórmulas completamentares: «a Doutrina Truman» e o «Plano Marshall».

Sobre a «Doutrina Truman», o orador fala rapidamente. Na sua criação, ela consiste fundamentalmente num triplice objetivo: a criação de bases no Mediterrâneo Oriental; a manutenção dos regimes reacionários da Grécia e da Turquia; a agressão, dentro e fóra de suas fronteiras, contra os países da «nova democracia». E' uma concepção pela qual mesmo «os meios capitalistas americanos habituados a todos os excessos» foram obrigados a atenuar a brutalidade sumária.

Em compensação a análise é minuciosa relativamente ao «Plano Marshall», que ZHDANOV considera uma «tentativa» incomparavelmente mais bem «disfarçada».

Em primeiro lugar, êle lhe fixa o objetivo. Êle é duplo. Trata-se de criar «um bloco de Estados ligados aos Estados Unidos». Trata-se de colocar êste bloco de Estados «sob a dependência da potencia económica da Alemanha que se reconstrói».

ZHDANOV mostra em seguida como os iniciadores do plano se encarregaram de assegurar o máximo de apoio exterior. A Grã Bretanha foi atraída por duas formas: a necessidade em que se encontra de contrair empréstimos; e a esperança que tinha a burguesia inglesa de recuperar as posições perdidas no Leste europeu, «desempenhando o papel de capataz da America». «Decidiu-se incluir» a França para dar à operação uma aparência de «objetividade»; mas, na realidade, a França «havia já sacrificado pela metade sua soberania nacional quando seu Governo afastou os ministros comunistas para obter o empréstimo americano de meio. Tentou-se fazer com que a URSS participasse, com a idéia de colocá-la num dilema: caso se recusasse, pareceria isolar-se da reconstrução europeia; caso aceitasse, lançaria os países democráticos, seus aliados, na cilada da «reconstrução económica da Europa com a ajuda americana».

Mas, prossegue ZHDANOV, êsses planos fracassaram principalmente graças à ação das democracias. A delegação soviética à Conferência dos Três aproveitou a ocasião oferecida para «desmacarar... a falta de fundamento da empresa» e revelar o verdadeiro sentido do «plano Marshall». Oito Estados recusaram-se a participar da Conferência europeia, transformando-a em «ruidoso fracasso». Por cima, certo número de membros não escondeu suas hesitações. Finalmente, revelou-se que o governo de Washington «não tinha pressa de realizar as promessas de MARSHALL».

Certamente, conseguiram a formação de um «novo bloco ocidental» diferente daquele que CHURCHILL havia concebido. Mas ZHDANOV descobre no mesmo sérias «contradições internas». Por exemplo: a restauração de uma Alemanha economicamente forte não pode «seduzir» nem a França, nem a Grã Bretanha; e é isto que torna a questão do Ruhr «a mais importante da política internacional». Explica-se assim a «insolência» e o «cinismo» com que «o imperialismo americano trata a Inglaterra e a França», dando a êstes países a impressão de terem sido rebaixados à condição de «quadragésimo nono Estado» americano. «A variante americana do bloco ocidental não pode deixar de encorajar sérias posições».

E ZHDANOV concluiu mostrando no «Plano MARSHALL» uma arma dirigida «contra a industrialização dos países democráticos da

Europa, e, por consequência, contra os fundamentos de sua independência». O «expansionismo» difuso, denunciado em 1946, aparece em 1947 como uma ameaça imediata de ocupação do Velho Continente, parcialmente já executado, a despeito dos obstáculos que lhes foram vitoriosamente opostos.

A U.R.S.S. DISPOSTA A LUTAR

OS DIRIGENTES soviéticos concluem em suma que existe uma ofensiva geral dirigida pelos Estados Unidos, simultaneamente contra a paz e contra a independência dos povos.

Em nenhum momento eles tiram desta constatação a conclusão de que as teses de 1946 sôbre a inutilidade das provocações de guerra se encontram refutadas. O decreto de abolição da pena de morte (24 de maio de 1947) repete, seguindo STALIN:

«Pode-se considerar a paz assegurada por um longo período, a despeito das tentativas dos meios agressivos para provocar a guerra».

E ZDHANOV, retomando uma das idéias contidas na entrevista ao correspondente do *Sunday Times* salienta que:

«o ruído feito pelos agentes imperialistas em torno dos perigos de guerra tem o objetivo de intimidar as pessoas sem firmeza ou de nervos fracos».

Mas a necessidade de lutar imediatamente contra esta agravação de perigos é considerada indiscutível.

Diante da sabotagem da cooperação internacional, VYCHINSKY proclama que a URSS está decidida a «consolidar esta organização, e ampliar e fortalecer a cooperação internacional».

Diante da intensificação da preparação de guerra, ele lança esta advertência plena de significação:

«Queremos estar seguros de que a dura lição infligida aos Estados agressores durante a segunda guerra mundial não foi inútil».

E diante do «Plano de Escravização da Europa», ZDHANOV falando em nome de seus país, é categorico:

«Quanto à URSS, ela lançará todas as suas forças para impedir a realização deste plano».

A constatação da transformação de «ameaças contra a paz» de 1946 em ofensiva contra a paz e contra a independência dos povos não fez senão reforçar a disposição de luta do campo democrático.

II. AS MODIFICAÇÕES NA SITUAÇÃO INTERNACIONAL APOS A VITÓRIA

PARA DETERMINAR os meios mais eficazes de quebrar esta ofensiva, é preciso encontrar suas origens profundas, isto é, analisar as modificações sobrevindas desde a vitória na situação internacional.

É o informe de ZDHANOV que vai ser seguido, ponto por ponto, para nesta parte, com importantes esclarecimentos complementares tomados ao informe de MOLOTOV.

- A argumentação pode ser desenvolvida em três bases principais:
 - as conseqüências da guerra sobre a situação internacional;
 - a formação de um «campo imperialista» e de um «campo democrático»;
 - a respectiva força dos dois «campos».

AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

A GUERRA, segundo ZDHANOV, teve como primeira conseqüência a derrocada, segundo a sorte da Alemanha e do Japão, das forças principais da reação internacional, aquelas com as quais se contava então, notadamente na Grã Bretanha e na França, em primeiro lugar para isolar a URSS, em seguida para esmagar o movimento operário no mundo.

A segunda conseqüência da guerra foi o reforçamento da democracia e do socialismo. Este reforçamento se concretizou essencialmente por dois fenomenos: 1) pelo surgimento de um novo tipo de Estado — a «República Popular» — no Centro e Leste da Europa, isto é, «países que se encaminharam para o socialismo» «por estradas independentes, que lhes são próprias» (MOLOTOV), depois de se desligarem do capitalismo imperialista; 2) pelo aumento da «importância e da autoridade internacionais» da URSS, que saiu da guerra mais forte do que entrou. Tornamos a encontrar aqui as teses dos discursos da campanha eleitoral de fevereiro de 1946, enriquecidas de novos elementos trazidos pelo estudo — que, em 1947, foi particularmente fecundo — das «novas democrácias».

A derrocada das forças principais da reação internacional junto ao reforçamento da democracia e do socialismo, traduzem o enfraquecimento do sistema capitalista. Esta é a terceira conseqüência que ZDHANOV salienta. Ele assinala três manifestações principais. Antes de tudo, não existem praticamente mais do que «duas grandes potências imperialistas» — os Estados Unidos e a Inglaterra. Por outro lado, a situação desta encontra-se em considerável regressão. Enfim, a «crise colonial» conduz cada vez mais a lutas armadas que «ameaçam as reaguardas» do mundo capitalista; o orador cita como particularmente demonstrativos os exemplos da Indonésia e do Viet-Nam.

Mas a guerra não apenas enfraqueceu o capitalismo em seu conjunto. Ela agravou profundamente a desigualdade do desenvolvimento que caracteriza este tipo de estrutura. A quarta conseqüência, em e-

guida, é que, entre todos os Estados Imperialistas, apenas os Estados Unidos saíram reforçados da conflagração mundial; primeiro, economicamente, em consequência do impulso que a guerra deu à sua produção industrial; em seguida, militarmente, de vez que este país, sem sofrer operações de guerra não tomou parte efetivamente senão em sua «última etapa». Uma série de problemas novos se levantaram, portanto, para o capitalismo monopolista americano, dos quais o principal era manter seus lucros, isto é, conservar os mercados conquistados durante a guerra, e ainda conquistar novos para compensar a diminuição do poder aquisitivo desses mercados. Assim nasceu o «expansionismo» que não é outra coisa senão a procura de um monopólio do mercado mundial, envolvendo necessariamente a aplicação de uma série de medidas de pressão, tanto políticas como militares, e um sistema de «subordinação» pelos Estados Unidos de «seus próprios parceiros capitalistas», em primeiro lugar da Grã Bretanha. No entanto o cálculo é falso — aqui, o informe de MOLOTOV abre de passagem uma das perspectivas em profundidade que o caracterizam: o «expansionismo» não evitará aos Estados Unidos, nem a crise econômica nem

«sua divisão em dois grandes grupos principais: o grupo imperialista, que provoca hoje no palco um grande estardalhaço, e o grupo democrático, ao qual pertence o futuro».

Enfim, a última consequência da guerra é que, seguindo este «caminho expansionista», os Estados Unidos se chocam com as forças populares mundiais. Inicialmente, com a URSS e os países de nova democracia. Mas igualmente, no interior de cada país ameaçado pelo «expansionismo americano, com a classe operária e com as camadas democráticas da população ligadas à independência nacional. Daí a ofensiva generalizada e multiforme que conduzem hoje, seja sustentando os elementos reacionários através da intervenção na política interna, seja pela ação diplomática, dirigindo planos de guerra preventiva ou utilizando a «intimidação e a chantagem». ZHDANOV cita notadamente o caso da China e da Índia, e salienta de passagem que a este respeito ambos países são vítimas dos mesmos processos usados contra a URSS.

DOIS CAMPOS SE FORMARAM

ASSIM, prossegue ZHDANOV, desenvolvendo sua análise sem se prender aos detalhes, dois campos se formaram no mundo:

«O campo imperialista e anti-democrático de um lado, e de outro lado, o campo anti-imperialista e democrático».

A composição de cada campo é objeto de distinções cuidadosamente delineadas

Os Estados Unidos constituem a «força dirigente» do «campo imperialista». A Inglaterra e a França são os seus «satélites». Ele tem por

«sustentáculos»: a) os países que possuem colônias — Bélgica e Holanda; b) os «países reacionários» — Grécia e Turquia; c) os «países dependentes política e economicamente» — Oriente Próximo, América do Sul, China.

A URSS e os países da nova democracia constituem a «base» do «campo democrático». Nêle «participam» os «países que iniciaram seus passos no caminho do desenvolvimento democrático» — Rumânia, Hungria, Filândia, A Indonésia, o Viet-Nam e a Índia «aderiram» ao mesmo. O Egito e a Síria são «simpatizantes». O conjunto das «fôrças progressistas e democráticas que existem em cada país» representa seu «apóio».

Seus objetivos se chocam ponto por ponto.

O «campo imperialista» se propõe quatro objetivos fundamentais: «reforçar o imperialismo»; «preparar uma nova guerra imperialista»; «lutar contra o socialismo e a democracia»; «sustentar em tôda parte os regimes e movimentos pró-facistas, reacionários e anti-democráticos».

O «campo democrático» luta: contra «a expansão imperialista»; contra «as ameaças de novas guerras»; pelo «fortalecimento da democracia»; pela «extirpação dos restos do facismo».

Assinalemos de passagem que, em fins de setembro de 1947, a França é classificada no «campo imperialista». Pode-se precisar facilmente o momento desta classificação: os primeiros sintomas aparecem com a intervenção americana que determinou o afastamento dos ministros comunistas; ela se torna definitiva depois da Conferência dos Três em Paris.

Deve-se igualmente salientar a natureza muito particular da divisão em dois campos que ZHDANOV define. É coisa diversa da ruptura do mundo capitalista definida por STALIN em seu discurso de fevereiro de 1946 como a origem das guerras mundiais: aqui, as fôrças do capitalismo estão todas de um só lado. E não é absolutamente a divisão do planeta entre duas fôrças hostis, porém da mesma natureza («blocos», «grupos», etc.) descrita pelos comentadores idealistas: aqui, os agrupamentos são incomparáveis tanto do ponto de vista da economia como dos regimes políticos e das convicções ideológicas. É a cisão do universo, em consequência da evolução histórica, entre uma estrutura que representa a herança de um passado em vias de se extinguir, e uma nova estrutura «que traz o futuro consigo». É a situação que STALIN havia previsto em 1924, numa época em que as discussões giravam em torno do problema da «revolução mundial» e em que a «República dos Soviets» era o único caminho aberto para o acesso ao socialismo quando êle escrevia em «A Tática dos Comunistas Russos»:

«O mais provável é que no curso do desenvolvimento da revolução mundial se formem, ao lado dos núcleos imperialistas em diversos países capitalistas, e do sistema desses países no mundo inteiro, núcleos do socialismo em alguns países soviéticos, e um sistema desses núcleos no mundo inteiro».

E, diferente dos modos de divisão indicados — ruptura do mundo capitalista ou divisão do planeta entre forças hostis da mesma natureza — é uma situação que, do ponto de vista marxista-leninista, não sómente não gera necessariamente a guerra, mas, ao contrário, permite combater o perigo de guerra com particulares possibilidades de sucesso, pois, que, desta vez, não é mais apenas um país, mas todo um «campo», em escala mundial, que se acha subtraído às leis do imperialismo, e em luta contra o imperialismo.

A OBRA DO CAMPO DEMOCRÁTICO

O QUADRO da divisão do mundo em dois campos assim delineado. ZHDANOV liga imediatamente com o capítulo seguinte de sua análise: que papel o «campo democrático» desempenhou nos negócios internacionais desde a vitória?

A vitória sobre o fascismo, expõe o orador, colocou os povos diante de uma tarefa: assegurar uma paz durável, isto é, uma paz ao mesmo tempo «democrática» e «justa». Foi este objetivo que serviu de base de união do «campo democrático».

A «política de paz» da URSS se inclui no quadro desta tarefa comum dos povos, na qual ela desempenha «o papel dirigente». E', com efeito, uma política indissolivelmente ligada ao caráter socialista de um Estado absolvido numa tarefa de edificação em que a paz constitui uma das condições essenciais, a única política concebível para «um novo sistema social superior». Reencontramos aqui noções familiares. Mas, do fato da «política de paz» ter sido recolocada no conjunto da corrente mundial da luta popular contra a guerra, um acento de universalidade ainda mais forte põe em relêvo a significação desta diplomacia para todos os homens. E' uma política, proclama ZHDANOV, que «reflete as esperanças de toda humanidade progressista».

Desta política, o informe da Conferência da Polónia contém uma série de definições que é instrutivo ligar, embora o orador tenha se limitado a lançar as fórmulas de passagem à medida que elas se tornavam necessárias para o desenvolvimento de sua argumentação:

- 1.º — A política soviética de paz é uma política de combate pela liberdade e a *independência de todos os povos*; contra «a opressão nacional e racial», contra «a exploração colonial *sob todas as suas formas*».
- 2.º — A política de paz é estranha a qualquer designio de agressão contra o capitalismo como tal, bem como a objetivos de revoluções provocadas de fora. Ela se fundamenta na hipótese da «coexistência por um longo período de dois sistemas», e na possibilidade para o Estado socialista e de cooperar com os países do capitalismo. A URSS, afirma ZHDANOV, já demonstrou neste terreno suficientes provas de sua lealdade e de sua boa vontade.

- 3.º — Além disso, a política de paz implica em ajuda e amizade particulares em relação aos países que celebraram com a URSS laços de aliança «verdadeira»; e a União dispensará todos os seus cuidados para aumentar ainda mais estas demonstrações no futuro.
- 4.º — A política de paz exige que as relações entre nações sejam fundamentais no respeito à igualdade e à soberania.

A URSS considera esta norma como imperativa para todas as relações (políticas e económicas), entre todos os Estados.

No plano teórico, cada uma destas afirmativas é um corolário lógico de todas as definições anteriores da política de paz. Mas, no plano histórico, seria impossível subestimar a excepcional importância dos compromissos explícitos que ZHDANOV toma aqui em nome de seu país: compromisso de tomar o partido de todos os povos cuja independência esteja em perigo; compromisso de não intervir no sistema económico e social dos outros Estados; compromisso de assistência particular em relação aos aliados «verdadeiros»; compromisso de respeitar e de fazer em toda parte respeitar os princípios de igualdade e soberania. Uma afirmativa tão clara, num tal momento, assume a importância de um acto político: é o aviso, não apenas de que a União Soviética mantém suas posições, mas, de que ela não se fechará na defensiva e que todos os povos serão defendidos.

E é isto que confirma a clareza com a qual o secretário do Partido Comunista Bolchevique salienta que a URSS dispõe da força necessária para conduzir bem sua política.

«A potência económica e militar do Estado socialista, a força indestrutível da unidade moral e política da sociedade soviética foram demonstradas claramente, no mundo inteiro.»

O «campo democrático» cuja missão e cuja «força dirigente» vêm de ser assim definidas, deve cumprir sua tarefa nas condições de uma oposição anglo-americana intensa. ZHDANOV recorda que esta oposição se faz sentir desde os tempos da guerra, e cita como exemplo «a sabotagem da segunda frente», a prefiguração da política de «renúncia a todos os princípios comuns» inaugurada desde Potsdam. Mas esta resistência não impediu à URSS, ajudada pelos países democráticos, de conduzir uma política consequente e de obter resultados positivos: no caso de redução dos armamentos e da interdição das armas atómicas; para que não se utilize o Conselho de Segurança contra as «Repúblicas Populares»; a fim de regulamentar de modo justo o problema alemão; para desmascarar no «Plano MARSHALL» um «plano americano de escravização»; para, em seu lugar, apresentar uma solução prática para a reconstrução europeia, baseada na aplicação racional dos recursos internos e na conclusão de acordos bilaterais reciprocamente vantajosos, como os que a URSS acaba de concluir, etc.

Diante de um «imperialismo americano» ocupado em «ditar sua vontade» às Nações, ZHDANOV se encarrega em suma de revelar

aos que o ouvem o quadro de um «campo democrático» cuja vanguarda desempenha intensamente sua tarefa de paz desde a vitória e que, longe de ter sido detida pela ofensiva adversária, acentuou sua força a ponto de desferir um golpe sério de paralisação à sua última tentativa de «escravização».

Uma última questão se coloca antes de tomar uma decisão prática: qual é, entre os dois campos, o que dispõe de maior reservas de forças.

APRECIACÃO DAS FORÇAS EM LUTA

TODA a análise das modificações da situação internacional indica que, na opinião de ZDHANOV, o «campo democrático» se beneficiou com um fator de superioridade decisiva: tomado em seu conjunto, ele saiu fortalecido da prova do tempo e da guerra, enquanto que, tomado em seu conjunto, o campo adversário saiu enfraquecido. A URSS e seus aliados encontram-se do lado «do que cresce». Do ponto de vista dialético, a vantagem é essencial.

Uma série de passagens, tanto do informe de ZDHANOV como do de MOLOTOV, mostram por outro lado que, para os dirigentes soviéticos, a superioridade absoluta do «campo democrático» é inconteste. Contradições intransponíveis paralisam o adversário, enquanto que as forças populares dispõem de fatores decisivos de superioridade.

Duas contradições essenciais paralisam o «campo imperialista».

Antes de tudo, a ameaça de crise econômica nos Estados Unidos. Consequentemente o «Plano MARSHALL» não é uma oferta de assistência que Washington pode retirar a qualquer momento, mas uma tentativa para conquistar novos mercados, tentativa cujo fracasso seria uma catástrofe. Em tais condições a «resistência» dos países europeus pode fazer «recuar» o adversário (ZDHANOV).

Por outro lado, ZDHANOV revela simplesmente que:

«há muita distância entre o desejo dos imperialistas de desencadear uma nova guerra e a possibilidade de organizar uma tal guerra».

MOLOTOV esclarece este ponto fazendo considerações que constituem um complemento essencial ao corpo da doutrina marxista e, notadamente, à teoria leninista da «etapa superior».

Deflagrando a guerra, expõe o Vice-Presidente do Conselho da URSS, o capitalismo seria «um jogo perigoso» com «sua própria sorte»: haveria o risco de «apressar sua própria queda».

Paralelamente, as forças populares dispõem de fatores decisivos de superioridade.

O primeiro destes fatores é a vontade de paz de todos os povos. ZDHANOV retorna aqui a idéia staliniana do homem comum que «monta guarda». Se esses povos:

«demonstrarem tenacidade e firmeza, os planos dos agressores sofrerão um fracasso total».

O segundo fator é que o ascenso das forças democráticas no mundo já atingiu um tal ponto — aqui, é MOLOTOV quem afirma com acento de convicção absoluta — que...

«unidas, elas formam um conjunto incomparavelmente mais poderoso que o campo adversário, anti-democrático, do imperialismo».

Enfim, um terceiro fator é que «o segredo da bomba atômica» «não existe de lá muito». MOLOTOV já a notícia de passagem, com a discrição que é de norma na URSS nas questões desta natureza. Mas a salva de aplausos que, a 6 de novembro, saúda esse trecho do informe, prova que os homens de Estado presentes na sala apreenderam toda sua significação.

A análise das modificações da situação internacional desde a guerra conduz finalmente, não sob forma de um grito de orgulho, mas num tom de convicção científica, à afirmação: «Nós somos os mais fortes!».

É preciso somente colocar esta força em ação.

III. A OFENSIVA PELA PAZ

PARA QUE esta força seja operativa, é preciso que seja unida. A tarefa concreta que a análise levanta para o conjunto do «campo democrático» é a de se agrupar e se organizar em escala mundial. MOLOTOV a enuncia para us. de todos os democratas. ZHDANOV examina-a sob o ângulo das tarefas que ela dita aos mais importantes Partidos Comunistas da Europa. Tanto um como outro fecham seus informes com a exposição das perspectivas que se abrem para a contra-ofensiva dos povos.

MOLOTOV: DIRETIVA GERAL

O «CAMPO DEMOCRÁTICO», tomado em seu conjunto — expõe MOLOTOV — dispõe de forças incomparavelmente mais poderosas do que o «campo imperialista». O triunfo final da paz exige que estas forças estejam unidas, em lugar de permanecer dispersas.

Esta união é tarefa da Europa em primeiro lugar. Mas é igualmente uma tarefa do mundo inteiro.

Ele exige que se explique claramente a situação à opinião pública que se «abram os olhos do povo para estas coisas».

Assim, a luta contra o plano dos promotores de guerra transformará os povos numa «poderosa arma, não deixará de pé o imperialismo». Assim se verificará uma vez mais a justeza da previsão de LENIN sobre invencibilidade das forças populares.

ZDHANOV: A TAREFA SAGRADA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

NESTA TAREFA comum a todos os democratas, ZDHANOV se detém na definição da missão própria que incumbe à vanguarda esclarecida das forças democráticas — ou seja: aos Partidos Comunistas — no ponto mais ameaçado, isto é, na Europa.

Esta missão é dupla: exige que os Partidos Comunistas europeus melhorem suas ligações; deve conduzi-los a tomar a frente da luta pela independência nacional.

Diante da política de traição nacional dos serviços do imperialismo americano na Europa e, muito particularmente, dos socialistas de direita, os comunistas, assinala ZDHANOV, têm «um papel histórico» a desempenhar: ir em ajuda de todos os patriotas decididos a lutar «para a salvaguarda da soberania nacional», «desmascarar todos os auxiliares internos» do «plano de escravização», tornar-se a «força dirigente» do combate que se trava.

Na luta que se inicia nesta base, a classe operária vai tomar consciência de sua força real.

Da mesma forma que no tempo do munichismo, as concessões fundadas numa superestimação da potência hitlerista encorajaram a agressão, assim também em 1947, a subestimação por parte da classe operária de sua superioridade sobre o adversário não pode senão incitar este a continuar numa ofensiva, que de outro modo estaria condenada ao mais imediato fracasso. Através do combate, os Partidos Comunistas ajudarão a classe operária a se convencer desta superioridade, e o conjunto do «campo democrático» a apreciar a extensão das forças inexploradas que elle possui.

O sentido da palavra de ordem «união do campo democrático» acaba de se esclarecer aqui. Não se trata de uma união estática, prevendo uma ação ulterior, mas de uma união operativa, no combate e pelo combate. A análise da situação internacional conduziu ZDHANOV à noção de ofensiva geral, de ofensiva *mundial* pela paz, conduzida ao mesmo tempo por alguns Estados e por todos os povos. A investida do «campo imperialista» revela-se, com efeito, após seu estudo, como uma operação «provocada», enquanto mesmo mesmo examinou a presença de reservas imensas, prontas a apoiar o avanço do «campo democrático». A situação que se formou exige e condiciona simultaneamente a colocação destas reservas na batalha, e a transformação desta, em suma, em contra-offensiva geral do «campo democrático», quebrando a ofensiva deflagrada pelo adversário.

Pensa-se involuntariamente na situação estratégica da «operação de Orel», em julho de 1943. Lembra-se também da reflexão de STALIN sobre a contra-offensiva, ao encerrar a «Carta ao Coronel RAZIN», publicada em começo de 1947. Estas ligações se justificam. Para o marxismo-leninismo não há heterogeneidade de natureza entre a estratégia militar e a estratégia política.

E seria anormal que o imenso trabalho que STALIN consagrou a estes problemas, não sómente em obras famosas, mas nos campos de batalha, não se tivesse gravado na maneira de ver de um

dos seus colaboradores mais próximos, além disso, salvador de Lenin, grade e possuidor também, êle, do golpe de vista de um cabo de guerra.

PERSPECTIVAS FINAIS

A QUE conduz esta ofensiva geral? Os trabalhos de ZDHANOV e MOLOTOV dão duas respostas que se completam.

Responsável por um setor geográfico preciso, e dirigindo-se aos quadros dirigentes nêsta frente da luta pela paz e a independência, ZDHANOV relembra uma última vez sua missão de combate, e proclama que seu objetivo imediato será atingido:

«Nenhum dos planos de escravização da Europa poderá ser realizado».

A contra-ofensiva do «campo democrático» na Europa bloqueará a ofensiva do «campo imperialista» contra a Europa.

MOLOTOV lança suas vistas para além das perspectivas imediatas.

Explica êle que o capitalismo

«tornou-se um freio para o progresso da humanidade. A Revolução socialista de Outubro abriu os olhos dos povos sobre o fato de que a era do capitalismo chega ao seu fim, de que caminhos seguros estão abertos à paz universal e ao grande progresso dos povos. Os esforços convulsivos dos imperialistas, sob os quais treme a terra, não salvarão o capitalismo de sua derrota iminente. Vivemos num século em que todos os caminhos conduzem ao comunismo!».

Em outras palavras, com a contra-ofensiva geral do «campo democrático» que se inicia, a vitória final sobre o capitalismo, isto é, notadamente, a vitória final sobre a guerra, se encontrará mais próxima. O apêlo à união das forças populares para a defesa da paz e da independência já toca o dobre de finados de um mundo condenado.

Da constatação da agravação das ameaças contra a paz, atingiu-se, ao fim da argumentação, à mais ampla perspectiva de ação e do desenvolvimento futuro, que já tenha sido anunciada por qualquer estadista.

IV. SENTIDO E IMPORTANCIA DAS TESES DE 1947

A CONTRIBUIÇÃO das teses de 1947 à «política de paz» é triplíce.

Elas

- confirmam os princípios levantados;
- completam as análises anteriores;
- marcam uma etapa decisiva no domínio da ação.

CONFIRMAÇÃO DOS PRINCÍPIOS

AS TESES de 1947 confirmam:

- 1.º A concepção do «capitalismo agonizante», considerado como origem de conflagrações mundiais geradas por sua estrutura econômica;
- 2.º A definição do objetivo pacífico adotado pela política exterior da URSS como necessidade ao mesmo tempo vital e lógica, isto é, decorrente da natureza socialista do Estado;
- 3.º A determinação das condições consideradas indispensáveis a manutenção da paz: liquidação do fascismo, cooperação internacional, a despeito de diferenças de regime e progresso da democracia;
- 4.º Os meios escolhidos para criar estas condições: luta nos países democráticos no seio dos organismos internacionais; esforço de todos os homens honestos, fora dos organismos internacionais; aplicando-se, uns e outros, a regular com justiça todos os problemas em suspenso, e a liquidar todas as ameaças que se apresentam.

As teses desenvolvidas por VYCHINSKY, ZHDANOV e MOLOTOV em 1947 partem dos princípios aplicados no ano anterior, nos discursos eleitorais e nas entrevistas de STALIN.

Além disso, elas vêm completar as regras fundamentais da política exterior soviética entre as duas guerras mundiais. E, com estas, elas se fundem no conjunto da história do pensamento nascido, há um século, com a pesquisa marxista.

APROFUNDAMENTO DAS ANÁLISES

AO MESMO tempo, as teses de 1947 aprofundam o trabalho de análise anterior.

Nós vimos como, na base de dados novos fornecidos pela atualidade, elas fixam o sentido das observações efetuadas no ano anterior no domínio das «ameaças contra a paz». Há aí todo um importante trabalho de identificação. Permite partir de constatações incomparavelmente mais desenvolvidas do que as intervenções anteriores.

Por outro lado, a reflexão provocada por estas constatações conduz à realização de uma obra cujas linhas mestras, até então, tinham sido apenas esboçadas: a um verdadeiro inventário do mundo. E a inegável maestria com que ZHDANOV trata deste assunto faz do informe da Conferência da Polônia um dos mais importantes textos do marxismo no domínio particular do estudo das relações internacionais.

Enfim, a marcha da análise atinge ao enunciado de uma série de proposições que não apenas enriquecem a exposição dos princípios da política de paz, mas enriquecem a teoria marxista-leninista em muitos pontos importantes. Tal é o caso dos resumos luminosos de ZHDANOV sobre a divisão do mundo em dois campos, a significação histó-

rica das Repúblicas Populares, o papel da questão de independência nacional no momento atual, etc.

Também do ponto de vista do corpo de doutrina marxista, a contribuição das teses de 1947 é considerável.

ETAPA DECISIVA NO DOMÍNIO DA AÇÃO

TODAVIA, é incontestavelmente porque marcam a etapa decisiva no domínio da ação, da aplicação prática da política de paz, que as teses de 1947 se revestem da máxima importância.

As entrevistas de STALIN, no ano anterior, continham um apelo a todos os homens de boa vontade para cooperarem na obra comum de salvação da paz.

As teses de 1947 concluem inicialmente com indicações práticas sobre a maneira de realizar a união desses homens e a organização mais eficaz do seu esforço.

Além disso, elas estabelecem que, operando-se esta união no combate, enquanto a URSS e as democracias populares, por seu lado, acentuam seu impulso na luta contra a guerra, cria-se uma situação que está se transformando na contra-ofensiva de todas as forças da paz no mundo inteiro. A noção de «política soviética de paz» ampliou-se e consolidou-se em noção de «contra-ofensiva universal pela paz».

Em suma, a ameaça do «imperialismo americano» levando ao «campo democrático» todos aqueles que desejam combater «pela salvaguarda da soberania nacional resulta que uma frente de ataque mais ou menos impossível de circunscrever-se encontra-se nesta contra-ofensiva. Essa frente deixou, afinal, de limitar-se à URSS, até mesmo aos países das democracias populares apenas. Está, com efeito, no interior de cada um dos países do mundo, sendo a linha de demarcação designada, não pela disposição dos partidos nos Parlamentos, nem mesmo pela disposição das classes no país, mas pela *atitude dos grupos sociais diante dos problemas da independência da Nação*. A classe operária e seu Partido desempenham o papel dirigente que representaram cada vez que este problema foi levantado, por exemplo, nas diversas «resistências» à ocupação hitlerista, não deixando a experiência de desempenhar seu papel na elaboração desta estratégia.

Se relembrarmos os esquemas estratégicos famosos que STALIN esboçou no sétimo capítulo dos «Princípios do Leninismo» e, com as devidas reservas, as alterações que a reflexão dos anos seguintes poderia introduzir no seu ponto de vista, firmado há mais de 23 anos, obtém-se o quadro seguinte:

- OBJETIVOS: Salvar a paz democrática.
- FORÇAS FUNDAMENTAIS: os países que constituem o «fundamento do campo democrático».
- RESERVAS: o resto do «campo democrático» e, notadamente, todos os homens que constituem «a salvaguarda da soberania nacional» em cada país.

- **DIREÇÃO DO ESFORÇO PRINCIPAL:** isolar «o imperialismo americano» e seus «serviçais» em cada país, principalmente os socialistas de direita.
- **PLANO DA DISPOSIÇÃO DAS FORÇAS:** união no combate de todas as forças democráticas e patrióticas em escala mundial.
- **OS PONTOS MAIS VULNERÁVEIS DO ADVERSÁRIO:** a crise econômica e a crise geral do capitalismo que o ameaçam; a vontade de paz de todos os que se opõem às «aventuras imperialistas».
- **O MOMENTO:** quando o imperialismo lançar todas as suas forças num assalto que é incapaz de conduzir ao fim, se os povos «se mostrarem firmes».

Do domínio da reflexão teórica e da diplomacia ordinária, passamos, como a uma conclusão lógica, ao de uma estratégia política em escala mundial.



«Para a guerra imperialista nem um grão de trigo, nem um quilo de café, nem algodão, nem petróleo, nem manganês, nem cobre... Não trabalharemos para a guerra imperialista».

PRESTES



«Aos nossos opressores diremos mais uma vez que jamais lutaremos contra a União Soviética e que para a guerra imperialista não daremos o sangue de nossa juventude, nem permitiremos que possa a nova hecatombe guerreira ser alimentada com o fruto do trabalho de nosso povo.»

PRESTES

A REVOLTA DO MAR NEGRO

ANDRÉ MARTY

I. — HA TRINTA ANOS, A GUERRA ANTI-SOVIÉTICA ERA FRUSTRADA NO MAR NEGRO

A 18 DE DEZEMBRO de 1918, a 156.^a divisão desembarcava à viva força, em Odessa, sob a proteção de uma poderosa frota francesa e se apossava da cidade, após um dia de combate.

Alguns dias depois, a Ucrânia ocidental e meridional, a Criméia, todo o território do Sul da Rússia Soviética, eram ocupados pelo exército francês.

Dois meses antes, este exército marchava vitoriosamente sobre Viena e Berlim, subindo o Danúbio. Mas a 21 de outubro de 1918, um telegrama do presidente do Conselho CLEMENCEAU o havia feito retornar. Tratava-se daí por diante de «realizar o cerco do bolchevismo e provocar sua queda».

A 11 de novembro de 1918, a Alemanha imperialista capitulava: findava a guerra (1).

De acordo com as cláusulas XII e XIV do armistício, o exército francês substitua o exército alemão na ocupação da Ucrânia e da Criméia. E ia inclusive participar com o mesmo muito freqüentemente na luta direta contra o poder dos Soviets.

A guerra entre os imperialistas sucedia uma nova guerra: a de todos os imperialistas mancomunados contra o regime socialista.

E' que os interesses em jogo eram imensos. No que se refere à França, os três colossos bancários — Banco da União Parisiense, Banco de Paris e dos Países Baixos e Sociedade Geral — pensavam em recuperar as somas emprestadas ao czar — cognominado na França «o enforcador de todas as Rússias» — e que se elevavam em 1910 a mais de quatro bilhões e meios de francos somente para os bancos de Petrogrado (2).

O Comité de Forges (de Wendel-Schneider) queria recuperar «suas» usinas e «suas» minas da bacia do Donetz.

Tornava-se necessário igualmente esmagar uma classe operária e um povo que davam o «mau» exemplo de se libertarem do sistema capitalista e mostravam assim a todos os operários e a todos os povos do mundo como terminar com as explorações e as guerras.

(1) Era a guerra de 1914-1918 entre os dois grupos imperialistas: o da Entente — França, Inglaterra, Estados Unidos e Japão; e o dos Impérios Centrais: Alemanha, Austria e Hungria. (Ver «História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS, Capítulo VI — Editorial Vitória — Rio).

(2) Sobre a exportação de capitais das grandes potências imperialistas na Rússia, ver Lenin — O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo — Editorial Vitória — Rio.

Mas por que teve o exército francês a tarefa fundamental desta nova guerra?

Por causa da situação do imperialismo francês em 1919, assim caracterizada pela Internacional Comunista:

«Deslumbrada pelo seu chovinismo e pelas suas vitórias, a burguesia francesa acreditava-se já a soberana da Europa.

Na realidade, jamais teve a França, sob todos os pontos de vista, uma dependência tão servil em face das nações mais poderosas: a Inglaterra e a América.

A potência da França, sangrenta e arruinada, é apenas aparente e fictícia». (3).

O imperialismo francês era vitorioso sobre o imperialismo alemão ao preço de 1.700.000 mortos; mas estava financeiramente esgotado. Também era obrigado a submeter-se aos desejos dos seus credores — os banqueiros ingleses e sobretudo os réis do dólar americanos.

AS TRÊS FASES DA REVOLUÇÃO

OS IMPERIALISTAS tinham se esquecido apenas de um fator essencial: o espírito de classe dos trabalhadores, mesmo quando estivessem envergando o uniforme.

Eles haviam esquecido uma das qualidades essenciais do proletariado francês: seu elevado espírito internacionalista.

Inicialmente, um mês e meio após o desembarque, os soldados se recusaram a combater: esta era a PRIMEIRA FASE da revolta.

De 30 de janeiro a 8 de fevereiro de 1919, em Tiraspol, na Bessarábia, o 58.º de infantaria, de Avignon, recusou-se a combater a Grande Revolução Socialista. Seu exemplo ia ser seguido pelo 176.º de infantaria e por um destacamento de marinheiros em Kherson, de 4 a 9 de março de 1919.

A resistência ganhou progressivamente todas as unidades militares. No momento da batalha de Odessa, a 5 de abril, o 19.º de artilharia, de Nîmes, recusou-se a combater. O estado de espírito então é tal que o alto comando é obrigado a evacuar a toda pressa a cidade, enviando cada batalhão francês (40.º de infantaria de Nîmes, zuavos do 1.º regimento de marcha da África, etc...) por unidades gregas e polonesas. Os estado-maiores evacuam por mar, as tropas retrocedem por terra. Unidades inteiras cantam a *Internacional*, à vista da bandeira vermelha hasteada na sede do Soviets.

Alguns dias após, era o 175.º que se recusava a combater em Sebastopol. Em Constância, na Rumania, um regimento de caçadores algerianos recusa-se a embarcar para a Rússia.

Dai em diante, todas as unidades militares se recusaram a combater a Revolução russa. Foi o caso entre outros, do 21.º colonial, a 7 de abril em Arcana e do 4.º e 37.º coloniais, a 27 de maio, em Bender.

(3) Manifesto do II Congresso da Internacional Comunista. Julho de 1920.

MAS UMA SEGUNDA FASE SE INICIA: não será mais apenas a recusa ao combate porém a revolta liberta. A 5 de abril, em Odessa, o 7.º de engenharia, arrastado por Lucien TERION e MENGUY revoltou-se, de armas nas mãos. Discute-se sobre a alternativa: bater em retirada ou passar para o lado dos Bolcheviques? Em todo caso, numa emocionante confraternização, todo o material é remetido aos trabalhadores de Odessa em revolta.

A 16 de abril, em Galatz, na Rumânia, é o caso do «Protet» em que prisões súbitas impedem um «comité secreto» de se apoderar do navio a fim de rumar para Odessa e arrastar à revolta toda a frota.

Mas, na noite de 15 de abril, em Sebastopol, a equipagem do «France» amotina-se. E arrasta consigo os marinheiros do navio capitaneado «Jean Bart». Na manhã seguinte, todos os navios franceses, em Sebastopol, estão em plena revolta. A tarde, o «France» hasteia o pavilhão vermelho, enquanto os marinheiros franceses confraternizam na cidade com os trabalhadores e as trabalhadoras de Sebastopol. Já os primeiros mortos tombam sob as rajadas de metralhadoras de unidades francesas e gregas.

As companhias de desembarque voltam para bordo. Os soldados do 175.º ligam-se aos marinheiros do couraçado «France», senhores do bordo: antes de 1.º de maio, Sebastopol é vacuada pela frota e o exército, e o Exército Vermelho faz então sua entrada triunfal.

A 27 de abril, diante de Odessa, é o grande cruzador-almirante «Waldeck-Rousseau», a bordo do qual estou preso, que se amotina, arrastando consigo os navios vizinhos o «Fauconneau», o «Mameluck» e depois o cruzador «Bruix». Os marinheiros apresentam o ultimatum: regresso imediato à França ou o navio será encostado no cáis de Odessa já em poder dos Soviets. O cruzador deve deixar o Mar Negro.

Até o verão de 1919, nenhum navio de guerra entrou no Mar Negro, a não ser em estado de nectim: a frota teve que abandonar o bloqueio dos portos soviéticos.

COMEÇA ENTÃO UMA TERCEIRA FASE: NÃO É MAIS APENAS A REVOLTA, MAS IGUALMENTE AS TENTATIVAS DE INSURREIÇÃO ARMADA COM OS OPERÁRIOS. Em Toulon, desde a chegada dos primeiros amotinados presos, é extrema a efervescência entre os marinheiros.

A 10 e 12 de junho, a equipagem do grande couraçado «Provence», navio-almirante de toda a frota francesa, recusa-se a partir para o Mar Negro e pega em armas.

A 9, 10 e 11 de junho, os marinheiros realizam reuniões públicas na cidade; prendem o almirante Lacaze, capitão do porto, antigo ministro; arrastam atrás de si os soldados de infantaria e de artilharia coloniais; esforçam-se para criar um «Comité de Marinheiros, Operários e Soldados», o que foi impedido por dirigentes de sindicatos, traidores.

Praticamente, os marinheiros dominam o grande porto.

A 12 de junho, com a notícia da assinatura da paz, os marinheiros saem à força do arsenal e tentam libertar os amotinados do Mar Negro presos.

Durante quatro horas, eles se batem com a cavalaria e gendarmes montados procurando tomar de assalto a prisão marítima.

Idênticas manifestações se realizam em Brest, a 17, 18 e 19 de junho, onde marinheiros e soldados tomam a cidade e querem abrir a prisão marítima. O mesmo acontece em Rochefort.

E eis que em todo. os navios há a mesma recusa de tomar o rumo do Mar Negro; por exemplo, em Bizerta, no couraçado «Voltaire».

Em todos os mares, os marinheiros exigem o regresso à França. Na Grécia, é o cruzador «Guichen», com Tilon; no Mar Báltico, o torpedeiro «Dunois», e até o cruzador «D'Estrées», a 13 e 14 de agosto, exige a partida imediata para a França.

Em agosto, não havia mais um único navio de guerra francês cuja tripulação aceitasse fazer a guerra contra a República dos Soviets.

Desde o mês de maio, os marinheiros haviam começado a se espalhar pelo interior da França. Em Toulouse, a 20 de maio, dois marinheiros arrastam o 117.º de artilharia pesada a manifestações na cidade e tentam o assalto da prisão militar. Em Lion, outros marinheiros arrastam os couraçados a manifestações de rua.

Diante da amplitude dos motins, o governo não conseguiu se tornar senhor da situação senão por meio de uma desmobilização acelerada de todos os reservistas e a suspensão do envio de navios de guerra para o Mar Negro.

Tais são os fatos muito resumidos. Os movimentos começaram com a recusa de marchar, depois se transformaram em revolta aberta, e finalmente em tentativas de passagem com armas para o Exército Vermelho ou, na França, em insurreição com os operários.

O conjunto desses movimentos, que vão de fevereiro a agosto de 1919, foi denominado «Revolta do Mar Negro», mas atingiu todos os navios e todos os portos.

Assim foi francamente frustrada a guerra que os imperialistas franceses e americanos queriam conduzir contra a Revolução Socialista triunfante.

II. — A ORIGEM DA REVOLTA

COMO PODE se dar que um exército vitorioso tenha se recusado a combater a República dos Soviets?

Como 300.000 homens, de Sebastopol a Toulon, de Brest a Vladivostock quebraram a dura disciplina militar de tempo de guerra, apesar da pena de morte estar inscrita em cada artigo do Código?

O ÓDIO À GUERRA

OS SOLDADOS do exército do Oriente, ainda mais que os combatentes da frente francesa, erguiam-se contra a guerra: havia companhias que se rediziam a trinta homens! Os marinheiros, muitos dos quais estavam a bordo há sete anos, mostravam-se ainda mais exasperados.

A assinatura do armistício de 11 de novembro tinha sido recebida por todos os combatentes como o início da paz, com a esperança de uma desmobilização próxima. E no entanto recomeçava-se a guerra!

ABALO DO REGIME CAPITALISTA

ESTE ÓDIO à guerra havia já levantado, ao mesmo tempo que as greves e as manifestações de mulheres, os grandes motins de maio de 1917 no front francês. Estes foram dominados muito facilmente.

Mas, em 1919, foi diferente.

Uma formidável onda revolucionária crescia na Europa. Era a revolução alemã, surgida dos navios de guerra, a 25 de outubro de 1918, que havia obrigado o imperialismo alemão a capitular... diante dos imperialistas rivais a fim de procurar enfrentar sua própria classe operária.

Era a revolução na Austria, na Hungria: os operários de Viena e os trabalhadores de Budapest estavam em armas.

Em toda Europa, o regime capitalista estava ameaçado de desmoronamento. A ditadura do proletariado era proclamada na Hungria a 23 de março de 1919, criava-se na Baviera um poder soviético, a greve geral sublevava Barcelona! Os «Comité de Ação» sacudiam até mesmo a tranqüila Inglaterra, abalavam o governo reacionário e seus lacaios do Labour Party e das Trade Unions.

A França não escapava à crise revolucionária. Após alguns dias da embriaguês da «vitória», que se seguiram ac 11 de novembro, o proletariado francês voltava a si.

Em todo o país, a classe operária, os camponeses, a imensa maioria do povo exigiam a *desmobilização imediata, a supressão do regime da ditadura militar e a suspensão da intervenção militar na Rússia.*

Estas reivindicações políticas se ligavam à exigência da jornada de oito horas, à confiscos dos lucros dos aproveitadores de guerra e à anistia aos condenados militares e políticos.

Ora, o governo não podia desmobilizar, por que o desemprego se estendia, em consequência da suspensão das produções de guerra. Com medo de ser ultrapassado, Clemenceau esforçava-se em manter a censura e os métodos ditatoriais: o primeiro resultado disso era o de esperar ainda mais os trabalhadores. Greves imensas repontavam em todo o país. O mês de janeiro de 1919 havia se assinalado pela greve geral de um minuto dos ferroviários, organizada por Lucien Midol. Nas casernas, os camponeses não desmobilizados pediam a constituição de «Comités de Operários, Camponeses e Soldados».

O Partido Socialista estava desmoralizado devido a colaboração cínica de sua direção com os governos da guerra imperialista em 1914 a 1918. No próprio seio do Partido Socialista, e sobretudo nas fábricas e nos regimentos, crescia uma oposição violenta contra aqueles que haviam traído a classe operária.

O mesmo aconteceu na C. G. T. contra os Jouhaux e os Dumoulin. Afinal, os dirigentes anarquistas haviam se desmacarados como «empenhados até o fim» na guerra dos capitalistas.

Eis por que a classe operária francesa, e na sua vanguarda os operários parisienses, voltava-se por instinto e de coração para a Revolução russa, que dava o exemplo.

«Eles saíram da guerra derrubando o regime capitalista», eis a lição!

A crise do regime capitalista exprimia-se portanto em todos os países, inclusive na França, por um enorme ascenso revolucionário, inteiramente dominado pelo prestígio da revolução socialista triunfante no antigo Império dos tzars.

Ora, esta onda revolucionária atingia o exército enviado à Rússia Soviética e as equipagens dos navios de guerra.

Ela atingia-os pela imprensa, apesar de censurada. Atingia-os pelas cartas pessoais. Atingia-os emfim por alguns licenciados que voltavam às suas unidades. Atingia-os antes de tudo pelo reforço de classes jovens, vindas em geral da fábrica e sempre diretamente influenciadas pela efervescência do proletariado e do povo francês.

Impelidos por um profundo sentimento de classe, os soldados e marinheiros compreendiam cada vez melhor que os interesses dos trabalhadores estavam em conflito direto com os dos capitalistas e com a política do governo sob as ordens deste últimos.

Não foi preciso muito tempo para que a imensa maioria de soldados e marinheiros se convencesse de que a guerra a um povo que se libertou da ditadura zarista, em seguida do sistema capitalista, já contra os seus interesses de operários e camponeses, que não deixavam de ser, embora fardados.

Menos de quinze dias depois do desembarque, todos queriam a paz.

Mas os soldados e marinheiros não viam ainda como deter praticamente a guerra.

II. — COMO O EXERCITO FOI GANHO PARA A CAUSA DO POVO

E' ENTÃO que uma voz lhes vem dizer o que se tornava necessário fazer.

Duas horas depois do desembarque das tropas francesas em Odessa, a imprensa clandestina de Partido Bolchevique publicava seu primeiro boletim em francês, mostrando aos soldados e aos marinheiros que seu interesse de trabalhadores era confraternizar com os trabalhadores russos em revolução.

COMO DE COSTUME, O PARTIDO COMUNISTA DESPREZANDO AS PROCLAMAÇÕES SOLENES E VASIAS, APELAVA DIRETAMENTE PARA O ESPIRITO DE CLASSE DOS TRABALHADORES FRANCESES ENGANJADOS NAS FORÇAS ARMADAS E LHESS DAVA PALAVRAS DE ORDEM PRECISAS DE AÇÃO. Entre os numerosos documentos da época, dois dos primeiros distribuídos mostram como o Partido Bolchevique sabia atingir a consciência e o coração dos soldados.

Eis, por exemplo, a conclusão da pequena brochura dirigida «Aos Soldados e Marinheiros dos exércitos aliados no Oriente», e assinada «O Grupo Comunista Francês» (4):

«Mas uma vez fazemos um apelo: escutai-nos!

Recusai ser os cães de guarda dos tronos e dos cofres fortes!
Recusai combater o povo revolucionário!

(4) A brochura foi editada pelo grupo comunista francês de Moscou, cujo Secretário Geral era a francesa Jeanne Labourbe.

Em toda parte em que encontreis, sustentais, ao contrário, vossos irmãos operários e camponeses na luta pela liberdade. Formai soviets!

Exigi o repatriamento imediato!

E se os vossos chefes não concordam na volta ao lar, regressai por vossa conta!

Voltai para a pátria e trabalhai com todo o entusiasmo pela grande obra iniciada com a revolução russa que deve assegurar aos proletários do mundo inteiro, a liberdade e a dignidade, mais bem-estar e felicidade:

Vivam os Soviets de soldados e marinheiros!

Viva a República Federativa dos Soviets!

É eis aqui outro impresso do Comité Regional do Partido Bolchevique, de Odessa:

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS! — Apelo dos comunistas bolcheviques da Ucrânia.

MARINHEIROS E SOLDADOS FRANCESES FILHOS DA GRANDE REVOLUÇÃO FRANCESA DESCENDENTES DA COMUNA DE PARIS!

CAMARADAS:

Enquanto os operários e os camponeses russos, após haver sofrido o jugo czarista e haver dado seus filhos para a guerra vergonhosa e sangrenta, lutam pela liberdade, em parte já conquistada, vós estais aqui, e por que? Vosso governo vos disse, como havia dito o antigo governo alemão ao seus soldados, que a Rússia está pilhada, aterrorizada pelos «bandidos bolcheviques» que esses bandidos usurparam o poder, que este estado de coisas impõe a todo o homem civilizado um dever sagrado — o de correr em socorro da Rússia. Acreditais que vós tenham dito a verdade?

Operários e camponeses russos vos ensinarão esta verdade. Eles vos dirão que o «bando bolchevique» não queria senão uma coisa: dar liberdade às classes trabalhadoras e oprimidas, que estes «bandidos» morrem pela sua obra libertadora, que eles querem nacionalizar as riquezas que possuem injustamente os capitalistas e os burgueses. Em suma os operários declaram a guerra ao Capital.

Vosso governo vos disse também que os bolcheviques são criminosos. Será que se é criminoso por defender os pobres contra os ricos, os operários contra os capitalistas, os camponeses contra os grandes proprietários? Será que os vossos intrépidos ascendentes eram criminosos por fazer a Grande Revolução francesa? Certamente, não! Vosso governo vos enviou até aqui para esmagar o nosso movimento, porque ele tem medo; ele teme o contágio revolucionário russo. Ele sabe que com a liberdade da classe operária, perderá a sua.

Os operários e os camponeses russos conseguiram derrubar a autocracia czarista e querem continuar sua obra. Mas vós estais aqui por ordem do vosso governo, para juntar-vos ao exército voluntário composto de oficiais, de capitalistas, de burgueses que desejam a restauração do czarismo.

Por ordem do vosso governo, ides banhar vossas mãos no sangue de vossos irmãos operários para liquidar a Revolução russa, que, como um incêndio, atira fagulhas cada vez mais longe. Haveis constatado que algumas dessas fagulhas, caindo, fizeram o mesmo movimento na Alemanha e na Hungria.

MARINHEIROS E SOLDADOS FRANCESES FILHOS DA GRANDE REVOLUÇÃO FRANCESA DESCENDENTES DA COMUNA DE PARIS

Ainda é tempo de combinar vossos esforços com os nossos, contra o inimigo comum: o Capital. Voltai vossas armas para aqueles que pretendem fazer de vós os assassinos de um grande movimento de emancipação internacional.

VIVA A REVOLUÇÃO RUSSA!

VIVA REPÚBLICA SOCIALISTA DOS SOVIETS DA RUSSIA!

VIVAM OS SOVIETS DOS OPERÁRIOS E DOS SOLDADOS!

VIVA A III INTERNACIONAL REVOLUCIONÁRIA!

Assim os impressos do Partido Comunista (bolchevique) explicavam de maneira direta, precisa e simples, qual o papel que o governo francês queria que os soldados e os marinheiros desempenhassem.

MAS ELES NÃO SE LIMITARAM A EXPLICAR: DAVAM IGUALMENTE PALAVRAS DE ORDEM DE AÇÃO PRECISAS E CONCRETAS!

Desde o mês de janeiro de 1919, aparecia regularmente «Le Communiste», edição em francês do jornal regional do Partido Bolchevique. Ele informava com precisão sobre todas as questões políticas da atualidade. Publicava cartas de soldados, explicando suas desgraças e as razões das mesmas. Indicava, em suma, o que era preciso fazer.

OS GRUPOS DE AÇÃO

OS PEQUENOS grupos de ação revolucionária que existiam nos regimentos e em todos os navios recebiam assim a orientação política e as palavras de ação.

Esses grupos de ação, comitês revolucionários, etc... haviam se constituído aos poucos há alguns anos, clandestinamente; haviam sido formados por alguns antigos militantes socialistas, sobretudo por antigos militantes da C. G. T. e por soldados e marinheiros, nos quais

se havia despertado a consciência de classe durante a guerra. Eles conduziam uma dupla propaganda intensa: contra a guerra imperialista e contra o governo; mas igualmente contra os traidores da classe operária, os dirigentes socialistas e sindicalistas da «União Sagrada».

Muito naturalmente, eles reconheceram na Revolução russa a classe operária no poder, a continuação da Comuna de Paris. Na decepção e no ódio do «socialismo» e do «sindicalismo» de colaboração de classe, eles procuravam a orientação política na grande Revolução Soviética. Era tão grande sua atração que, por exemplo, Lucien TERION e Albert MENGUY (5) que prepararam e conduziram a ação do 7.º de engenharia, procuraram os Bolcheviques logo na noite de sua chegada a Odessa.

A PRIMEIRA MULHER COMUNISTA FRANCESA

AÇÃO difícil mas bastante eficiente de esclarecimento no seio das tropas francesas e aliadas era conduzida em Odessa pelo «Colégio Estrangeiro» junto ao Comité Regional do Partido Comunista (Bolchevique).

Esse organismo tinha como tarefa fundamental a de estabelecer o contacto com os soldados e marinheiros franceses, de assegurar a difusão do material ilegal, e sobretudo, organizar as ligações e ajudar o irrompimento das ações.

Ele era formado por militantes que haviam aprendido o francês durante a emigração. Seu responsável era uma francesa — Jeanne LABOURBE.

Descendente da região de Lapalisse (Allier), Jeanne LABOUREE havia chegado à Rússia em 1896, aos 17 anos, como governanta de uma família rica. Tornando-se revolucionária, membro do Partido Bolchevique, ela havia fundado em Moscou, em 1918, o «Grupo Comunista Francês», que reunia numerosos oficiais e sub-oficiais da missão militar do general Levergne.

Quando ela soube do desembarque de tropas francesas em Odessa, não pôde «suportar a idéia, dizia, que soldados franceses afogassem no sangue a revolução socialista». «E' PRECISO IR LHES FALAR! E' PRECISO AGIR, E' PRECISO AGIR...» repetia sem cessar.

Por solicitação sua, o Comité Central do Partido Bolchevique a enviou a Odessa.

E' lá que com a idade de 40 anos ela se lança à luta com seu entusiasmo magnífico. Na mais estrita ilegalidade, redigindo, assegurando a distribuição, as ligações, ela realiza com êxito um trabalho enorme. Ela teve a alegria de ver o 58.º de infantaria, depois o 2.º de artilharia de montanha, de Nice, aplicar as palavras de ordem do Partido.

Na noite de 1 de março, após uma assembléia plenária do «Colégio Estrangeiro», ela proclamava sua fé no trabalhadores franceses. Dizia de sua certeza no sucesso, no triunfo da Revolução. Confiava no seu próximo retorno à França...

(5) Dois operários parisienses da construção civil. Terion, sapador do 7.º de Engenharia, foi depois diplomado com o título de primeiro operário da França. Morreu em 1942, longe de sua terra, pois tinha sido deportado.

Algumas horas mais tarde, ela era prêsa por oficiais francêses e russos brancos, torturada com cinco outras mulheres e moças e quatro outros trabalhadores, enfim abatida a golpes de revolver no cemitério.

Mas quatro dias depois de sua morte, explodia o motim de soldados e marinheiros em Kherson. Um mês mais tarde, a flama de Jeanne LABOURBE inspirava os soldados francêses que deixavam alegremente Odessa...

E o «Pravda» de Moscou escrevia (6):

«Jeanne LABOURBE consagrou-se até o último minuto à nossa causa.

O proletariado francês há de immortalizar êste nome honrado da primeira mulher comunista francêsã que soube lutar e morrer pela Revolução».

O Grupo Comunista Francês

comunica aos camaradas

a morte trágica de sua secretária

JEANNE LABOURBE

fuzilada 2 de março de 1919, em Odessa,

pelos mercenários do comando francês

GLÓRIA ETERNA À CAMARADA TOMBADA CORAJOSAMENTE EM SEU POSTO REVOLUCIONARIO!

PLACARD DO PRAVDA, de Moscou de 23 de março de 1919.

No momento em que as ameaças de guerra contra a União Soviética se acumulam de novo, todos os comunistas da França, as mulheres em primeiro lugar, inspirar-se-ão na lembrança de Jeanne LABOURBE.

Jeanne LABOURBE, porque era membro do Partido de LENIN e de STALIN, sabia bem que não se defende a Paz apenas com palavras...

Ela estava convencida daquele ensinamento de LENIN falando às mães:

«Hoje a militarização impregna tôda a vida social... Como reagirão as mulheres proletárias? Contentar-se-ão em mal dizer a guerra e tudo o que se refere à guerra, sem exigir o desarmamento?

Jamais as mulheres de uma classe oprimida verdadeiramente revolucionária aceitarão um tão vergonhoso papel. Elas dirão a seus filhos: «Cêdo serás grande. Dar-te-ão um fuzil. Toma-o e aprenda a manejar bem as armas. É uma ciência indispensável aos proletários. Não para atirar sobre teus irmãos, os operários dos outros países, como se pratica na guerra atual

(6) edição de 25 de Março de 1919.

e como te aconselham os traidores do socialismo — mas para lutar contra a burguesia do teu próprio país, para terminar com a exploração, a miséria e as guerras — não formulando piedosos votos, mas triunfando sobre a burguesia e desarmando-a» (7).

Eis como a primeira mulher comunista francesa mostra o caminho: a Paz não se conquista apenas invocando-a, a Paz se ganha; ela se conquista por uma luta intensa. Em particular fazendo compreender aos soldados e aos marinheiros onde está o seu interesse e seu dever de trabalhadores.

Jeanne LABOURBE havia conseguido a vitória, embora tombada no campo de batalha.

Porque ela soube realizar o que ensinava LENIN no seu famoso artigo sobre os «Ensinamentos da Insurreição de Moscou», em 1905:

«... é preciso não considerar esta virada da tropa como um ato simples e isolado, resultante da persuasão, de uma parte, e o despertar da consciência, do outro. A insurreição de Moscou mostra de maneira evidente o que esta concepção tem de rotineiro e de estéril. Na realidade, a indecisão da tropa, inevitável em todo movimento verdadeiramente popular, conduz, quando a luta revolucionária se acentua, a uma verdadeira LUTA PELA CONQUISTA DO EXERCITO» (8).

E' o que sabia o Partido Bolchevique. Foi por isto que ele conduzia esta luta eficiente pela Paz.

E venceu-a.

E' a grande lição que deve se deduzir deste glorioso período.

IV. — O DUPLO ENSINAMENTO DO MAR NEGRO

UM fato é indiscutível e indiscutido: A REVOLTA DO MAR NEGRO, ISTO E' DO CONJUNTO DE MOTINS MILITARES DE 1919. OBRIGOU O IMPERIALISMO FRANCÊS A AFROUXAR SEU CERCO SOBRE A GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO.

O imperialismo inglês e o imperialismo americano que contavam sobretudo com as tropas francesas para afogar em sangue a revolução proletária foram obrigados a recuar também.

E' nisto que reside a importância excepcional da Revolta do Mar Negro: ela forneceu sua contribuição para o triunfo da Revolução Socialista.

Esta será uma das maiores páginas de glória do proletariado francês — de ter estado à frente da ação dos trabalhadores do mundo inteiro a favor da União Soviética.

(7) V. I. Lenin — Obras escolhidas, tomo I, pág. 890 — Outubro de 1916. Edição Francesa — Paris.

(8) I. Lenin — Obras escolhidas, tomo I, pág. 546 Edição Francesa — Paris.

Por que foi da classe operária francesa que surgiram os soldados e marinheiros que ajudaram, com suas revoltas, a República dos Soviets a destruir vigorosamente a intervenção imperialista (9).

AS PALAVRAS E OS ATOS

OS SOLDADOS e marinheiros franceses no Mar Negro souberam no mais alto grau, como os gloriosos combatentes da Comuna, COLOCAR OS ATOS DE ACORDO COM AS PALAVRAS.

Assim no que se refere à luta contra a guerra, as resoluções solenes não faltavam antes de 1914.

A C.G.T. no seu Congresso de Marselha, em outubro de 1908, havia declarado que:

«Os trabalhadores responderão à declaração de guerra com uma declaração de greve geral revolucionária».

O Congresso de Toulouse da C.G.T., em outubro de 1910, confirmando as decisões de Marselha e de Amiens, havia adotado a ordem do dia PERICAT mostrando a necessidade de ligar os soldados à classe operária para impedir que o exército derrote as greves e seja utilizado na guerra desejada pelos capitalistas.

O congresso de Nancy do Partido Socialista Francês, em agosto de 1907, havia tomado uma resolução semelhante em duas moções.

A resolução do Congresso Socialista Internacional de Stuttgart, em 1907, oportunamente lembrada por Maurício THOREZ no seu discurso na Assembléia Nacional, era clara e direta:

«No caso de irromper a guerra apesar de tudo, eles (os proletários) têm o dever de intervir para fazer cessá-la prontamente e le utilizar com todas as suas forças a crise política e econômica criada pela guerra para agitar as camadas populares mais profundas e precipitar a queda da dominação capitalista».

A véspera mesmo da guerra, Raymond PÉRICAT (10) oferece-nos um quadro surpreendente do espírito do proletariado:

«1913! Nós estamos sobre a Butte vermelha. De repente, como um formidável troar de tempestade, um imenso clamor sobe de milhões de peitos: «Abaixo a guerra! Viva a Internacional!». E sobre a grande cidade o eco repete: «Abaixo a guerra! Viva a Internacional!»...

(9) Consultar a «História do Partido Comunista (b) da URSS», capítulo VIII — Editorial Vitória — Rio.

(10) «É um dos raros representantes do movimento operário francês, que está de acordo conosco», declarava Lenin, a 6 de Março de 1919, na sessão solene do Comité Executivo dos Soviets, do Comité de Moscovo do Partido Comunista e dos Comités de Empresas de Moscovo.

Sobre a guerra que ameaçava não podia haver divergência de pontos de vista: sindicalistas, socialistas e anarquistas haviam clamado com toda força seu ódio à guerra, sua vontade de se erguer contra ela.

Os congressos haviam registrado nossas decisões. Nada de equivoco, nenhum erro de interpretação possível. Cada uma das organizações centrais sabia o que tinha a fazer.

Política e economicamente, a classe operária tinha sua conduta traçada. À mobilização, à guerra, vamos responder com a greve geral e a insurreição.

Ora, um ano mais tarde, a 1 de agosto de 1914, irrompia a guerra, guerra entre capitalistas na defesa de seus interesses.

Mas em consequência do desvio oportunista do antigo Partido Socialista e da antiga C.G.T. a classe operária e as amplas massas populares não haviam sido preparadas para o combate por uma luta quotidiana, ligando a ação reivindicativa e política concreta à batalha central pela paz.

JAURÉS havia sido assassinado a 31 de julho, sobretudo por haver denunciado o imperialismo russo e francês, tanto quanto o alemão e o inglês, a 25 de julho, em seu discurso de Lyon-Vaise.

Diante do seu túmulo, a 4 de agosto, ouviu-se Louis DUBREUIL, Secretário Geral do Partido Socialista, proclamar:

«Se ele estivesse aqui, tornar-se-ia o CLARIM DA BATALHA».

E JOUHAUX, Secretário da C.G.T., «em nome daqueles que vão partir e entre os quais eu estou», havia ousado declarar: «Sim, nosso dever, Jaurés nos ensinou: é ir para o campo de batalha com a ardente vontade de repelir o agressor». Ele chamava assim os operários para se unir com os seus exploradores e se deixarem matar em defesa dos interesses dos capitalistas. Esses senhores traíam com cinismo.

Uma vez mais, o divórcio entre as palavras e os atos atirava o proletariado francês nas garras dos seus piores inimigos!

Durante os anos de massacre de 1914-1918, penosamente, lentamente, muito lentamente, o movimento operário se desembaraçava do trabalho dos traidores, os dirigentes socialistas — os Alberto THOMAS e os Marcel SEMBAT, do qual BLUM era o chefe de gabinete no Ministério da União Sagrada. O ódio justo dos trabalhadores super-explorados ou lançados ao massacre crescia contra esses Judas, e contra seus semelhantes, os dirigentes sindicalistas com JOUHAUX, DUMOU-LIN e os dirigentes anarquistas com KROPOTKINE e Jean GRAVE.

Os trabalhadores que, desde 1916, partiam em greve pelo pão e contra a guerra não tinham somente de lutar contra os patrões, contra o Estado capitalista a seu serviço e contra seu governo de ditadura militar. Eles tinham de lutar igualmente contra os sabotadores no seio do movimento operário, os políticos socialistas e os dirigentes de sindicatos cujo esforço principal era derrotar as greves e o movimento revolucionário!

E eis que em 1919, no Mar Negro, soldados e marinheiros, passando aos atos, fizeram recuar o grande Estado Maior e o governo imperialista de CLEMENCEAU!

Que símbolo o do sapador LESUEUR, ao 7.º de engenharia, cruzando a baioneta em Odessa e respondendo ao Estado Maior: «*Ontem creis vós os comandantes! Hoje, comandamos nós!*»

Que símbolo o dos jovens operários-marinheiros, um TILLON com 21 anos, um VUILLEMI com 20 anos, um LAVIEUX com 20 anos, um BRUNETTI com 18 anos, e milhares de outros declarando aos almirantes que deviam fazer meia-volta!

PARA NÓS, TRABALHADORES FRANCESES, A REVOLTA DO MAR NEGRO NÃO É APENAS O ATO QUE DESTRUIU A TENTATIVA DE ASSASSÍNIO DA NOVA COMUNA TRIUNFANTE

É O PROLETARIADO FRANCÊS REENCENTRANDO SUAS MAIORIOSAS TRADIÇÕES, AS DE FEVEREIRO E DE JUNHO DE 1848, AS DA COMUNA.

Liquidando a separação entre a palavra e o ato, os operários transformados em soldados e marinheiros, arrastando todos os seus camaradas, passavam à ação efetiva, varrendo os charlatanismos político-eleitoreiros dos «socialistas» de antes de 1914 e as declamações dos sindicalistas.

Ao contacto da Grande Revolução Socialista cujo prestígio era formidável, esclarecidos e guiados pelo Partido dos Bolcheviques, soldados e marinheiros franceses encontravam o único método que pode assegurar o porvir da classe operária e do povo: a concordância da palavra e do ato.

As palavras inflamadas de Jeanne LABOURBE exprimindo em francês a vontade e a firmeza de ação do Partido de LENIN e de STALIN fizeram penetrar no cérebro de 300 mil homens a paixão da ação revolucionária que anima sempre os bolcheviques.

Assim, os que responderam ao apêlo eram os primeiros comunistas franceses, num momento em que o Partido Comunista não existia ainda.

Foi por isto que o Bureau Político do Partido Comunista Francês decidiu em julho de 1923 que todos os antigos amotinados do Mar Negro que aderissem ao Partido veriariam a antiguidade contada a partir do dia de sua revolta, portanto antes mesmo da constituição oficial do nosso Partido.

A gloriosa Revolta do Mar Negro ia precisamente dar a nossa classe operária duas grandes lições que serviram sempre aos trabalhadores franceses.

A primeira é a de que os interesses da nossa classe operária, os interesses de todos os trabalhadores da cidade e dos campos exigem a *solidariedade efetiva e incondicional com os trabalhadores da União Soviética, com o país do socialismo.*

O segundo ensinamento é o de que os comunistas se distinguem muito mais pelos seus atos — justamente orientados em relação a uma dada situação e por mais modestos que eles sejam — do que pelas suas palavras.

«A MENOR AÇÃO VALE MAIS DO QUE CEM RESOLUÇÕES»
— DIZIA LENIN CONSTANTEMENTE.

No momento em que de novo as ameaças de guerra pesam sobre nós, é, portanto, útil se recordar o exemplo da guerra de 1919: A GUERRA ANTI-SOVIÉTICA NÃO FOI DETIDA COM PALAVRAS; ELA FOI DETIDA POR ATOS QUE OS ESCRITORES E AS PALAVRAS PREPARARAM.

A revolta do Mar negro quebrou, portanto, a intervenção militar na Rússia.

Mas a despeito dos esforços de numerosos dos seus dirigentes ela não pôde regar em 1919, em plena crise revolucionária do regime capitalista, a abater este.

Por que?

As teses da Internacional Comunista assim evocaram em 1929 os anos de 1919-1920:

«O momento revolucionário internacional foi bastante forte para impedir a vitória do imperialismo sobre a primeira república soviética, mas se revelou muito débil para assegurar o triunfo imediato da ditadura do proletariado além das fronteiras da república soviética russa».

Por que isto? Porque não existiam ainda verdadeiros Partidos Comunistas na Europa. E na França o Partido Comunista não havia sequer nascido ainda!

Os trabalhadores russos conseguiram aplicar em 1917 a resolução de Stuttgart: abater revolucionariamente, em plena guerra, o regime capitalista fador de massacres e de miséria.

Porque eles eram guiados por um partido operário de novo tipo, forjado em vinte anos de lutas, partido autenticamente revolucionário, impregnado da doutrina marxista-leninista e conduzido por LENIN e STALIN, estes gigantes do pensamento e da ação

Certamente, a França possuía elementos revolucionários, ardentes, entusiasmados, fiéis até a morte à causa do proletariado. Mas eles ignoravam a ciência marxista-leninista. E não dispunham ainda de um partido

«combativo, revolucionário, bastante corajoso para conduzir os proletários à luta pelo poder, bastante experimentado para saber enfrentar as circunstâncias mais difíceis de uma situação revolucionária, e bastante flexível para contornar os obstáculos de toda espécie no caminho que conduz ao objetivo».

O Partido é necessário ao proletariado antes de tudo como estado-maior de combate, indispensável para tomar vitoriosamente o poder». (11)

Nestas condições, guiados unicamente pelo seu instinto de classe, amotinados do Mar Negro não puderam ir além do que lhes era possível. Como é muito mais rica em possibilidade hoje a ação da nossa classe operária, que possui, agora em todas as circunstâncias, seu Partido Comunista e o benefício da enorme experiência da U.R.S.S.!

(11) J. Stalin — «Fundamentos do Leninismo», capítulo VIII.

VERDADEIROS PATRIOTAS PORQUE REVOLUCIONARIOS

ESSE GRANDIOSO movimento teve outra consequência.

Os imperialistas franceses enforcavam os operários na gare de Odessa. Em Kherson, massacravam com metralhadoras e canhões mulheres e crianças. Torturavam e matavam Jeanne LABOURBE, Jean SMIRNOF, Secretário do Comité Regional do Partido Bolchevique em Odessa, e centenas de outros militantes. Mas os operários e os camponeses franceses, embora sob o uniforme, selavam uma indestrutível amizade com a classe operária e os povos da União Soviética.

Esta amizade foi obra daqueles que deram sua vida no cumprimento de seu dever de proletários: os soldados de 19.^o de artilharia, fuzilados de noite em Odessa, o ajudante de mestre rurriel do *Escout* que, a 20 de abril de 1919, na principal rua de Sebastopol, já ferido na cabeça, erguia a bandeira vermelha sob as rajadas de metralhadoras ao grito de: «Para frente! Abaixo a guerra!» e todos aqueles que tombaram nêsse dia, marinheiros franceses, jovens russas, operários soviéticos do arsenal.

Vinte e quatro anos mais tarde, o exército e os povos soviéticos provavam-nos que esta amizade selada com sangue era indestrutível. Porque, com o sacrifício de 17 milhões de mortos e sacrifícios imensos, eles destruíam o monstruoso imperialismo hitlerista e permitiam assim a libertação da França da servidão e da barbarie fascista.

Assim, os soldados e marinheiros, os revolucionários de 1919, haviam bem servido aos interesses do nosso povo acabando com a obediência passiva. Seus grandes chefes militares, modelados pela escola de Maurras, iam se revelar, em 1940-1944, traidores infames!

O ajudante de mecânico Charles TILLON, dirigente do motim do cruzador *Guichen*, ia transformar-se, nas horas negras da ocupação, no organizador e comandante em chefe da luta armada dos Franco-Atiradores e Guerrilheiros no solo nacional.

Ao contrário, o guarda-marinha DERRIEN que, em primeiro lugar, lançou, em 1919, as mais odiosas calúnias: contra os motins do Mar Negro, ia ser o almirante comandante em chefe de Bizerta, que entregou a praça forte, os navios e as equipagens aos fascistas alemães, inimigos mortais da França!

Os amotinados do Mar Negro, soldados e marinheiros, agiram, portanto, pela classe operária, pelo povo, pela nação, pela França!

Por que eles mostraram à classe operária, a todos os trabalhadores franceses como era preciso cumprir o mais elementar dever do internacionalismo proletário: quebrar toda tentativa de agressão dos imperialistas ao país que levanta contra si o ódio implacável dos pluri-exploradores, mas igualmente o amor dos explorados e dos oprimidos do mundo inteiro: a União Soviética de LENIN e de STALIN, a pátria do socialismo, o farol da classe operária e da humanidade inteira em luta por uma vida digna de ser vivida.

Assim, mais do que nunca, «as horas gloriosas do Mar Negro» devem ser hoje o exemplo!

BARBUSSE

JACQUES DUCLOS



Discurso pronunciado por Jacques Duclos na noite de comemoração em honra de Henri Barbusse, no Palácio de Chaillot, a 6 de setembro de 1945.

COMPLETARA dois anos amanhã que Paris realizava grandiosos funerais em homenagem a um grande escritor, a um magnífico defensor de todos os oprimidos, a um intrépido combatente da causa da liberdade e do progresso, a um militante comunista, ao nosso querido e pranteado Henri Barbusse.

Já vos falaram de Barbusse, como combatente da guerra de 1914-1918 e interprete genial dos sentimentos de seus companheiros de luta.

Também vos falaram de Barbusse, defensor dos povos balcânicos na época em que crescia nessa parte da Europa um terror horrível.

Falaram-vos Barbusse, campeão da luta contra o fascismo e unificador de todas as forças anti-fascistas na França e através do mundo.

Falaram-vos de Barbusse, grande escritor francês que tem seu lugar reservado entre os grandes trabalhadores intelectuais de França, entre os grandes agitadores de ideias, dos quais o nosso país se orgulha.

Falta falar de Barbusse comunista, e devo dizer em primeiro lugar quanto sou feliz, por ter sido designado pelo Partido Comunista para celebrar a memória de Barbusse, militante comunista.

E não posso deixar de recordar, num momento como este, que foi um pouco graças a Henri Barbusse que aderi ao comunismo tal como outros homens da minha geração.

Sim, a leitura do «Le Feu» para muitos soldados, foi como uma revelação. Esse livro no qual cada um de nós se reconhecia, ajudava-nos a compreender a possibilidade de alguma coisa nova.

Havíamos lido no «Le Feu» um período que nos fazia entrever outra coisa diferente daquilo que tínhamos sob os olhos. Pensávamos frequentemente nas palavras do caporal Bertrand:

«Existe uma figura que se ergueu acima da guerra e que brilhará pela beleza e a importância de sua coragem.

Escutava-o, encostado num pau, debruçado sobre ele, recolhendo essa voz que saía, no silêncio do crepúsculo, de uma boca quase sempre silenciosa. Com uma voz clara gritou:

— Liebknecht!

Ergueu-se, os braços cruzados. Seu belo rosto, profundamente puro como uma face de estátua, voltou a baixar-se sobre o peito. Mas deixou ainda uma vez seu mutismo marmoreo para repetir:

— O futuro! o futuro! A obra do futuro será de apagar o presente e apagar mais ainda do que pode pensar-se, apagá-lo como qualquer coisa de abominável e vergonhoso».

Isto ajudou-nos a acolher a Revolução russa com um imenso ímpeto de esperança, com a certeza que esta vitória dos operários e dos camponeses da Rússia abria um novo capítulo da história do mundo.

E mal a guerra havia terminado, soubemos que o mesmo Liebknecht, admirado pelo caporal Bertrand, tinha sido morto em Berlim e que a revolução spartakista fôra vencida; sentimos, sem dúvida alguma, que esta derrota era a derrota de todos os homens de progresso e que a vitória dos reacionários alemães era a vitória dos reacionários de todo o mundo. Mais difícil ainda é esquecermos isto nestas horas que vivemos, pois que, se Liebknecht tivesse sido vitorioso em 1919 não teríamos conhecido a vergonha e a barbárie do hitlerismo, a humanidade teria podido, sem dúvida, progredir sem ter atravessado o abismo de dores, de torturas e de crimes de que saímos ainda todos doloridos mais com a vontade de nada deixar subsistir do fascismo.

E hoje, há pessoas que pondo seus ódios partidários, seus interesses de classe, acima de todas as considerações nacionais, bem desejariam conservar na Alemanha as características do fascismo e da reação que pudessem servir ulteriormente a fins reacionários.

Nada há nisto aliás de novo e é bem necessário lembrar que se Noske pôde, falando falsamente em socialismo, assassinar Liebknecht e quebrar o movimento revolucionário, fê-lo com as armas que lhe deixaram os reacionários franceses.

Esta evocação de Liebknecht, em 1916, mostra como Henri Barbusse, já socializante antes da guerra e penetrado de idéias pacifistas, sofria uma evolução que anunciava nele um futuro comunista.

Em março de 1919, BARBUSSE fundava a A.R.A.C., como está na memória de todos, com Raymond Lefebvre, Georges Bruyere e Paul Vaillant-Couturier. Esses quatro homens tão diferentes, que se completavam porém magnificamente, exerceram uma grande influência sobre os homens que, como eu, vindos em plena juventude da guerra, iluminados pela Revolução russa, crendo nela e não achando na França um grupo humano que se inspirasse nessa Revolução, agruparam-se no seio da A.R.A.C. atrás de Barbusse, certamente com muita confusão nas idéias, mas com um ardente amor à Revolução soviética e uma ardente vontade de defendê-la.

No Partido Socialista, ao lado de admiráveis defensores da Revolução de Outubro, como Marcel Cachin, Paul Vaillant-Couturier, Raymond Lefebvre e muitos outros, havia inimigos declarados da grande experiência social em vias de realizar-se no êste da Europa e hoje ainda existem homens que conservam as mesmas prevenções e os mesmos ódios.

Éramos pois na A.R.A.C., um grupo de jovens animados pela vontade revolucionária e participamos nas batalhas políticas de onde sairia o Partido Comunista francês.

Henri Barbusse tomava posição nas batalhas políticas dessa época. Em 1920, quando foi aberta a discussão à adesão à Internacional Comunista, Henri Barbusse exprimia publicamente sua simpatia por esta nova Internacional fundada por Lenin, por essa Internacional gloriosa que, armada da doutrina de Marx-Engels-Lenin-Stalin, permitiu à classe operária de todos os países formar Partidos Comunistas sérios, poderosos, dispoendo de quadros forjados na luta e merecendo a confiança do povo.

Esta Internacional foi dissolvida em 1943, uma vez cumprida sua missão, mas estou certo de interpretar o sentimento de todos os comunistas franceses ao prestar homenagem aos méritos da gloriosa Internacional Comunista cujos ensinamentos estão sempre vivos em nós.

Mas se, em 1920, Henri Barbusse achou do seu dever não dar sua adesão ao Partido Socialista, do qual se objetivava fazer sair o Partido Comunista, quando em 1923, a repressão caía sobre nosso Partido, deu sua adesão declarando: «Visto que espossei suas idéias, devo partilhar os riscos que isso implica».

Assim, o camarada Henri Barbusse não ficava fóra da luta. Esse grande escritor não queria ficar fóra do combate político e social da classe operária e nisto se separou de um outro grande escritor, de Romain Rolland.

Na revista «Clarté», travando polémica com Romain Rolland, Henri Barbusse declarava: «O escritor deve tomar partido».

Romain Rolland, ao contrário, sustentava que o escritor devia conservar-se «acima dos partidos». Era evidentemente Barbusse quem tinha razão. Mais tarde, Romain Rolland que junto com Barbusse convocou o congresso contra a guerra, em Amsterdam, viria a demonstrar que o homem cuja memória hoje celebramos tinha acertado e considerar que o escritor não deve isolar-se em sua torre de marfim, e sim agir como cidadão e tomar partido no conflito que lança os oprimidos contra os opressores.

E, Henri Barbusse prossegue ao lado de sua atividade de militante, de combatente da liberdade, a sua atividade de escritor.

Ao mesmo tempo que consagra sua atividade ao movimento dos ex-combatentes, à Internacional dos ex-combatentes fundada por êle em Genebra em 1920, Henri Barbusse toma a defesa dos povos balcânicos sujeitos a um odioso regime de terror branco.

O célebre autor de «Le Feu» e «Clarté» faz ouvir a voz da civilização e denuncia os crimes cometidos em nome da ordem.

Em 1927, Henri Barbusse faz sua primeira viagem à URSS. Esse homem cujo olhar alcançava amplos horizontes, prontamente compreendeu o que a União Soviética continha em si mesma de futuro. Barbusse dizia: «Mais tarde julgarão os homens sôbre a forma de como eles compreenderam a URSS».

E' verdade, e é um orgulho para nós comunistas, termos sido os primeiros a ver que a União Soviética abria novas perspectivas à humanidade. Sem a grandiosidade desse país, sem a onda de entusiasmo que causou, sem a superioridade do regime socialista que se afirmou ali e cada vez mais será confirmada, a barbárie fascista não teria podido ser esmagada.

E' em primeiro lugar à URSS que devemos, que o mundo deve sua libertação.

Mas, enquanto viaja, enquanto está na vanguarda do combate contra o imperialismo, Henri Barbusse prossegue sua obra de escritor.

Dirige a revista «Clarté» e publica «Ce qui fut sera», «Paroles d'un combattant», «les Enchainements». Suas viagens aos Balcãs nos

dão seu livro «les Bourreaux». Publica um livro sobre a Georgia para mostrar como esta República soviética foi objeto dos apetites imperialistas e o centro de complots contra-revolucionários antes de ser solidamente integrada na grande União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, orgulhando-se de ser a terra de um dos maiores homens de todos os tempos, do generalíssimo Stalin

Em seguida, vem a publicação de «Jesus», «Judas de Jesus» e de «Zola».

Foi no «Judas de Jesus» que Barbusse comparou a atividade dos comunistas de hoje com a atividade dos primeiros cristãos. Estes lutavam contra a ordem escravagista condenada pelos fatos, e as perseguições que sofreram não impediu a sociedade escravagista que os perseguia, de desaparecer. Esses primeiros cristãos marchavam no sentido do desenvolvimento histórico, como nós comunistas vamos nesse sentido.

Barbusse escrevia portanto:

«Acredita-se que o descontentamento e a colera da terra são desordenados. Fingem ver nas lutas em que se debate o comunismo internacional nascente, pequena disputas de seitas, tal como os meios cultos antigos julgavam ver nos primeiros movimentos do cristianismo. Mas os revolucionários de hoje vencerão sob o signo da foice e do martelo, pelas mesmas imensas razões que deram a vitória aos cristãos de ontem sob o signo da cruz».

Se os primeiros cristãos provocaram terríveis ódios, os comunistas também os provocam e é longa a lista das perseguições e das provocações de que são vítimas.

Foi justamente por ocasião de uma dessas provocações anti-comunistas e anti-soviéticas que Barbusse, retomando o gesto de Zola, escreveu um novo «J'accuse».

Em 1932, a 6 de maio, o presidente Doumer foi assassinado pelo guarda branco Gorgoulov.

O assassinio foi cometido entre as duas eleições legislativas, pois, frequentemente, as provocações coincidem com os períodos eleitorais. Não é por acaso que hoje se agita muito uma super-policia onipotente, dependente de um único homem, livre de qualquer controle e dispendo de fundos consideráveis.

Essa polícia que se chama DGER (direção geral dos inimigos da República, como dizem alguns por ironia, e tendo aliás, uma visão clara das coisas), é responsável por crimes e atentados que parece desejar multiplicar no período preparatório das eleições, para criar um ambiente de desordem e desenvolver a mística do homem salvador.

Mas voltemos ao assassinio do presidente Doumer, que o sinistro Tardieu tentou perfidamente atribuir aos comunistas e naturalmente à União Soviética.

Foi em resposta a esta infâmia que Barbusse escreveu seu «J'accuse» publicado em «l'Humanité», e a título de prefácio, nosso grande camarada escrevia estas magníficas linhas:

«Faço parte de um grupo de homens que estão dispostos a dar seu sangue e sua vida pela causa da emancipação definitiva das massas humanas exploradas e oprimidas por outros homens. Nenhum meio de intimidação, nenhuma medida, são susceptíveis de fazer com que modifique a expressão pública de meu pensamento, que é a mesma dos meus irmãos de luta. Mas sou incapaz de tomar sonhos por realidades e inventar o que quer que seja que não possa ser evidente e controlado. Para mim, as palavras são atos, considere bem todas as que escrevi aqui».

Depois de mencionar a lista das organizações terroristas de caráter militar em funcionamento em território francês, com o consentimento, para não dizer a cumplicidade, da polícia, Henri Barbusse mostrou a tática destes grupos nos seguintes termos:

«Daqui em diante, os atentados não devem mais ser dirigidos contra os representantes do governo soviético, mas contra os representantes dos Estados que têm relações diplomáticas e comerciais com a Rússia — «com o fim de provocar o rompimento dessas relações e a guerra».

Barbusse ressaltou que o assassino, Gorgoulov, pertencia a esses meios terroristas e denunciou o caráter suspeito da carência demonstrada pelo policial Couchard, informado das indas e vindas suspeitas do assassino. E o autor de «J'accuse», depois de desmascarar as tentativas de Tardieu e Millerand para fazer acreditar que Gorgoulov era um comunista, declarava em conclusão:

«Repito o que sôbre tudo isto acabo de dizer, nada afirmo que não seja verídico. Ninguém, nem coisa alguma me fará fechar a bôca. Se os carcereiros e os assassinos usam seus métodos contra mim, isso não virá sei.ãc provar mais ainda que tenho razão. Torio a responsabilidade do que escrevo, visando por um lado todas as pessoas honestas e por outro às autoridades constituídas. Mas sei bem que minhas palavras exprimem a opinião de uma grande multidão espalhada pelo universo e que têm a força de uma onda enorme que começa a agitar-se».

Barbusse pedia a prisão para Tardieu, a revogação e prisão do chefe da policia Chiappe, morto mais tarde a serviço dos boches e dos traidores de Vichy; pedia a prisão dos chefes brancos e a abertura de um inquérito contr» Millerand.

As acusações de Barbusse eram fundadas e a camarilha sinistra por ele acusada, demonstrou mais tarde, que seu anti-sovietismo e seu anti-comunismo iriam levar a fazer declaradamente o jôgo dos inimigos da França.

Não me alongarei sôbre a importância do Congresso de Amsterdam contra a guerra, sôbre a importância do congresso contra o fascismo realizado na sala Pleyel. Entretanto não poderia calar os esforços feitos por Barbusse para conseguir a unidade.

O homem cuja divisa era: «Tudo fazer para unir, nada fazer para dividir» teria desejado que os socialistas e os comunistas fossem os primeiros a realizar a frente única contra o fascismo e contra a guerra.

Multiplicou seus esforços junto ao Partido Socialista para obter uma adesão dêsse Partido para a unidade de ação anti-fascista, pois o perigo de guerra e do fascismo tornava-se cada dia maior. Mas a CAP do Partido Socialista proibia aos membros do Partido tomar parte no Congresso de Amsterdam, o que no entanto não impediu que um número importante de socialistas participassem do mesmo, obedecendo em primeiro lugar à sua consciência que lhes ordenava se unirem, mesmo sem um Paul Faure e um Severac, dos quais nem se sabe o destino que tiveram, proibiam que o fizessem.

Gostaria de lembrar que nosso grande Henri Barbusse combatia em todos os domínios as idéias retrógradas, os preconceitos. E quando vai se reunir em Paris o Comité de iniciativa internacional das mulheres, não é inútil recordar as palavras que Barbusse escrevia em sua obra «Clarté» a respeito das mulheres:

«As mulheres são socialmente iguais, sem restrições dos homens».

E falando sobre a emancipação das mulheres, acrescentava:

«Seu advento está na ordem das coisas, e está também na ordem aguardar com a esperança no coração o dia em que a cadeia social e política da mulher cairá e em que, de uma só vez, a liberdade humana se torne duas vezes maior».

E, finalmente, na hora em que segundo o ponto de vista filosófico de certos homens, pretendem afastar-nos dos nossos grandes materialistas do século XVIII, no momento em que em certos meios cuidam de sobrepor à obra de Marx um revisionismo que macularia a doutrina do socialismo científico, na hora em que alguns falam do pretense equivoco do materialismo filosófico e caem numa espécie de deísmo destinado do materialismo filosófico e tombam numa espécie de deísmo destinado a fazer esquecer às massas que sua salvação se delas pode vir, conforta mostrar Henri Barbusse comunista completo, tanto no plano filosófico como no plano econômico.

Em dezembro de 1919, em «Lueur dans l'abime», escrevia:

«Não existem salvadores: Sois os vossos próprios salvadores. Não existem deuses, apenas existe o que fala e reclama no fundo de vós mesmos. O mundo será o que vós desejardes que seja».

E Barbusse mostrava como o socialismo é uma ciência e não deve jamais deixar de ser uma ciência; não se deixa levar como alguns a discorrer sobre um pretense humanismo que vários retóricos em busca de aprovações reacionárias, desligam do povo, ou mais exatamente o opõe a ele.

Em «Zola», Henri Barbusse escrevia:

«O verdadeiro sábio, o homem de literatura esclarecido e o verdadeiro socialista só estão separados pela lei da divisão do trabalho».

Levando mais longe o desenvolvimento do seu raciocínio, Barbusse escreveu também em «Zola» estas linhas que mostram inteiramente sua compreensão do materialismo filosófico:

«Compreender o proletariado em seu conjunto e sua vida, é aderir aos seus objetivos sociais e políticos, que são leis orgânicas e históricas. Aderir ao impulso integral das massas, é fazer cessar o antagonismo, ridículo, porque é apenas apa-

rente, entre a personalidade e o real, a perpetua antinomia circular «do humanismo e do povo». . . E' fazer entrar em cêna o grande personagem novo, tal como é, com os objetivos que êle tem na cabeça e nas mãos.

E, finalmente, em sua última obra que é como seu testamento político, em seu «Stalin», Henri Barbusse escreve uma magnífica passagem que o mostra sob seu verdadeiro aspecto de materialista consequente:

«Nós somos feitos, escrevia Barbusse, para impulsionar aqui na terra, o maior progresso possível do espírito humano, pois é disto definitivamente, que, acima de tudo, nós somos depositários: do espírito. A lealdade de nossa passagem pela terra, é de evitar empreender o impossível, mas irmos tão longe quanto forem as nossas forças, na realização prática. Não se deve fazer crêr aos homens que se lhes impedirá que morram. E' necessário fazê-los viver plena e dignamente. E' preciso não se lançar de corpo e alma sôbre males incuráveis, que são da natureza humana, mas sim, sôbre os males curáveis, que são da ordem social. Não nos elevaremos acima da terra, senão por meios terrestres».

Há uteis lições a reter para nós, nessas linhas de Barbusse. Esse grande morto, sempre vivo entre nós, ensina-nos que os homens que se propõem modificar o mundo não efetuarão essa modificação multiplicando as preces, divagando sôbre aquilo que é impossível numa determinada situação e negligenciando realizar o que é realizável.

Sim, por certo, se ligarmos isto às nossas preocupações atuais, podemos dizer que é fácil falar em «reformas de estrutura» em geral, prometê-las mais ou menos como quem promete a lua, e dizer que o programa do Conselho Nacional de Resistência foi superado enquanto o interesse do povo, o interesse da França, o interesse da República exigem que êsse programa seja aplicado e que, para aplicá-lo, se realize a coalizão de todas as boas vontades republicanas e democráticas.

Não pedir a uma época histórica, mais do que aquilo que ela pode dar, isto é, conservar-se dentro da realidade, mas obrigá-la a dar tudo o que pode dar, é o que caracteriza os marxistas-leninistas consequentes e eis o que Barbusse das páginas de seu livro «Stalin», lembra aos seus camaradas e aos seus irmãos comunistas.

Ainda no mesmo livro, ao prestar homenagem aos sacrifícios dos comunistas, Barbusse enaltece o grande Partido Bolchevique, o Partido de Lenin e de Stalin, ao escrever:

«O organizador deste impulso dos cem milhões de corações foi o Partido Socialista integral — o Partido Socialista em mácula — o Partido Comunista, do qual tanto se pode dizer que cada membro é um servidor como cada membro é um dirigente. O comunismo criou no universo uma multiplicação de apóstolos como dificilmente se pode imaginar. Na Rússia, mais tarde em outros países além da URSS., uma grande parte destes apóstolos não parou de se multiplicar. Sobre a terra inteira, os comunistas derramam em profusão o belo vermelho do seu sangue».

E durante os rudes golpes da batalha clandestina, nosso grande Partido Comunista francês, o Partido de Barbusse derramou também o sangue puro e generoso de dezenas de milhares de seus membros. Foram dignos da grande causa do comunismo, dignos da França e de seu glorioso passado.

Se Barbusse estivesse entre nós durante esses terríveis anos, sua pena não teria ficado inativa e podemos esta noite fazer uma idéia dos livros que Barbusse teria escrito sobre a derrota da França, sobre suas causas, o anti-comunismo, o anti-sovietismo, a não-intervenção, sobre Munique e sobre a batalha da Resistência, com os comunistas à frente do combate.

Nosso grande camarada teria ficado orgulhoso de ver realizar na prática o que ele previu ao escrever em «Stalin»:

«Qualquer que seja o futuro, se a guerra se declara, uma das grandes causas da confiança do povo soviético será — Stalin. Vorochilov, comissário da Defesa, é amado prodigiosamente, mas o chefe será o grande Stalin. Reunirá em suas mãos a direção política e militar, ou melhor, continuará a fazê-lo no desenrolar dos acontecimentos, e isto é considerado por todo mundo na URSS, como uma garantia de vitória».

Sim, Stalin foi o principal construtor da vitória das nações aliadas. O Exército Vermelho ultrapassou em capacidade militar, em heroísmo, tudo o que se possa imaginar e o povo da França, que se bateu apesar dos oportunistas não esquece o que deve a esse glorioso Exército Vermelho.

Se Barbusse estivesse ainda entre nós, não deixaria de dizer algumas verdades a respeito de todos esses assuntos, mas Barbusse não está mais presente. Dorme seu sono eterno lá, no Père-Lachaise, ao lado do seu companheiro Vaillant-Couturier e bem próximo do Muro

dos Federados, onde tantas vezes foi prestar homenagem ao heróis da Comuna.

No entanto, se Barbusse morreu, a causa pela qual lutou, está mais viva do que nunca. A França foi libertada graças ao heroísmo do seu povo. A União Soviética, com o grande Stalin à frente, foi o elemento decisivo de nossa vitória. A democracia triunfa nos países balcânicos, onde antes imperava o mais odioso terror.

E quando a reação multiplica seus esforços na tentativa de uma desforra, temos a certeza, graças à nossa união, de que somos mais fortes, de que seremos vitoriosos.

Quando os nazistas, durante a ocupação, prendiam os parisienses e as parisienses que, piedosamente, iam deixar flores no túmulo de Barbusse e no de Vaillant-Couturier, mostravam que esses dois mortos, esses dois comunistas sob a lápide mortuária lhes metiam medo.

Esses dois mortos representam uma força imensa, a força do povo de nosso país, do qual nosso Partido é o sangue e a carne.

Vaillant-Couturier, ao dizer: «Continuamos a França», mostrou, no mesmo espírito de Barbusse, como o comunismo, herdeiro de nossas tradições progressistas, marcha para o futuro.

E quando, no cemitério do Père-Lachaise, os nazistas viam os dois comunistas deitados lado a lado, na morte, tal como haviam combatido lado a lado os mesmos inimigos, quando viam os túmulos de Barbusse e Vaillant-Couturier, quando viam os transeuntes se voltarem para esses túmulos, com olhar de firmeza e convicção, tinham possivelmente o pressentimento de que a vitória era passageira, e se tivessem podido ler no pensamento dos milhões de homens e mulheres que, por toda parte, veneram o nome de Barbusse e guardam sua lembrança no fundo do coração, teriam talvez compreendido que *o comunismo pelo qual Barbusse lutou, é a juventude e, em conseqüência, o futuro do mundo.*



BARBUSSE E A LITERATURA

(Trecho final da conferência do escritor JEAN FREVILLE, pronunciada na mesma ocasião em que o dirigente comunista Jacques Duclos proferiu a sua).

ENQUANTO Barbusse travava, no terreno da realidade social, seu combate pelo povo, quais os mestres que a burguesia exaltava? Três nomes dominavam a época: Marcel Proust, André Gide e Paul Valéry.

Proust, o psicólogo doentio da decomposição e da decrepitude, o pintor mórbido dos mundanos e dos snobes confinados em seus salões e em seus vícios, o cantor de uma casta mumificada, o fazedor do «Eu». Gide, o apóstolo da disponibilidade e do ato gratuito, que não quer escolher, visto que «escolher, segundo escreve, é renunciar para sempre, para jamais, a todo o resto», Gide que teve de fazer a viagem do Congo para perceber, junto aos negros, que havia uma questão social, Gide, que uma necessidade fundamental de se reservar, de nunca se entregar completamente, condena a uma irremediável inação. Valery, interessado apenas no mecanismo cerebral, seu funcionamento puro, aos jugos do intelecto, e abandona os resultados do pensamento, Valery que vê em toda realização uma traição e uma infâmia, para quem o Ser é inferior ao não-Ser e cujo individualismo leva a uma atitude contemplativa, a negação do esforço criador, a um narcisismo voluptuoso manifestado nestes versos:

Amo... Amo!... E quem pode amar outra coisa
Que a si mesmo?...

Tais são em face de Barbusse, esses mestres da literatura contemporânea — egoístas gozadores, «inventores de prazeres», encerrados em seus cenáculos, proscrevendo a ação, procurando isolar o homem, desintegrá-lo do real, afivelando o ar mais desprenhado possível da vida e consagrados aos sonhos estereis, à renúncia e à morte. São os mágicos da ilusão, os príncipes do crepúsculo, anunciam o fim de uma ordem social.

Não basta proclamar nossa admiração e afirmar nossa gratidão por Barbusse. É necessário fazer escutar essa grande voz que não deixamos de escutar e que sempre está presente entre nós. Na hora em que certos escritores, que se erigiram como profetas do pessimismo e do desespero, nos constróem prisões artificiais, na hora em que outros, sob pretexto de uma liberdade enganosa, vão até reclamar para o escritor o «direito de errar», é bom, justo e necessário que nos voltemos para Barbusse, para o homem que lutou toda sua vida para derrubar os muros das prisões existentes e impôs como primeiro dever ao escritor, o dever de não se enganar, para não enganar!

Os acontecimentos destes cinco últimos anos lançaram à terra mais do que um ídolo, fizeram justiça sobre uma parte de teorias nefastas e glórias usurpadas. Vê-se a que abismos nos levaram seu estetismo, seu diletantismo, seu intelectualismo. Se não se pode imputar a vergonha da

abdição e da escravidão a uma literatura que foi apenas o reflexo das degenerescências da classe dirigente, resta que essa classe, que suas pretensas elites, patenteando sua impotência, sua bancarrota, arrastem na queda sua literatura. Resta que o egoísmo, o idealismo reacionário, de qualquer manto que ele se disfarce, que todas essas fugas para o passado ou para o futuro, tôdas essas abstrações e charlatanices verbais de intelectuais afastados das massas, essas filosofias fúnebres, essas flores mórbidas da decadência, não tenham mais lugar num país varrido pelo sôpro virificante e heróico da luta libertadora. Durante os longos anos de clandestinidade e de sacrifícios, o povo francês rejeitou o que não era tônico, o que não estava voltado para a vida, para o combate, para o futuro. Os falsos valores morreram, e é necessário que não renasçam. Sobre isso formou-se a unanimidade dos melhores filhos deste país, a qual deve subsistir. Servir a nação francesa, isto é, à causa da emancipação humana, servi-la com as armas do realismo, é a tarefa do escritor no período que ante nós se abre. A obra e o exemplo imortais do grande Barbusse, incitam-nos a essa união de todas as energias. Depois dele, e com ele avançaremos em seu caminho, orgulhosos de utilizar o instrumento que nos legou a serviço da causa a qual tudo deu, para novos combates e novas vitórias, «ao encontro eterno da juventude».



«...em defesa da Paz está a União Soviética, a poderosa e invencível união dos povos que já enterraram o capitalismo e sobre os seus destroços construíram a nova ordem socialista, cada dia mais poderosa e invencível.»

PRESTES



«Nós, comunistas, chamamos todos os patriotas para a ação em defesa da Paz. Estaremos com quem quer que seja, desde que lute efetivamente contra a guerra imperialista.»

PRESTES

leia

F

TESTAMENTO SOB A FORÇA

de
JÚLIO FUCHIK

"Diário de um condenado
à morte que nos deixa uma
admirável lição de coragem
e de confiança. São os últi-
mos dias de um herói tcheco
enforcado pelos nazistas."
- Dalcídio Jurandir.

\$10.⁰⁰

EDITORIAL VITÓRIA LTDA

RUA DO CARMO 6, 13º ANDAR, SALA 1306, RIO

EXPEDIENTE

Redação e Administração:
AVENIDA RIO BRANCO, 257, 6.º ANDAR, SALA 615
Rio de Janeiro — Brasil

	Cr\$
Número avulso	3,00
Número atrazado	5,00
Volumes Encadernados:	
(7 a 12 e 13 a 18)	45,00
Assinaturas (Registradas)	
Para o Brasil (12 números)	35,00
Para o Exterior (12 números)	70,00

"E' infinitamente mais difícil — e muitíssimo mais meritório — saber ser revolucionário quando a situação **ainda não permite** a luta direta, franca, a verdadeira luta de massas, a verdadeira luta revolucionária; saber defender os interesses da revolução (mediante a propaganda, a agitação, a organização) em instituições não revolucionárias e muitas vezes simplesmente reacionárias, na situação não revolucionária entre massas incapazes de compreender de um modo imediato a necessidade de um método revolucionário de ação. Saber encontrar, perceber, determinar exatamente a marcha concreta ou a mudança brusca dos acontecimentos **suscetíveis de conduzir as massas** à grande e verdadeira luta revolucionária final e decisiva, é no que consiste a missão principal do comunismo contemporâneo na Europa Ocidental e na América" — LENIN.

LEIAM

**O Tacaõ
de Ferro**

DE

JACK LONDON

O MAIS LIDO AUTOR AMERICANO

Nesta obra, o principal personagem, vive episódios da vida de Jack London. A greve de Chicago e a tremenda reação do capitalismo americano aparecem magistralmente retratados pelo imortal autor.

Cr\$ 30,00

PEÇAM NAS LIVRARIAS

Edições do Povo Ltda.

RUA DO LAVRADIO, 60, sobrado — RIO
